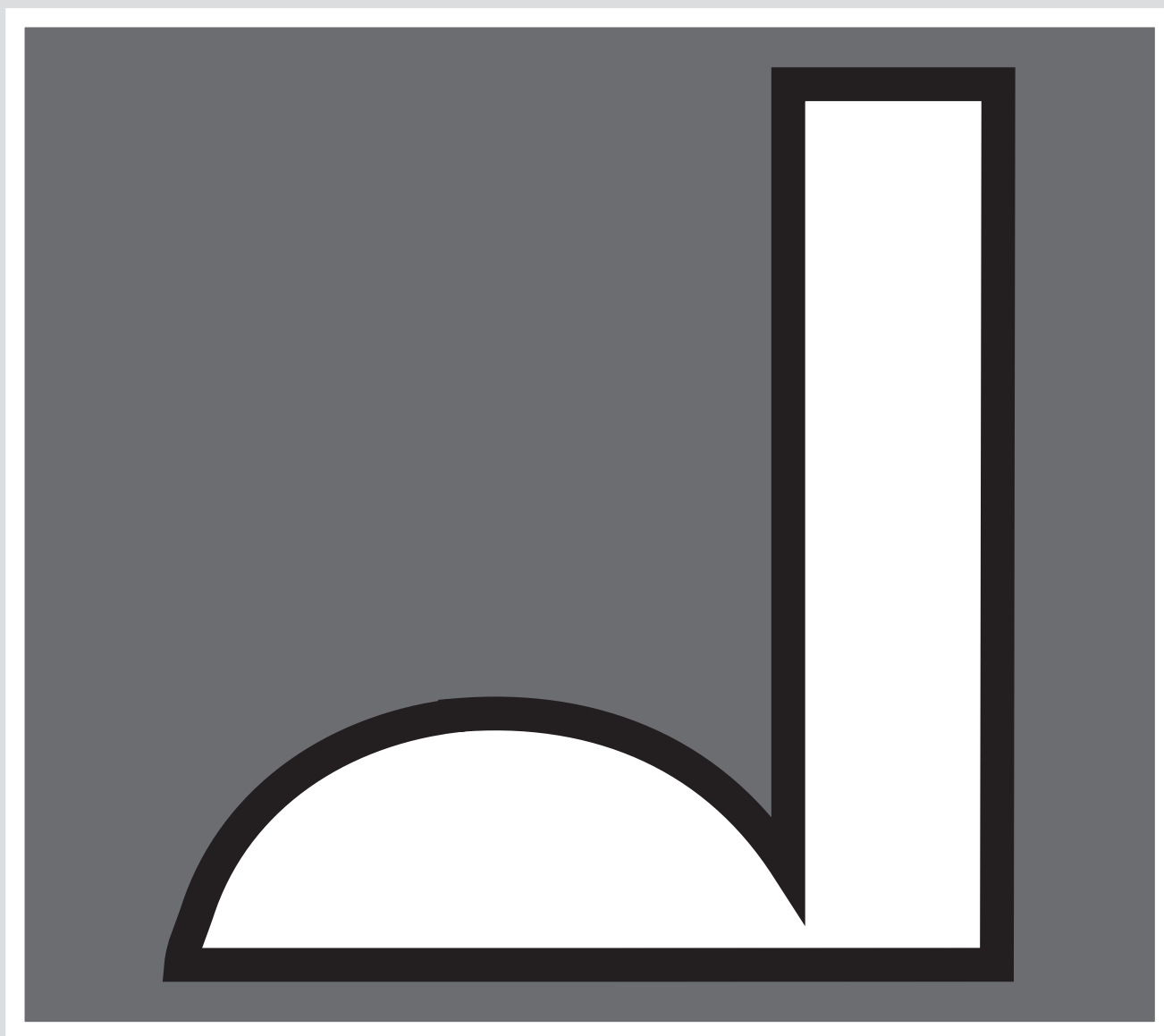




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 080 - SÁBADO, 20 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1º - Serys Shlessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Helóisa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata <u>Denise Ortega de Baere</u> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 63ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. 17481

1.2.2 – Pareceres

Nº 552, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 17, de 2005, da Associação Capixaba de Supermercados, que sugere formulação de um projeto de lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973. **(Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, 2006, e do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006)**..... 17481

Nºs 553 e 554, de 2006, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai. 17501

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2006, em processado separado da Sugestão nº 17, de 2005, reatuada como Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que vai à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do parecer nº 552, de 2006, lido anteriormente..... 17504

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (n. 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 17504

1.2.4 – Ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social

Nº 19/2006, de 16 de março último, comunicando que na 1ª Reunião do Conselho de Comunicação Social do corrente ano, realizada no último dia 6 de março, foram aprovados o Parecer nº 1, de 2006, resultado dos trabalhos do colegiado sobre o Estudo CCS nº 2, de 2005, relacionado ao álcool nos meios de comunicação, e requerimento do relator para que fosse realizado o encaminhamento de cópias do parecer para as comissões permanentes das duas Casas do Congresso Nacional..... 17504

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento do Parecer nº 1, de 2006, do Conselho de Comunicação Social, ao Presidente da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício nº 852, de 2006, de 19 do corrente, e juntada do referido parecer aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 115, de 2002; 182, de 2003 e 352, de 2004, e do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramitam nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania..... 17504

1.2.5 – Ofício

Nº 19/2006-CN (nº 167/2006, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no exercício de 2005. 17504

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Sugestões para acabar com a violência, a impunidade e a guerra civil que vive o País..... 17504

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI* – Homenagem às mães brasileiras pelo transcurso do seu dia no último domingo. Solicitação de políticas de planejamento familiar para evitar a gravidez precoce. 17507

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Registro de relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que constata queda acentuada do trabalho infantil em todo o mundo e especialmente no Brasil..... 17510

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Defesa de uma política nacional de segurança pública. 17512

SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> – Contes- tação da tese que a violência é responsabilidade de toda a sociedade brasileira.	17512	<i>sobre violação de sigilo</i> ”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 25 de abril do corrente.	17538
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Críticas ao Presidente Lula pelas declarações sobre os representantes de fazendeiros.....	17513	SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Registro do artigo intitulado “ <i>Os dois Brasis do ano eleitoral</i> ”, publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de abril do corrente.....	17539
SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Considera- ções sobre o valor do salário mínimo. Defesa da reeleição do Presidente Lula.	17513	SENADOR <i>LUIZ PONTES</i> – Comentários sobre matérias intituladas “ <i>OAB troca impeachment por queixa-crime contra Lula</i> ” e “ <i>Crises agrícola e do gás ameaçam previsão de crescimento de 4,5%</i> ”, publicadas pelo jornal O Estado de S.Paulo , edi- ções de 9 e 8 do corrente.	17540
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Reflexão a respeito dos atos de violência ocorridos em São Paulo. A questão da impunidade no Brasil. Defesa da candidatura própria do PMDB a presidente da República nas próximas eleições.	17517	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – A situação energética brasileira.	17528	2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SES- SÃO ANTERIOR	
1.2.7 – Discursos encaminhados à publi- cação		Do Senador Arthur Virgílio, proferido na ses- são do dia 18 de maio de 2006.	17540
SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro dos artigos intitulados “ <i>Sempre há um pior</i> ”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de abril do corrente e “ <i>CUT faz o 1º de Maio mais go- vernista</i> ”, publicada no jornal Valor Econômico , edição de 2 do corrente.....	17531	SENADO FEDERAL	
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Comentário sobre o artigo intitulado “ <i>Os patetas e o esperta- lhão</i> ”, de autoria da jornalista Mônica Valdvogel, publicado no jornal Correio Amazonense , edição de 5 do corrente.....	17533	3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
SENADOR <i>ANTERO PAES DE BARROS</i> – Registro do artigo “ <i>As Regras da CPI</i> ”, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 24 de abril do corrente.....	17535	4 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
SENADOR <i>JUVÊNIO DA FONSECA</i> – Co- mentários sobre as matérias intituladas “ <i>O pior Con- gresso?</i> ”, publicada pela revista Época , edição de 8 do corrente e editorial intitulado “ <i>Lula se dobra a Chavez</i> ”, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 8 do corrente.....	17536	5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro do artigo intitulado “ <i>Oposição tentará interrogar Lula</i> ”		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER- MANENTES	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR- LAMENTAR	
		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER- CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON- GRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL	
		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 63ª Sessão não Deliberativa, em 19 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Pedro Simon e Valdir Raupp

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 552, DE 2006

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 17, de 2005, da Associação Capixaba de Supermercados, que sugere formulação de um projeto de lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973.

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator: **ad hoc** Senador **Juvêncio da Fonseca**

Vem a esta Comissão ofício do Presidente da Associação Capixaba de Supermercados (ACAPS), datada de 24 de novembro de 2004, com três sugestões para “melhorar a legislação brasileira”.

A primeira propõe alterar dispositivo da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamen-

tos, insumos farmacêuticos e correlatos, para permitir a venda de medicamentos anódinos em supermercados. A medida é justificada como um benefício ao consumidor, já que os supermercados – em razão de seu maior volume de compras que as farmácias – são capazes de oferecer medicamentos a preços menores.

A segunda objetiva a imunidade tributária dos produtos que compõem a Cesta Básica, justificado, também, como um “benefício direto aos menos favorecidos”, na medida em que reduziria o preço daqueles produtos, aumentaria o poder de compra dos consumidores e, em decorrência, seu padrão alimentar.

A terceira sugestão é a de promover “simplificação dos procedimentos fiscais”, mais especificamente a redução e uniformização dos procedimentos e exigências “na hora de fazer o recolhimento da infinidade de tributos, contribuições, taxas etc.” Na opinião do signatário, esse emaranhado” representa um custo adicional para as empresas e, como consequência, para o cidadão.

As duas primeiras sugestões são passíveis de serem transformadas, de imediato, em proposições legislativas do Senado, uma vez que tratam de matérias cuja competência de iniciativa legislativa é da União.

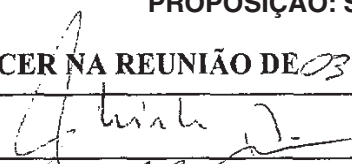
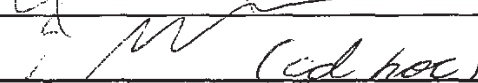


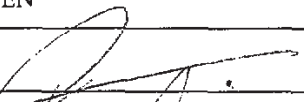
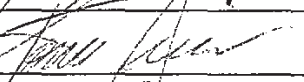
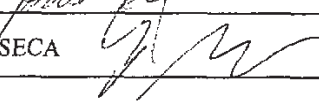
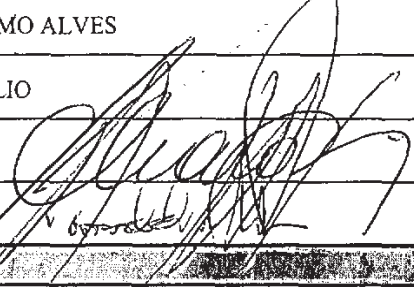
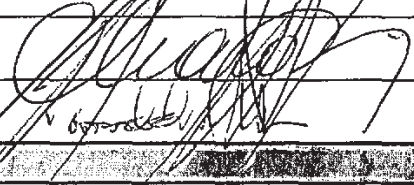
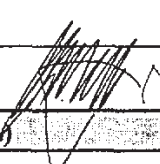

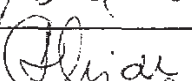
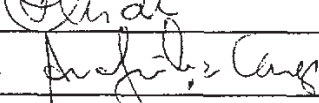
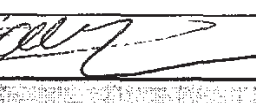
Em relação à terceira, há que se considerar a criação recente, por meio do Ato do Presidente do Senado Federal nº 79, de 2005, do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas, com o objetivo específico de propor medidas no mesmo sentido da sugestão, o que desautoriza esta Comissão de antecipar-se a suas conclusões e recomendações.

Em vista do exposto e considerando o que dispõe o inciso I do parágrafo único do artigo 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, propomos o acatamento das duas primeiras sugestões da ACAPS, em razão do que apresentamos as duas proposições legislativas correspondentes.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2006.

PROPOSIÇÃO: SUGESTÃO Nº 17/2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/05/2006, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  (ad hoc)	
Bloco da Minoria (PFL e PSDB).	
EDISON LOBAO 	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES 
JOSÉ AGRIPINO 	4 - VAGO
ROMEU TUMA 	5 - MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNCIO DA FONSECA 	6 - ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 - ÁLVARO DIAS 
VAGO	8 - FLEXA RIBEIRO 
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2 - GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP 
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL)	
FLÁVIO ARNS 	1 - MAGNO MALTA
FÁTIMA CLEIDE 	2 - SIBÁ MACHADO
ANA JÚLIA CAREPA 	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 - MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM 	5 - AELTON FREITAS
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE - PRESIDENTE	1 - OSMAR DIAS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 23, DE 2006**

Acrescenta dispositivo à Constituição Federal, para conceder imunidade tributária aos gêneros essenciais à alimentação humana básica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 150.
VII – instituir tributos sobre gêneros essenciais à alimentação humana básica, conforme definidos em lei complementar.
..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade democrática que dia a dia trabalhamos para construir tem obrigação de garantir condições mínimas de sobrevivência digna a todos. A alimentação é a mais básica das necessidades humanas, indissociável do instinto que, não apenas o homem, mas todo ser tem de manter-se vivo. Ao lado de certos bens es-

senciais – como moradia, educação, saneamento básico, saúde, salários justos, entre outros –, o Estado deve garantir a todo brasileiro a maior acessibilidade possível aos alimentos considerados indispensáveis para o ser humano.

Em nossa recusa intransigente de voltar as costas para necessitados e excluídos, consideramos que não basta o Estado fomentar a produção de grãos e dos outros produtos considerados básicos à alimentação do ser humano. Ao nosso ver, o Poder Público tem mais a dar. Cabe ao Estado desonerar-lhes ao máximo o custo.

Nesse sentido, acatamos a sugestão da Associação Capixaba de Supermercados, encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e propomos tomar as operações com os referidos produtos imunes à tributação.

A desoneração ora proposta, certamente, não inviabilizará as finanças da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A diferença a menor na arrecadação será compensada com o maior volume desses bens em circulação, decorrente do preço mais acessível. Ademais, resta ainda a possibilidade de que outros agentes econômicos, detentores de maior capacidade contributiva, arquem com uma parcela da redução de recursos.

Não resta dúvida de que é uma medida de justiça social a imunidade tributária objeto da alteração que se pretende introduzir na Carta Magna.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2006.

1. _____

2. _____

3. *José Figueiredo*

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

Edição em Anúncio

marcelo burella

Jonas Pinheiro

ALBERTO SILVA

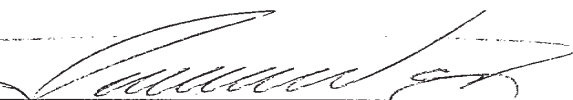
Élvano Dias


José Jorge


Srs. do. Deanele

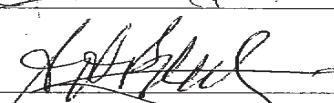
CRISTINA

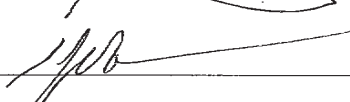
SERGIO CABRAL


11. 

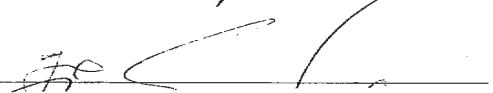
12. 

13.  (pl tramitar)

14. 

15. 

16.  Sibá Machado

17. 

Aelson Freitas

Heráclito Fortes

Fátima Cláudia

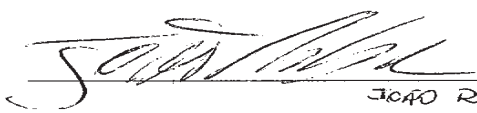
Artur Paz de Sousa

WELLINGTON SALGADO

Sibá machado


João Alberto

19. 



JOÃO RIBEIRO

20. 

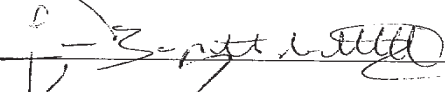
Rodolpho Tourinho

21. 

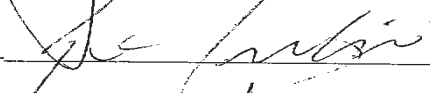
Ruiz Otávio

22. 

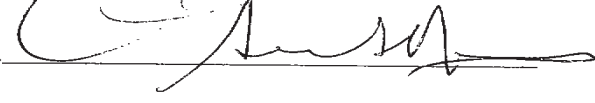
Gaibaldini Alves Filho

23. 

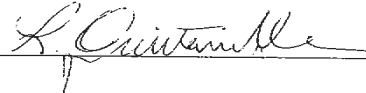
João Baptista Motta

24. 

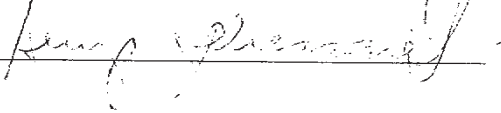
Francoise

25. 

Leandro Pereira

26. 

Leomar Quintanilha

27. 

Sergiy Shessarenko

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
.....

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2006

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
§ 1º Os supermercados poderão comercializar medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição, assim classificados pela autoridade sanitária federal.

§ 2º Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição, assim classificados pela autoridade sanitária federal. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é a autoridade federal encarregada de definir as categorias de venda de medicamentos.

Sua mais recente norma em relação ao assunto – a Resolução RDC nº 138, de 29 de maio de 2003

– relaciona, dentre outros, os medicamentos de venda sem prescrição médica. Essa lista está sujeita a ampliações e também a restrições periódicas, com base em evidências científicas.

Mundialmente, esses medicamentos são classificados como **Over The Counter (OTC)**, ou seja, “sobre o balcão”, e, em nosso País, são conhecidos como Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP), cuja dispensação não requer autorização expedida por profissional habilitado.

É cada vez maior a participação dos produtos MIP no mercado farmacêutico. Seu uso vai ao encontro do crescente desejo de cada indivíduo de assumir a responsabilidade sobre sua própria saúde. Nas farmácias e drogarias, eles são vendidos em estantes de auto-serviço, o que facilita sua venda e consumo. Isso significa que não há razão que justifique a comercialização desses produtos exclusivamente em estabelecimentos específicos.

No País, os MIP são produtos de consumo elevado. Trata-se de um segmento lucrativo, em expansão, que, segundo estimativas da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição (ABIMIP), responde por aproximadamente trinta por cento do mercado farmacêutico total. Desse universo de produtos, cerca de dezenove por cento são analgésicos.

A permissão legal para que outros estabelecimentos, no caso os supermercados, passem a comercializar esses MIP poderá trazer vantagens aos consumidores brasileiros. Como os supermercados compram em grande escala, seu poder de negociação de preços vantajosos também é grande, fato esse que poderá contribuir para a redução das despesas dos usuários com medicamentos.

É, portanto, oportuna a proposição de alterar a Lei nº 5.991, de 1973, segundo sugeriu a esta Casa, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Associação Capixaba de Supermercados.

Ante o exposto, e vislumbrando o alcance social da proposição acatamos a sugestão da Associação Capixaba de Supermercados, feita por meio da Suggestão CDH nº 17, de 2005.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2006.

PROPOSIÇÃO: SUGESTÃO Nº 17/2005**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/05/2006, OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Luiz A.</i>
RELATOR:	<i>(ad hoc)</i>
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
EDISON LOBAO	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 - VAGO
ROMEU TUMA	5 - MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNCIO DA FONSECA	6 - ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 - ÁLVARO DIAS
VAGO	8 - FLEXA RIBEIRO
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2 - GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL)	
FLÁVIO ARNS	1 - MAGNO MALTA
FÁTIMA CLEIDE	2 - SIBÁ MACHADO
ANA JÚLIA CAREPA	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 - MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM	5 - AELTON FREITAS
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE - PRESIDENTE	1 - OSMAR DIAS

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

Vitória, 24 de novembro de 2004

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências.

.....
Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos.

Parágrafo único. Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos anódinos, que não dependam de receita médica, observada a relação elaborada pelo órgão sanitário federal.

.....

OF. CDH-SUG 17/2005

Brasília, 3 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 102-E, § 1º e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, o acolhimento da Sugestão nº 17, de 2005, de autoria da Associação Capixaba de Supermercados – ACAPS.

O Parecer-CDH conclui pela apresentação de uma PEC, a qual acrescenta dispositivo à Constituição Federal, para conceder imunidade tributária aos gêneros essenciais à alimentação humana básica, e um PLS alterando a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam de apresentação de prescrição.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Burque**,
Presidente.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 250 DO RISF.

Exmo. Sr.

Senador Magno Malta

Senado Federal – DF

Assunto: Sugestões de atuação de Comissão sobre Legislação

Senhor Senador,

Em atendimento à solicitação de V. Ex^a, pelo Ofício Circular nº 1/03 – CLP em nome dos supermercados do Espírito Santo, temos a satisfação de encaminhar a esta comissão sugestões que, no nosso entendimento, irão contribuir para melhorar a legislação brasileira, sobretudo na área em que atuamos, esclarecendo obscuridades e tomando claros procedimentos que, hoje, deixam empresários e Judiciário confusos.

Um dos pontos, Senhor Senador, é em relação a venda dos chamados medicamentos anódinos. A legislação não é clara sobre ele e, embora não haja, na lei, uma proibição formal de eles serem vendidos nos supermercados, na prática, órgãos de fiscalização, estão impedindo esta venda. A venda, liberada, irá beneficiar o consumidor, já que os supermercados têm maior volume que as farmácias e, com isso, serão capazes de oferecer medicamentos a preços menores. Neste caso, estamos, já, sugerindo projeto de lei que atende aos requisitos aqui enunciados.

Outra sugestão que consideramos importante é em relação à taxa dos itens que compõem a Cesta Básica. Como V. Ex^a sabe, os principais consumidores destes itens – e da própria Cesta Básica – são os cidadãos de mais baixa renda. Com isso, a isenção dos produtos que a integram representará um benefício direto para os menos favorecidos, consistindo em um aumento da capacidade de compra e da possibilidade de, assim, terem um consumo de maior qualidade, melhorando sua alimentação. A isenção, neste caso, representa uma ação de inclusão social.

Solicitamos, ainda, a atenção de V. Ex^a para uma outra questão que é muito importante e sobre a qual vimos o início de uma movimentação, que é a simplificação dos procedimentos fiscais. Hoje, além de estar submetido a uma infinidade de tributos, contribuições, taxas, etc., o empresário – e o cidadão – se depara com um emaranhado de exigências na hora de fazer o recolhimento destes tributos e taxas. Cada uma delas tem um procedimento, uma burocracia, de forma que precisamos despender esforços para que tudo seja completado e preenchido de forma a atender aos diversos órgãos arrecadadores.

Este emaranhado, Senhor Senador, representa um custo adicional para as empresas e, como consequência, para o cidadão. Cada empresa, dependendo do seu por-

te, tem de agregar um ou mais profissionais que cuidam exclusivamente de procedimentos relacionados aos vários formulários de recolhimento de tributos, taxas, contribuições, etc. E o que é pior: as mudanças são constantes, não nos permitindo criar e manter uma rotina. Há, no caso, dispêndio de energia e de dinheiro, que não resulta em benefício para ninguém.

Estamos certos, Senhor Senador, que nossas sugestões serão acolhidas por V. Ex^a e por esta Comissão pois, como V. Ex^a e os demais senhores senadores que a integram, nosso objetivo é, ao simplificar procedimentos, contribuir para que a economia do Brasil e o próprio país cresça e ofereça novas oportunidades aos seus cidadãos.

Atenciosamente, – **João Carlos Coutinho De-
vens**, Presidente da ACAPS.

Razões para formulação de um Projeto de Lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5.991/73

Por muito tempo o comércio de medicamentos era exclusividade de farmácias, drogarias e congêneres. Todavia, em 30-6-94, a Medida Provisória nº 542/94, alterando as redações dos arts. 4º, 6º e 19 da Lei nº 5.991/73, estendeu aos supermercados a possibilidade de comerciarem os chamados medicamentos anódicos.

Os medicamentos anódicos são aqueles que não necessitam de prescrição médica.

Todavia, a conversão da Medida Provisória na Lei nº 9.069/95, não prescreveu explicitamente a competência para os supermercados venderem os ditos medicamentos, o que de certa forma inviabiliza o comércio, ante o receio a severas sanções.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça em recente julgado (RESP nº 272736), se manifestou que, por intermédio do Ministro Francisco Falcão, não havendo a lei mantido o entendimento constante da medida provisória, de estender aos supermercados o conceito de dispensários de medicamentos anódicos, ficou automaticamente cassada a autorização no momento em que a lei resultante da medida provisória deixou de considerá-los dispensários, logo, retirando-lhes a autorização para a venda dos anódicos.

Tal situação em muito prejudica o país, na medida em que veda a livre concorrência e a livre iniciativa, que são princípios basilares da Ordem Econômica, conforme art. 170 da Carta Maior, além é claro de prejudicar o consumidor, pois, este se vê privado de ter preços mais baixos ante a competição deflagrada entre os entes privados.

A autorização para o comércio de medicamentos anódicos pelos supermercados, viabiliza a produção, na medida em que aumentará o número de pessoas

habilitadas a praticarem o comércio, portanto, pode vir a gerar mais empregos.

Desta forma, ante as razões apresentadas, sugere-se a apresentação de um Projeto de Lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5.991/73, que passaria a ter a seguinte redação:

Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamentos e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos;
- e) supermercados. (alteração na legislação)

§ 1º Os supermercados somente poderão comercializar os medicamentos classificados como anódicos pelo Ministério da Saúde. (alteração na legislação)

Parágrafo único. Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos anódicos, que não dependam de receita médica, observada a relação elaborada pelo órgão sanitário federal.

Por sinal, existem decisões judiciais favoráveis, todavia, não há unanimidade, de sorte, que a alteração na legislação promoveria a solução do impasse.

Em julgamento da Ação nº 98.001.208360-3, que tramitou na 9ª Vara de Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo a ASSERJ (Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro) e o Estado do Rio de Janeiro, consta da sentença de piso (cópia anexa), que:

“a permissão aos supermercados à comercialização de medicamentos (...) resulta de exégesse sistemática e, principalmente, integradora, dando significado às alterações realizadas nos artigos 4º e 19º da Lei nº 5.991/73. Nesse sentido, a nova redação dos artigos, introduziu, implicitamente, modificação no rol do art. 6º.

Visto pelo ângulo oposto, a prevalência da limitação do artigo 6º tornaria absolutamente inútil o quanto introduzido nos mencionados artigos pela Lei nº 9.069/95, contrariando o velho brocardo da hermenêutica jurídica de que “a lei não tem palavras inúteis”.

Assim sendo, estas são as razões que justificariam a alteração no art. 6º da Lei nº 5.991/73, e que ora se sugere como apresentação de um projeto de lei.

Vitória/ES, 22 de novembro de 2004, – **Associação Capixaba de Supermercados.**

OF. Nº 58/05 – CDH

Brasília, 2 de agosto de 2005

Ilustríssimo Senhor
João Carlos Coutinho Devens
Presidente da Associação Capixaba de Supermercados
Vitória – ES

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, solicito a Vossa Senhoria a gentileza de encaminhar a esta Comissão uma declaração dessa entidade para comprovar a existência da pessoa jurídica, em complementação a sugestão encaminhada através de carta datada de 24-11-2004, dessa associação, conforme o que determina nosso Regimento Interno.

Desta forma, a declaração, dessa entidade, deverá constar que a entidade encontra-se regularmente inscrita no competente cartório de registro civil das pessoas jurídicas, informando, ainda, o número de registro oficial, que serão tomadas como prova documental da “existência da signatária”, sob as penas da lei.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões deverão ser encaminhadas de acordo com os seguintes requisitos formais:

- Por escrito (art. 410, do RISF c/c art. 1º, § 1º do Ato nº 1/2003 da CDH);
- Datada (art. 410, do RISF c/c art. 1º, § 1º do Ato nº 1/2003 da CDH);
- Assinada (art. 410, do RISF c/c art. 1º, § 1º do Ato nº 1/2003 da CDH);

- Acompanhadas de documento que comprove a existência da signatária (art. 1º, do Ato nº 1/2003 da CDH).

Atenciosamente. – **Altair Gonçalves Soares**,
Secretário da Comissão.

Vitória, 12 de Agosto de 2005

À Comissão de Legislação Participativa

Exº Sr.

Altair Gonçalves Soares
Secretário da Comissão

Declaração

Conforme solicitação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, através do Ofício Circular nº 58/05 – CDH, Declaramos para fins de complementação à sugestão encaminhada por esta associação através de carta datada de 24-11-2004, que a Associação Capixaba de Supermercados (ACAPS), está regularmente registrada como pessoa jurídica no Cartório Sarlo de Registro Civil das Pessoas Físicas e Jurídicas da Cidade de Vitória, sob o nº de Registro 2.054 do livro A-7.

Encaminhamos para fins de comprovação, a cópia autenticada da Certidão desta Entidade e, cópia do Estatuto Consolidado também autenticado.

Atenciosamente. – **João Carlos Coutinho Devens**, Presidente.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

755 C/ST/ PEREIRA, 30 - CENTRO - CEP 29.010-080 - VITÓRIA - ES - TEL: (27) 3132-1600 - FAX: (27) 3253-4372
 ERSI - AV. N. S. DOS NAVEGANTES, 755 - LOJA 14 - CEP 29.050-420 - VITÓRIA - ES - TEL: (27) 3137-2612 - FAX: (27) 3137-2614
 AV. S. DA PENHA, 595 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29.055-131 - VITÓRIA - ES - TEL: (27) 3137-2600 - FAX: (27) 3137-2610

RODRIGO SARLO ANTONIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

PROTOCOLO / TERMO
2054

FOLHA
10

Página : 1

RUBRICA

CERTIDÃO

O BACHAREL RODRIGO SARLO ANTONIO - OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DA CIDADE DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TABELIÃO DE NOTAS, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC., ETC...

CERTIFICO

e dou fé, por haver sido requerido pela parte interessada que, nesta data em meu Cartório, registrei:

DENOMINAÇÃO:	ACAPS - ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS
NATUREZA JURÍDICA:	ASSOCIAÇÃO
DURAÇÃO:	INDETERMINADA
INSTRUMENTO:	PARTICULAR
REPRESENTANTE:	SUPERINTENDENTE
FINS:	Reunir os empresários em todo o Estado, individual ou coletivamente, com estabelecimentos de supermercados, como tal definidos em leis federais, estaduais e municipais, quando existentes e, na ausência destas, pela tradição; proteger a categoria contra todos os fatores que possam impedir ou dificultar o seu desenvolvimento e funcionamento; promover a união associativa e a colaboração, na livre concorrência entre os sócios; cooperar, apoiar e manter permanente contratos com a Associação Brasileira de Supermercados; manter serviços de informação e assistência aos associados; manter efetiva colaboração com os poderes públicos estaduais e municipais; estabelecer convênios com organismos especializados de ensino técnico e profissional; promover a realização de convenções estaduais, conferências e ciclo de palestras.
ENDEREÇO:	RUA MISAEL PEDREIRA DA SILVA, Nº 138, ED. CASA DO COMÉRCO, 4º ANDAR, SALAS 401/408, SANTA LÚCIA, VITÓRIA - ES
FORO:	VITORIA
DESTINO PATRIMONIAL:	ASSEMBLÉIA GERAL
OBRIGAÇÃO SOCIAL:	NÃO
DIRETORIA:	
ESTATUTO REFORMÁVEL:	SIM
COMPETÊNCIA:	ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA FUNDAÇÃO:	24/04/1972
DATA APROVAÇÃO:	24/04/1972
DATA DA ELEIÇÃO:	24/04/1972
DATA DA POSSE:	24/04/1972
TEMPO MANDATO:	02 ANOS
DATA REGISTRO:	04/05/1972
OBSERVAÇÃO:	Ata da A. G. O. datada de 27/10/2004, que elegeu a diretoria para o biênio 2005/2006. Ata datada de 11/12/2004, que empossou a diretoria para o biênio 2005/2006.

FILIAIS

MEMBROS

JOÃO CARLOS COUTINHO DE VENS (ATÉ 11/12/2006)	PRESIDENTE
MÁRIO COELHO COUTINHO (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES. DE ASSUNTOS DE MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS
WELLINGTON LUIZ RODRIGUES (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES. ASSUNTOS DE PEQUENAS EMPRESAS

RODRIGO SARLO ANTONIO

CARTÓRIO
SARLO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

LIVRO

A-07

PROTOCOLO / TERMO
2054FOLHA
10

Página : 2

RUBRICA

ADERJÂNIO PEDRONI (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES. DE AS.DE EMPR. DO INTERIOR - NORTE
JORGE ZOUAIN (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES. ASSUNTOS DE EMPRESAS DO INTERIOR - SUL
JOSÉ HENRIQUE NEFFA (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES. ASSUNTOS EVENTOS, REC.HUMANOS E REL.C/F
JOÃO TARCÍCIO FALQUETO (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES.ASSUNTOS ADM., FINANCEIRO, PATR. E EXP.Q
DAILTON PERIM (ATÉ 11/12/2006)	VICE-PRES.AS.ABASTECIMENTO,REL.C/CONSU AUT
JOÃO BATISTA RONCETTI (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
VALDÊS CALVI (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
GILMAR AUGUSTO DE SOUZA (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
ROMILDO HACKBART (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
LODOVICO ANSINI FAÉ (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
CARLOS HENRIQUE BORGES MIRANDA (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
EVANDRO NICKEL (ATÉ 11/12/2006)	SUPLENTE
FÁBIO ANTÔNIO HERTEL (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
UBIRAJARA CATABRIGA ZACHÉ (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
PAULO ALVIM MAESTRI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
MARIA JOSÉ MAIN LUCAS (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
ADALTO CASAGRANDE (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
ELIOMAR CESAR AVANCINI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
SANTO ADMAR BIAZUTTI LEITE (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR
SEBASTIÃO MONTEIRO DOS SANTOS (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - EFETIVO
SILVIO LUIZ FIORESE (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - EFETIVO
CARLÚCIO ROCHA NUNES (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - EFETIVO
RODRIGO PERIM (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - SUPLENTE
JOSÉ LUIZ DALL'ORTO (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - SUPLENTE
EDGAR CORDEIRO (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO FISCAL - SUPLENTE
ANDERSON LOZIER SARMENQUI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - ARACRUZ
OSVALDO PERIM (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - CACHOEIRO
RODRIGO PAZOLINI REALI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - COLATINA
SAULO ROMEU PARTELLI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - GUARAPARI
MARCOS EMERY LUCINDO (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - GUAÇUI
ANDERSON ANTÔNIO GRASSI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - LINHARES
JOSÉ CARNIELI (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - NOVA VENÉCIA
NATANAGILDO BELTRAME (ATÉ 11/12/2006)	DIRETOR REGIONAL - SÃO MATEUS
FLÁVIO MARTINS OLIVEIRA (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDORES - EFETIVO
PAULO ROBERTO COLNAGO DANIEL (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDORES - EFETIVO
ÉLCIO ALVES (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDORES - EFETIVO
RONILDO DADALTO (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDORES - SUPLENTE
JOSÉ MARIA MEZADRI (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDORES - SUPLENTE
VALÉRIO PELISSON MANENTE (ATÉ 11/12/2006)	CONSELHO DE FORNECEDOR - SUPLENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PÇA COSTA PEREIRA, 50 - CENTRO - CEP 29.010.080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (27) 3132-1600 - FAX: (27) 3233-4372
SUCURSAL 1: ENSEADA DO SUÁ - AV. N. S. DOS NAVEGANTES, 755 - LOJA 04 - CEP: 29.050-420 - VITÓRIA - ES - TEL.: (27) 3137-2612 - FAX: (27) 3137-2614
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA 595 - LOJA 3 - PRAIA DO CARTO - CEP 29.055.131 - VITÓRIA - ES - TEL.: (27) 3137-2600 - FAX: (27) 3137-2610

RODRIGO SARLO ANTONIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO **A-07** PROTOCOLO / TERMO **2054** FOLHA **10** Página : 3 RUBRICA

WILLIAN CARONE JÚNIOR (ATÉ 11/12/2006)	DELEGADO JUNTO A ABRAS
HÉLIO HOFFMANN SCHNEIDER (ATÉ 11/12/2006)	SUPERINTENDENTE
AVERBAÇÃO Nº 001 16/11/1976	DATA DO INSTRUMENTO: 01/06/1976
AVERBAÇÃO Nº 002 15/04/1978	DATA DO INSTRUMENTO: 07/03/1978
AVERBAÇÃO Nº 003 15/07/1981	DATA DO INSTRUMENTO: 11/03/1980
AVERBAÇÃO Nº 004 30/08/1995	DATA DO INSTRUMENTO: 08/03/1993
AVERBAÇÃO Nº 005 30/05/1997	DATA DO INSTRUMENTO: 05/04/1997
AVERBAÇÃO Nº 006 29/03/1999	DATA DO INSTRUMENTO: 03/02/1999
AVERBAÇÃO Nº 007 28/12/2000	DATA DO INSTRUMENTO: 26/12/2000
AVERBAÇÃO Nº 008 21/03/2001	DATA DO INSTRUMENTO: 30/03/1997
AVERBAÇÃO Nº 009 16/11/2001	DATA DO INSTRUMENTO: 16/10/2001
AVERBAÇÃO Nº 010 01/11/2002	DATA DO INSTRUMENTO: 17/10/2002
AVERBAÇÃO Nº 011 21/01/2003	DATA DO INSTRUMENTO: 03/01/2003
AVERBAÇÃO Nº 012 30/01/2003	DATA DO INSTRUMENTO: 29/11/2002
AVERBAÇÃO Nº 013 12/11/2004	DATA DO INSTRUMENTO: 27/10/2004
AVERBAÇÃO Nº 014 04/02/2005	DATA DO INSTRUMENTO: 27/10/2004

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Extraída a presente certidão, nesta Cidade de Vitória, em 10/02/2005

Eu, _____, (Rodrigo Sarlo Antonio),

Oficial do Cartório do Registro Civil, fiz digitar, subscrevo, dou fé e assino.

RODRIGO SARLO ANTONIO

OFICIAL

LUCIANA

Luciana A. P. Sarlo Alves
Escrevente

ACAPS - ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS

7ª Alteração Estatutária

Estatuto Consolidado

TÍTULO I-DA ASSOCIAÇÃO E FINS**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

Art. 1º - A ACAPS - Associação Capixaba de Supermercados é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, filiada no âmbito federal à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS – ABRAS, com sede à Rua Misael Pedreira da Silva, 138 – Ed. Casa do Comercio – 4º andar – Salas 401/408 – Santa Lúcia – Vitória – ES e foro na cidade de Vitória, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - A ACAPS funcionará como entidade de classe por prazo indeterminado, tendo por fim:

- a) Congregar os empresários do Estado do Espírito Santo, individual ou coletivamente, com estabelecimentos de supermercados, como tal definidos em leis federais, estaduais e municipais, quando existentes e, na ausência destas, pela tradição;
- b) Proteger a categoria contra todos os fatores que possam impedir ou dificultar seu desenvolvimento e funcionamento no Estado do Espírito Santo;
- c) Promover a união associativa e a colaboração dentro do espírito de franca lealdade e solidariedade, sem interferir, entretanto, na livre concorrência existente entre seus sócios;
- d) Cooperar, apoiar e manter permanente contato com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS - ABRAS, no âmbito federal e com as associações de classe estaduais, notadamente as associações comerciais de todo o Estado e a Federação do Comércio do Espírito Santo;
- e) Manter serviços de informação e assistência aos associados, visando esclarece-los sobre todos os assuntos que digam respeito aos interesses da classe, devendo para isso manter permanente divulgação através dos órgãos da ABRAS ou de órgãos próprios de divulgação, estabelecer convênios e utilizar todos os demais veículos de comunicação;
- f) Manter efetiva colaboração com os poderes públicos, estaduais e municipais, promovendo estudos e troca de informações destinados ao aperfeiçoamento da legislação pertinente a categoria;
- g) Estabelecer convênios com organismo especializados no ensino técnico profissional, pertencente à ABRAS ou de outras entidades e manter cursos próprios sempre que possível e necessário;
- h) Promover a realização de Convenções Estaduais e participar das convenções e eventos promovidos pela ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados, enviando-lhe delegações e representantes;
- i) Promover conferências, ciclo de palestras, seminários e outros tipos de reuniões, objetivando a solução de problemas, a melhoria de métodos, a difusão do processo de auto-serviço e a elevação cultural da classe;
- j) Representar seus associados administrativamente e em juízo, mediante autorização da Assembléia.

TÍTULO II- DO QUADRO SOCIAL**CAPÍTULO I - DOS ASSOCIADOS**

Art. 3º - A ACAPS terá número ilimitado de associados, classificados em 5 (cinco) categorias:

- a) **Efetivos:** São as pessoas jurídicas de supermercados estabelecidas no Estado do Espírito Santo, que se dediquem à distribuição de gêneros alimentícios e demais artigos, através de auto-serviços, com predominância da seção de mercearia e, pelo menos mais 2 (duas) outras, dentre açougue, hortifrutigranjeiros, rotesseria, bazar e padaria;
- b) **Aspirantes:** São as pessoas jurídicas estabelecidas no Estado Espírito Santo, que se dediquem à distribuição de gêneros alimentícios, mas que não preencham os requisitos enumerados na alínea anterior, e que possam vir a ser preenchidos no futuro;
- c) **Colaboradores:** São as empresas comerciais e industriais fornecedoras das empresas de supermercados, bem como seus representantes e vendedores, empresas públicas e sociedades civil de prestação de serviço, que transacionam com os associados da ACAPS;
- d) **Correspondentes:** São as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas em outro Estado ou no Exterior, que tenham legítimo interesse no processo de comercialização através de auto-serviço;
- e) **Honorários:** São as pessoas físicas ou jurídicas que não pertencendo ao quadro social, prestem à classe supermercadista, ou ao Estado do Espírito Santo, serviços de tal relevância que os credenciem a esta distinção;

Parágrafo Único: O associado admitido, ainda que atenda às especificações e requisitos do art. 3º, "a", estará por 6 (seis) meses, a contar da data de aprovação da respectiva proposta, filiado à categoria de aspirantes, podendo após este lapso de tempo ser alçado a categoria de associado efetivo automaticamente, desde que não haja objeção do Conselho Diretor.

CAPÍTULO II - DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E SUSPENSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Os Associados efetivos, aspirantes, colaboradores e correspondentes serão admitidos por aprovação do Conselho Diretor, mediante proposta de um associado ou do próprio candidato.

Art. 5º - Os Associados honorários serão admitidos pela Assembléia Geral, por proposta de 10 (dez) associados, no mínimo, com parecer favorável do Conselho Diretor.

Art. 6º - O Associado poderá desligar-se do quadro social, mediante manifestação expressa de vontade, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - O Associado poderá ser suspenso ou demitido do quadro social por deliberação do Conselho Diretor e aprovação do Conselho Superior, quando:

- a) Deixar de pagar mais de 3 (três) mensalidade nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, ou todo e qualquer emolumento, ou contribuição devido à ACAPS;

b) Deixar de cumprir as normas estabelecidas neste estatuto, bem como as deliberações e resoluções dos órgãos consultivos da ACAPS;

c) Perturbar o funcionamento da ACAPS e a harmonia entre os associados;

d) For condenado por crime inafiançável ou contra a propriedade;

e) Praticar grave falta que o incompatibilize com a ACAPS ou seus associados;

f) Tiver decretada sua falência, até sua reabilitação mediante sentença passada em julgado.

Parágrafo Primeiro: O associado que por qualquer motivo se tenha desligado da ACAPS, e queira retomar sua filiação, passará obrigatoriamente pelo mesmo processo de filiação inicial e cumprirá a disposição do parágrafo único, do artigo 3º.

Parágrafo Segundo: Da decisão do Conselho Superior, suspendendo ou eliminando o associado, caberá recurso. Este recurso não terá efeito suspensivo, e deverá ser entregue, por escrito, à entidade, dirigido à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação.

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 8º - Os Associados efetivos, quando no uso e gozo de todos os seus direitos e quites com suas obrigações para com a ACAPS, têm direito a:

a) Votar a ser votado para cargos efetivos;

b) Apresentar ao Conselho Diretor qualquer proposta que julgarem útil aos interesses da associação, aos do comércio de supermercados e aos do Estado do Espírito Santo;

c) Cumprir o estatuto, regulamentos expedidos e as deliberações e resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho Diretor e do Conselho Superior;

d) Concorrer para realização dos fins da ACAPS, observando sua filosofia;

e) Comparecer às Assembléias Gerais;

f) Pagar as mensalidades, emolumentos ou contribuições, pontualmente, devidos à ACAPS, importando a infração deste preceito na perda de direitos reconhecido no art. 7º.

Art. 9º - Os associados que só pertencerem à categoria de aspirantes, colaboradores e honorários têm todos os direitos e deveres dos associados efetivos, exceto:

a) Votar nas deliberações das Assembléias Gerais, podendo entretanto delas participar;

b) Exercer cargos eletivos na ACAPS;

Parágrafo Primeiro: Os associados honorários são dispensados do pagamento de jóias, mensalidades e demais contribuições à ACAPS.

Parágrafo Segundo: Os associados aspirantes, em gozo de todos os seus direitos, e em dia com todos os seus deveres, poderão fazer parte de comissões formadas para tratar de assuntos de seus interesses.

Art. 10º - Os associados não respondem solidária, individual, ou subsidiariamente, por obrigações contraídas pela ACAPS.

Art. 11º - As empresas individuais ou coletivas serão representadas na ACAPS, por seus titulares, sócios-gerentes, diretores ou procuradores e outros propostos devidamente credenciados.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE

Art. 12º - A ACAPS será constituída dos seguintes órgãos:

a) Assembléia Geral;

b) Conselho Consultivo;

c) Conselho Diretor;

d) Conselho de Fornecedores;

e) Conselho Fiscal;

f) Conselho Superior;

Art. 13º - Os membros eleitos, nomeados e convidados que compõem os órgãos ou comissões da ACAPS, desempenharão seus cargos sem perceberem qualquer remuneração, porcentagem, participação, gratificação ou outras vantagens econômico-financeiras, a qualquer título.

Art. 14º - Somente poderão desempenhar cargos eletivos, os associados a quem este estatuto conferir tal direito, que estejam em dia com suas obrigações junto à entidade.

Parágrafo Primeiro: Não será permitida a nenhum associado a acumulação de cargo eletivo, exceto aos Diretores Regionais.

Parágrafo Segundo: O exercício de atividade no ramo será comprovado, sempre que necessário, pela empresa a que pertencer ao interessado, sendo a apreciação final dessa qualidade de competência do Conselho Diretor da ACAPS, por metade mais um dos votos.

Parágrafo Terceiro: As restrições do caput deste artigo não se aplicam para os integrantes do Conselho de Fornecedores, cujos membros serão sempre sócios colaboradores.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral é órgão supremo da Associação, sendo soberana em suas decisões, sobre todos os assuntos de interesse social, desde que propostos pelos demais órgãos administrativos, ou por qualquer associado, no gozo de seus direitos sociais, e que constem da ordem do dia, competindo-lhe privativamente:

I - eleger os administradores;

II - destituir os administradores;

III - aprovar as contas;

IV - alterar o estatuto.

Parágrafo único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, em a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 16º - A Assembleia Geral deliberará por maioria simples dos votos, salvo na hipótese de dissolução e liquidação da Associação, caso em que será necessária a aprovação dos sócios que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) do quadro social.

Art. 17º - Nas deliberações da Assembleia Geral, cada associado terá direito a um voto, sendo permitida a representação por procurador, devendo este, também ser sócio da ACAPS. Este voto poderá ser emitido pessoalmente, via fax ou através do procurador.

Parágrafo Primeiro: Não será permitido ao mesmo procurador representar mais do que 3 (três) associados.

Parágrafo Segundo: Os votos serão em regras abertas, podendo inclusive se darem por aclamação, a não ser que um dos presentes solicite que sejam secretos

Art. 18º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no mês de março, em dia útil, previamente marcada pelo Presidente do Conselho Diretor, para tomar conhecimento do relatório e aprovação das contas da Associação.

Parágrafo único: A Assembleia Geral, de 2 (dois) em 2 (dois) anos, ocorrerá em data definida pelo Conselho Diretor para a realização das eleições.

Art. 19º - A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente do Conselho Diretor, ou a requerimento, com designação de seus fins, pela maioria dos seus Diretores, ou de 1/5 (um quinto) no mínimo, de associados.

Art. 20º - As convocações para as Assembleias Gerais serão feitas com antecedência de 10 (dez) dias no mínimo, por meio de editais publicados em jornal de grande circulação ou por circulares enviadas por via postal, sob registro, para os sócios estabelecidos ou domiciliados no interior do Estado, com a ordem do dia.

Art. 21º - A exceção das matérias relacionadas no artigo 15º, incisos II e IV, deste Estatuto Social, a Assembleia Geral deliberará em primeira convocação com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados e, em segunda, meia hora depois, com qualquer número de associados presentes, desde que a presença mínima seja de 10% (dez por cento) dos associados efetivos.

Art. 22º - O Presidente da Diretoria Executiva instalará a Assembleia Geral, procedendo imediatamente à eleição, por aclamação, do associado efetivo que presidirá os trabalhos, cabendo a este a escolha de tantos secretários quanto achar necessários.

Art. 23º - Será lavrada uma ata de tudo que ocorrer na Assembleia Geral, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os componentes da mesa e pelos associados presentes que o desejarem fazer.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO CONSULTIVO E DO CONSELHO DIRETOR

Art. 24º - O Conselho Consultivo é composto de até 22 (vinte e dois) membros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, conforme o Título V deste Estatuto, sendo:

a)01 (um) Presidente;

b)07 (sete) Vice-Presidentes;

c)07 (sete) Suplentes a Vice-Presidentes;

d)Até 07 (sete) Diretores;

Art. 25º - O Conselho Consultivo reunir-se-á, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou quando for solicitado por qualquer um dos Vice- Presidentes, através de aprovação do Conselho Diretor, para debater assuntos específicos relativos aos negócios da ACAPS, e nos casos em que a importância do fato assim o justifique.

Art. 26º - As decisões do Conselho Consultivo deverão ser executadas pelo Conselho Diretor de forma obrigatória, e serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 27º - O Conselho Diretor é o órgão executivo do Conselho Consultivo, composto de seu Presidente e de seus 7 (sete) Vice-Presidentes.

Parágrafo único: Os Vice-Presidentes representarão as seguintes pastas:

1)Assuntos de Pequenas Empresas;

2)Assuntos de Médias e Grandes Empresas;

3)Assuntos de Empresas do Interior .Norte;

4)Assuntos de Empresas do Interior .Sul;

5)Assuntos de Eventos, Recursos Humanos e Relações com Fornecedores;

6)Assuntos Administrativo, Financeiro, Patrimonial e de Expansão do Quadro Social;

7)Assuntos de Abastecimentos, Relações com Consumidores, Autoridades e Entidades de Classe.

Art. 28º - O Conselheiro perderá o mandato nas seguintes hipóteses:

a)Por expressa renúncia a qualquer tempo;

b)Por prática de infração do presente estatuto;

c)Por falta de 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho Diretor, se fizer parte deste, ou 40%(quarenta por cento)das ocorridas, ressalvada a hipótese de apresentação de justificativa, e que seja aceita pelo próprio Conselho;

d)Por destituição, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único: Ocorrida a perda do mandato por parte de um dos Vice- Presidentes, outro Conselheiro neste cargo será empossado, através de indicação do Presidente do Conselho Diretor.

Art. 29º - Nas hipóteses de destituição, perda automática de mandatos, renúncia, ou redução do Conselho Diretor Suplente a menos de 5 (cinco) membros, convocar-se-ão Diretores do Conselho Consultivo para preenchimento dos cargos vagos.
Parágrafo único: Os novos Conselheiros eleitos exercerão as funções de seus cargos até a complementação dos mandatos dos antigos Conselheiros.

Art. 30º - Compete ao Conselho Diretor:

- a) Fixar a política geral e a orientação das atividades da Associação, a serem observadas pelo Superintendente;
- b) Zelar pela observância dos objetivos da Associação e pela preservação da imagem da mesma;
- c) Aprovar o programa anual de trabalho, a previsão orçamentária para o exercício seguinte e o planejamento estratégico, com base em proposta do superintendente;
- d) Apreçar os programas de convenções e encontros e seus respectivos oradores;
- e) Aprovar a admissão de associado efetivo e deliberar sobre a concessão de título de associado honorário.
- f) Deliberar sobre a demissão ou suspensão de associados, nas hipóteses previstas no Art. 7º;
- g) Aprovar a constituição e extinção de Diretorias Regionais, devendo indicar o Diretor Regional quando a criação de ... períodos que intermediem eleições, ou quando em vacância do cargo;
- h) Sugerir a criação de comissões e grupos de trabalho, indicando seus integrantes, bem como extingui-las;
- i) Na ausência do Presidente do Conselho Diretor ou do Superintendente, indicar um conselheiro para representar a ACAPS junto à ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados;
- j) Aprovar a indicação, feita pelo Superintendente, das delegações e membros da equipe interna que farão viagens custeadas pela entidade;
- l) Aprovar e alterar, em ata de reunião, as normas internas sugeridas pelo Superintendente;
- m) Aprovar, bem como alterar a regulamentação deste estatuto;
- n) Resolver os casos omissos deste estatuto;
- o) Propor a alteração do estatuto social, dissolução da Associação, bem como liquidação do patrimônio da entidade, para posterior deliberação da Assembléia Geral;
- p) Convocar as Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, na forma desse Estatuto, podendo tal competência ser delegada ao Superintendente em ata de reunião do Conselho Diretor;
- q) Contratar auditorias particulares;
- r) Responder diretamente pelo patrimônio social, cabendo, entretanto, a todos os associados a obrigação de zelar pelo patrimônio da entidade;
- s) Aplicar e alinear bens da Associação, bem como contrair obrigações que não se enquadrem nos limites da previsão orçamentária, com aprovação da Assembléia Geral;
- t) Deliberar sobre relatório e as demonstrações financeiras apresentadas pelo Superintendente;

Art. 31º - Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- b) Fazer cumprir as decisões do Conselho Diretor;
- c) Nomear um dos Vice-Presidentes para representá-lo, quando de sua ausência;
- d) Licenciar, mediante requerimento escrito, a qualquer de seus membros, pelo tempo máximo de 4 (quatro) meses, não podendo a soma das licenças intercaladas ultrapassar a 8 (oito) meses, salvo motivo comprovado de doença;
- e) Nomear suplentes aos cargos de Vice-Presidentes, no caso de perda de mandato de um deles, conforme art. 27, parágrafo único;
- f) Fazer parte do Conselho Deliberativo da ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados, como delegado da ACAPS;
- g) Aprovar mensalidade, jóias e outras contribuições dos associados, com base em valores sugeridos pelo Superintendente;
- h) Admitir e demitir empregados, nomear representantes, contratar técnicos, consultores e redatores de qualquer natureza, em conjunto com o Vice-Presidente de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais, podendo delegarem essa competência ao Superintendente, bem como suspendê-la;
- i) Admitir e demitir o Superintendente, com base em aprovação prévia do Conselho Diretor;

Art. 32º - Compete aos Vice-Presidentes do Conselho Diretor:

- a) Estarem atentos às necessidades dos associados, em suas respectivas pastas, pesquisando e dialogando com os interessados, buscando captar seus anseios, formulando projetos e reivindicações junto à ACAPS, ou outros órgãos competentes e atuando com efetividade para viabilizá-los;
- b) Formar Comissões Permanentes para sua pasta e Grupos de Trabalho sobre assuntos pertinentes à sua área, dentro da necessidade da entidade, compondo tais grupos, basicamente, de membros do Conselho Consultivo, podendo também convidar outros associados para tal;
- c) Representar a entidade em reuniões e outras circunstâncias onde se discuta assuntos de interesse de suas pastas;
- d) Auxiliar o Presidente do Conselho Diretor nos assuntos de sua competência estatutária;
- e) Substituir o Presidente do Conselho Diretor em sua ausência e ou impedimento temporário ou definitivo, com base em instrumento particular de procuração.

Art. 33º - Compete ao Vice-Presidente de Assuntos Administrativo, Financeiros e Patrimoniais:

- a) Responsabilizar-se, juntamente com o presidente do Conselho Diretor e Superintendente, pelas contas correntes bancárias e os saldos financeiros da ACAPS, na forma do art. 37, parágrafo primeiro, desde que haja sua assinatura, não se responsabilizando portanto pelos documentos assinados pelo Presidente do Conselho Diretor;
- b) Acompanhar os assuntos pertinentes à sua área, portando-se aos Conselhos Diretor e Superior sempre que se fizer necessário;

c) Os atos mencionados nas letras "n" e "o", do artigo 30 que não tiverem sido assinados pelo Vice-Presidente para Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais deverão ser por este rubricados, dentro do prazo de 40 (quarenta) dias, para que seja de seu conhecimento.

Art. 34º - O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, em data definida pelos membros do Conselho.

Parágrafo Primeiro: A data definida para reuniões mensais poderá ser alterada a qualquer tempo, pela conveniência dos membros do Conselho Diretor.

Parágrafo Segundo: O Conselho Diretor funcionará com a presença mínima de 30% (trinta por cento) de seus membros e deliberará com número igual à metade mais um dos votos, dos presentes.

Parágrafo terceiro: Cada Conselheiro tem direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho Diretor, a não ser que haja mais de um representante de um mesmo associado efetivo, quando o voto se dará por empresa.

Parágrafo quarto: Nas votações a descoberto o Presidente do Conselho Diretor terá o voto de qualidade para desempatar. Nas votações secretas votará como os demais Conselheiros.

Art. 35º - A convocação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para reuniões do Conselho Diretor, será feita ordinariamente, por seu Presidente, mas poderá ser feita por 1/3 (um terço) de seus membros, caso haja relevante interesse ou impedimento de que o próprio Presidente o faça.

Parágrafo primeiro: O Conselho Diretor estará automaticamente convocado para reunião mensal, a se realizar em dia definido pelos seus membros.

Parágrafo segundo: Além da reunião mensal, o Conselho Diretor poderá ser convocado extraordinariamente a qualquer tempo.

Parágrafo terceiro: Os Conselheiros poderão ser convocados às reuniões por telegrama, fax, ou por telefone. No caso de convocação via telefone esta se fará diretamente ao Conselheiro, ou a pessoa por ele credenciada, sendo que tal forma de convocação poderá ser recusada formalmente pelo Conselheiro a qualquer momento.

CAPÍTULO IV - DO SUPERINTENDENTE

Art. 36º - A Administração Geral da Associação será exercida por um Superintendente.

Art. 37º - Compete ao Superintendente:

- a) Executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Diretor, executar e cumprir com efetividade o Planejamento Estratégico e planos de trabalho, bem como auxiliar o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho Diretor nos assuntos de sua competência estatutária;
- b) Comunicar, formalmente, aos Vice-Presidentes assuntos relacionados às sua pastas para devidas providências;
- c) Elaborar o planejamento estratégico da ACAPS, após as eleições, planejamento este embasado na visão do Conselho Superior, Conselho Diretor e de seu Presidente, e de sua própria visão, subsidiado pelas Comissões Setoriais e sugestões dos Associados. Este planejamento deverá deixar claro os objetivos quantificados da ACAPS, as estratégias para atingi-los, datas e responsáveis;
- d) Zelar pela observância dos objetivos da ACAPS e pela preservação da imagem da mesma, embasado em sua filosofia;
- e) Representar a ACAPS como um todo, sendo responsável pelos pronunciamentos oficiais em nome da mesma;
- f) Representar a ACAPS em convenções e reuniões de interesse do segmento supermercadista, e/ou da entidade, realizadas no Brasil. Quanto às que se realizarem no exterior, dependerão de prévia aprovação do Presidente do Conselho Diretor, Vice-Presidente de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais e Vice-Presidente de Assuntos de Eventos, Recursos Humanos e Relações com Fornecedores;
- g) Representar a ACAPS em juízo ou fora dele;
- h) Admitir e demitir empregados, nomear representantes, diretores e contratar técnicos, consultores e redatores de qualquer natureza, com base em poderes delegados pelo Presidente do Conselho Diretor;
- i) Organizar o quadro de funcionários da ACAPS, determinando as condições de provimento e fixando, ouvido o Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais;
- j) Propor ao Conselho Diretor listagem de membros da equipe interna que farão viagens custeadas pela entidade;
- l) Apresentar anualmente, ou quando solicitado, ao Conselho Diretor, e à Assembléia Geral Ordinária na época própria, relatório de sua gestão, prestação de contas e proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- m) Sugerir valores de mensalidades, jóias e outras contribuições dos associados ao Conselho Diretor;
- n) Abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias e ou junto a particulares, responsabilizando-se por estas;
- o) Assinar títulos de créditos e outros documentos de interesse da sociedade;
- p) Abrir, rubricar e encerrar os livros oficiais da ACAPS;
- q) Fazer parte do Conselho Deliberativo da ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados, como representante da ACAPS;

Parágrafo primeiro: Para a prática dos atos mencionados nas letras "n" e "o" serão necessários, além da assinatura do Superintendente, a do Presidente do Conselho Diretor, ou do Vice-Presidente para Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimonial e de Expansão do Quadro Social. A norma acima não se aplica aos pagamentos de até cinco salários mínimos, que poderá ser assinado somente pelo Superintendente.

Parágrafo segundo: Responsabilizar-se, juntamente com o Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais, pelas contas correntes bancárias e os saldos financeiros da ACAPS;

Parágrafo terceiro: O Superintendente, a partir da data de assinatura de seu contrato de prestação de serviços junto à entidade, fica impedido de exercer atividades empresariais que possam ser beneficiadas em função de seu cargo assumido na ACAPS, salvo em casos especiais autorizados pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE FORNECEDORES

Art. 38º - O Conselho de Fornecedores é órgão representante das empresas fornecedoras dos supermercados, eleito pela Assembléia Geral que elege o Conselho Consultivo, na forma estabelecida no Título V deste Estatuto, sendo constituído de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes;

Art. 39º - As chapas candidatas para membros do Conselho de Fornecedores, serão apresentadas em separado do resto dos cargos;

Art. 40º - Para eleição do Conselho de Fornecedores, poderão participar com direito a voto os sócios colaboradores em dia com suas obrigações sociais;

Art. 41º - Os Conselheiros efetivos e suplentes tomarão posse na Assembléia que os eleger;

Art. 42º - O Conselho de Fornecedores reunir-se-á todas as vezes em que for convocado, podendo esta convocação ser feita por qualquer um dos membros, através de circular, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

Art. 43º - Compete ao Conselho de Fornecedores:

- Colaborar com as Vice-presidências do Conselho Diretor, participando dos seus debates sempre que solicitado;
- Designar representantes para comissões e grupos de trabalho quando solicitado pelas Vice- Presidências do Conselho Diretor;
- Elaborar propostas e sugestões sobre assuntos de interesses da classe, especialmente relativos as relações com fornecedores, consumidor e abastecimento;

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL

Art. 44º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador das finanças da Associação, eleito pela mesma Assembléia Geral que elege o Conselho Consultivo, na forma estabelecida no Título V deste Estatuto, sendo constituído de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes.

Art. 45º - Os Conselheiros efetivos e suplentes tomarão posse na Assembléia que os eleger.

Art. 46º - O Conselho Fiscal reunir-se-á todas as vezes em que for convocado, podendo esta convocação ser feita por qualquer um de seus membros, através de circular, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 47º - Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar e fiscalizar todo o movimento econômico-financeiro da entidade;
- Dar parecer sobre qualquer assunto de ordem econômico-financeira, quando consultado pelo Conselho Diretor;
- Conferir e examinar, lavrando o seu parecer, os balancetes, o relatório e o balanço do exercício financeiro;
- Convocar o suplente eleito para preencher qualquer vaga de membro efetivo;

Parágrafo único: Para dar parecer sobre as contas da entidade, balanço e propostas de orçamentos, o Conselho Fiscal poderá apoiar-se em assessoramento técnico ou contratar contadores legalmente habilitados para proceder às revisões necessárias. Estes serviços, especialmente seus custos, devem ser aprovados previamente pelo Conselho Diretor.

Art. 48º - As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas por um Conselheiro escolhido entre eles, de cuja reunião será lavrada Ata que será assinada por todos.

Art. 49º - Na hipótese de destituição, perda automática de mandato ou renúncia, havendo a redução do Conselho Fiscal a menos de 4 (quatro) membros, convocar-se-á a Assembléia Geral para nova eleição e preenchimento dos cargos vagos. Os novos Conselheiros fiscais eleitos exercerão as funções de seus cargos, até a complementação do mandato dos antigos Conselheiros.

CAPÍTULO VII - DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 50º - O Conselho Superior é órgão especial constituído, em caráter vitalício, de pessoas físicas que tenham exercido os cargos de Presidente e Vice-Presidente da ACAPS e de Presidente do Conselho Diretor a partir desta data, e que integrem o corpo de Diretores de qualquer um dos associados efetivos.

Parágrafo único: Atendendo ao disposto no Art. 14, parágrafo 2º, o conselheiro que deixar o ramo de supermercadista poderá participar de quaisquer reuniões, entretanto perderá o direito a voto.

Art. 51º - Compete ao Conselho Superior:

- Emitir parecer sobre consultas que lhe devam ser feitas pelo Conselho Diretor sobre assuntos que envolvam interesses da maior relevância para a consecução dos objetivos da ACAPS;
- Emitir parecer em recursos dirigidos à Assembléia Geral sobre atos punitivos do Conselho Diretor quando fundados pressupostos nas letras "b", "c", "d", "e" e "f" art. 7º do Estatuto;
- Participar, nas sessões do Conselho Diretor, dos debates de todos os assuntos constantes da ordem do dia, sem direito a voto;
- Confrontar a previsão orçamentária e balancetes para acompanhamento e análise, a posição dos recursos da Entidade, bem como o número dos integrantes do quadro social;
- Apreciar e deliberar sobre a renúncia total ou parcial do Conselho Diretor;
- Julgar os recursos contra os atos do Conselho Diretor, nos casos previstos neste estatuto;

Parágrafo primeiro: As sessões do Conselho Superior serão dirigidas pelo seu Presidente e, na sua ausência por um de seus membros escolhidos entre os presentes.

Parágrafo segundo: Os membros do Conselho Superior que integram o Conselho Diretor estão impedidos de votar nas deliberações a que se refere a alínea "f" deste artigo.

Art. 52º - O Conselho Superior reunir-se-á, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, com a presença de todos os membros.

Art. 53º - Para as reuniões do Conselho Superior, os membros serão convocados mediante circulação de cédulas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contendo a ordem do dia.

Art. 54º - O Conselho Superior deliberará com no mínimo 1/3 (um terço) de votos dos presentes, delas cabendo recurso à Assembléia Geral.

CAPÍTULO VIII - DAS DIRETORIAS REGIONAIS

Art. 55º - As Diretorias Regionais serão criadas, bem como mantidas, em cidades de relevante número de associados, definidas pelo Presidente do Conselho Diretor e pelo Superintendente.

Art. 56º - As Diretorias Regionais terão um representante junto ao Conselho Diretor, ocupando os cargos de Vice-Presidentes de Assuntos de Empresas do Interior Norte e Sul.

Art. 57º - Os Diretores Regionais serão eleitos sempre que houver eleição para o Conselho Diretor, mas poderão também ser nomeados na forma do art. 30, "g".

Art. 58º - Compete ao Diretor Regional:

- No âmbito de sua Diretoria, desenvolver atividades que busquem realizar os fins a que a entidade se propõe;
- Encaminhar à sede, para apreciação do Conselho Diretor, os assuntos que julgar de interesse da classe;
- Desempenhar as atividades que lhe forem delegadas pelo Superintendente;
- Buscar novos associados na sua região.

TÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 59º - Constituem patrimônio da Associação, todos os bens imóveis, móveis e direitos que tiver ou vier a possuir.

Art. 60º - São fontes de recursos da Associação as jóias, mensalidades, anuidades, doações, os recursos provenientes do resultado de atividades de órgãos de imprensa e de outros organismos que venham a ser criados, os derivados de juros sobre disponibilidades, bem como os oriundos de realizações promocionais como encontros, convenções, exposições, congressos, cursos, treinamentos e vantagens de outra natureza.

Art. 61º - Não dependerão de aprovação da Assembléia Geral todos os atos que envolvam os bens patrimoniais da Associação, tais como: compra, venda e oneração dos bens e direitos a eles relativos, que possuam valor inferior a 28 (vinte e oito) mensalidades de maior valor, com pelo menos um associado em dia, a pelo menos um ano.

TÍTULO V - DAS ELEIÇÕES

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62º - Deflagrada a necessidade de início do processo eleitoral, visualizando a participação dos associados e fortalecimento deste processo, será distribuída correspondência conclamando o associado a sugerir nomes de pessoas que ele gostaria que fizesse parte de uma chapa.

Parágrafo primeiro: Para coleta desses dados, serão distribuídas fichas com espaço em branco de 5 (cinco) nomes. Junto à ficha será enviado um envelope selado para posterior resposta ao Presidente da Mesa Eleitoral.

Parágrafo segundo: Com base nestes dados, bem como em outros nomes de destaque na entidade, é que se iniciará o trabalho por parte da Mesa Eleitoral, compondo as chapas.

Art. 63º - As eleições do Conselho Diretor, Conselho de Fornecedores, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais, serão realizadas em conformidade com o disposto no presente estatuto, convocadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 64º - As eleições a que se refere o artigo anterior serão realizadas no período máximo de 90 (noventa) dias e no mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término dos mandatos.

Art. 65º - O voto será secreto, nominal ou por aclamação, devendo-se adotar:

- Uso da cédula única, contendo a chapa ou as chapas registradas, à exceção do voto por aclamação;
- Verificação da autenticidade de cédula única, à vista das rubricas dos membros da mesa coletora, adotando-se o emprego de uma que assegure a inviolabilidade do voto;
- Havendo o registro de uma única chapa, a eleição dar-se-á por aclamação.

Art. 66º - As chapas conterão os nomes dos candidatos, bem como os cargos que irão preencher, conforme Art. 65, "a".

Art. 67º - O Presidente do Conselho Diretor não pode ser reeleito para ocupar esse mesmo cargo por um terceiro mandato consecutivo.

CAPÍTULO II - DO QUORUM

Art. 68º - A eleição somente será válida se respeitado o quorum estabelecido no Art. 21 do Estatuto.

CAPÍTULO III - DOS ATOS PREPARATÓRIOS

Art. 69º - As eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho Diretor, em data designada pelo Conselho Superior, por edital, publicado resumidamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e máxima de 60 (sessenta) dias da data do pleito, o qual conterá data, horário, local de votação, prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da secretaria da ACAPS. Parágrafo único: Cópias do edital de convocação deverão ser fixadas na sede da ACAPS e publicado em pelo menos um jornal de grande circulação.

Art. 70º - O registro de chapa será feito na sede da ACAPS, mediante requerimento assinado por qualquer dos candidatos, instruídos com os seguintes documentos:

- a) Qualificação dos candidatos, com a indicação do respectivo cargo a ser ocupado por cada um deles;
- b) Documento que comprove que o candidato faça parte de associado efetivo da ACAPS, bem como outros documentos solicitados pela entidade.

Parágrafo primeiro: Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, Superintendente notificará o interessado para que promova a correção, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de indeferimento da candidatura.

Parágrafo segundo: Os candidatos ao Conselho Consultivo, Conselho Diretor, Conselho de Fornecedores, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais devem ser apresentados em forma de chapas.

Art. 71º - Até 7 (sete) dias antes da Assembléia Geral Ordinária a Associação remeterá a cada associado efetivo uma lista contendo as chapas registradas até aquela data, bem como os nomes que a componham.

Art. 72º - O Presidente do Conselho Diretor nomeará mesa colctora de votos, composta de pelo menos dois mesários, declarando instalados os trabalhos de votação, que durarão pelo menos três horas, a não ser que todos tenham votado.

Art. 73º - Poderão participar das eleições, votando ou sendo votados somente associados efetivos que tenham na data da eleição, mais de 180 (cento e oitenta) dias de ingresso no quadro social, que não esteja sendo punido com base no artigo 7º.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO

Art. 74º - O Presidente do Conselho Diretor nomeará mesa apuradora de votos, presidida por pessoa idônea, podendo ter auxiliares, a qual verificará se o número da lista de votantes coincide com o número de votos, procedendo-se à abertura de uma e a contagem de votos.

Art. 75º - Será anulado o voto que contiver rasura ou outro vício.

Art. 76º - Finda a apuração, o Presidente da mesa apuradora proclamará eleitos os candidatos que obtiverem a maioria de votos, na forma do presente estatuto, lavrando-se, em seguida, ata que será assinada pelo Presidente e demais membros da mesa.

Art. 77º - Concluída toda eleição e definindo-se os novos componentes dos Conselhos Consultivo, Diretor, Fornecedor, Fiscal e Diretorias Regionais, estes serão empossados oficialmente no mês de dezembro, tendo como início de mandato o dia 01 de janeiro e término no dia 31 de dezembro, após transcorridos 2 (dois) anos.

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78º - Na dissolução ou liquidação da Associação, nos casos previstos em lei, ou por deliberação dos sócios, aplicar-se-ão os preceitos legais vigentes, cabendo à Assembléia Geral, a escolha do liquidante e o destino a ser dado ao patrimônio social.

Art. 79º - O exercício financeiro da entidade encerrar-se-á anualmente, a 31 (trinta e um) de dezembro, quando será levantado um balanço geral, e com base neste, será elaborada a previsão orçamentária para o exercício seguinte.

Art. 80º - Por ter sido aprovada pela Assembléia Geral realizada no dia 05 de março de 1997, esta nova redação do estatuto da ACAPS entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de vigência indeterminado, ficando revogadas as disposições em contrário, estando o Conselho Diretor autorizado a criar seus regulamentos, bem como alterá-los quando necessário.

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Oficial Rodrigo Sarto Antonio
Pça. Costa Pereira, 30
Centro - Vitória - ES

Averbada no livro A- 36 sob o nº 29200
aos 12/11/2004 a 13ª averbação
de ACAPS - Associação Capixaba
de Supermercados -
registrada sob o número 2054107
Vitória, 12 de novembro de 2004

ACAPS - OUTUBRO / 2004

Luciana A. P. Sarto Alves
Escriturante

PARECERES Nºs 553 E 554, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai.

Parecer nº 553, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (PL. 6.448, de 2005, na origem), pelo qual o Senhor Presidente da República solicita autorização ao Congresso Nacional para o Poder Executivo doar um helicóptero Esquilo Biturbina, do inventário da Marinha do Brasil, à Armada da República Oriental do Uruguai, por intermédio do Ministério da Defesa.

De acordo com a proposição a aeronave em questão será doada no estado em que se encontra, e as despesas com o seu traslado correrão a expensas da República Oriental do Uruguai.

Na Exposição de Motivos que o Ministro da Defesa apresentou ao Senhor Presidente da República está registrado que por ocasião da visita do Senhor Presidente Tabaré Vázquez ao nosso País, manifestou Sua Excelência interesse em receber a doação de que se trata.

Anota-se, ademais, que a transferência de propriedade ora sob exame será de fundamental importância para a capacitação da Marinha do País vizinho, encaixando-se perfeitamente no espírito de amizade e

cooperação existente e contribuindo para o incremento das relações entre os dois Estados.

Por fim, cabe ainda fazer referência à parte da Exposição de Motivos que esclarece que, a título de ressarcimento, a Marinha do Brasil será beneficiada com o repasse, pelo Ministério da Fazenda, de valores monetários que permitirão a recuperação de outros helicópteros de seu inventário, aeronaves atualmente indisponíveis por falta de recursos financeiros para as respectivas prontificações.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, conforme previsto no art. 101, I, do Regimento Interno da Casa.

No que diz respeito aos requisitos de tramitação acima arrolados somos da opinião de que nada obsta ao livre seguimento do projeto de lei sob análise.

Com efeito, por estar revestida de onerosidade a matéria que é objeto da proposição em discussão exige autorização legislativa, conforme pode ser inferido, por exemplo, a **contrário sensu**, do disposto no art. 84, VI, **a**, da Constituição Federal.

No que se refere ao mérito, parece-nos que à luz da respectiva Exposição de Motivos, acima referida, a proposição deve ser acolhida, embora caiba à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional falar especificamente sobre esse aspecto.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: FLC Nº 16 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/04/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Senador Jefferson Péres</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges - (NAO)</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres - (NAO)</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo - (NAO)</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca - (continua)</i>	9-LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vanio</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patricia Saboya</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>Ramez Tebet</i>
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES (RELATOR)	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 05/04/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

**PARECER Nº 554, DE 2006,
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

Relator **ad hoc**: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara em epígrafe que autoriza a doação pelo Governo brasileiro de um helicóptero Esquilo Biturbina ao Governo da República Oriental do Uruguai.

O projeto de lei foi recebido no Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2005, sendo distribuído, para apreciação preliminar, à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e em seguida para exame das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O Relatório da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul foi aprovado em 26 de janeiro de 2006 e nas demais comissões no dia 1º de fevereiro de 2006, com pareceres proferidos em Plenário.

Recebido pelo Senado Federal no dia 2 de fevereiro de 2006, o Projeto de Lei foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia seguinte, tendo em vista ter sido a matéria incluída na pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional entre 16 de dezembro de 2005 e 14 de fevereiro de 2006.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o projeto de lei teve seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade aprovados em 19 de abril de 2006, segundo parecer do eminente Senador Jefferson Péres.

II – Análise

O Projeto de Lei em análise nasceu de interesse manifestado pelo Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vasquez, em visita ao Brasil, no mês de maio de 2005, em receber um helicóptero Biturbina UH-13, pertencente ao inventário da Marinha do Brasil. Essa transferência seria fundamental para a capacitação da força naval do país irmão no emprego e na operação de aeronaves embarcadas e insere-se nos propósitos de integração do Mercosul, além de encaixar-se nos princípios de solidariedade latino-americana expressos em nossa Constituição.

Segundo a Exposição de Motivos assinada pelo então Ministro da Defesa, o Vice-Presidente da República José Alencar, a Marinha do Brasil não será prejudicada com a doação, devendo ser ressarcida com repasse pelo Ministério da Fazenda no valor de

US\$1.363.067,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e três mil e sessenta e sete dólares americanos), que será utilizado para a recuperação de outros helicópteros de seu inventário, atualmente indisponíveis por carência de recursos financeiros para sua manutenção.

Considera-se, assim, que o projeto de lei, em análise atende aos anseios da integração do Cone Sul, propiciando o progresso das forças de defesa da nação uruguaia e fortalecendo os laços de amizade entre os dois países, e não desfalca a Marinha do Brasil, uma vez que ficam garantidos recursos para seu ressarcimento pela aeronave doada.

III – Voto

Por todo o exposto, e tendo em vista ainda a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade já avaliadas pela CCJ, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006.

Sala da Comissão, 18 de maio de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi**, Relator **ad hoc** – **Alvaro Dias** – **Leonel Pavan** – **Mão Santa** – **Marco Maciel** – **Jefferson Péres** – **Arthur Virgílio** – **Eduardo Suplicy** – **Gilvam Borges** – **César Borges**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

.....
a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 522, de 2006**, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 17, de 2005, concluindo pela apresentação das seguintes proposições:

– **Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2006**, tendo como primeiro signatário o Senador Edison Lobão, que acrescenta dispositivo à Constituição Federal, para conceder imunidade tributária aos gêneros essenciais à alimentação humana básica; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006**, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2006, foi autuada em processado separado e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A sugestão foi reautuada como Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, e vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 553 e 554, de 2006**, das Comissões Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006** (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. CCS Nº 19/2006

Brasília, 16 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Comunico a V.Ex^a que, na 1ª Reunião do Conselho de Comunicação Social do corrente ano, realizada no último dia 6 de março, foi aprovado o Parecer nº 1, de 2006, resultado dos trabalhos do colegiado sobre o Estudo CCS nº 2, de 2005, relacionado ao álcool nos meios de comunicação.

Na ocasião, o colegiado também aprovou requerimento do relator para que fosse realizado o encaminhamento de cópias deste Parecer para as comissões permanentes das duas Casas do Congresso Nacional.

Deste modo, no presente momento encaminho o Parecer em referência a Vossa Excelência, com a soli-

citação de que seja dado conhecimento às comissões permanentes do Senado Federal da posição do Conselho de Comunicação Social sobre a matéria, e que seja encaminhada cópia do Parecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, com nossa solicitação de divulgação às comissões permanentes daquela Casa.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre o ofício que acaba de ser lido, a Presidência informa que encaminhou o Parecer nº 1, de 2006–CCS, “sobre o álcool nos meios de comunicação: publicidade de bebidas alcoólicas”, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, por meio do Ofício SF nº 852/2006, de 19 do corrente, e determinou a juntada do referido Parecer aos processados dos **Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; 115, de 2002; 182, de 2003, e 352, de 2004;** e do **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000**, que tramitam nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 19, de 2006–CN (Ofício nº 167/2006, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, § 4º, da lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no exercício de 2005. O ofício referido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Há oradores inscritos.

Por cessão do Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia.

Nesta sexta-feira, venho tocar mais uma vez no ponto que todos temos falado nos últimos dias: a guerra civil que vive o nosso País.

Para falar sobre o mesmo assunto, creio que precisamos trazer pontos novos. Hoje, venho trazer a idéia de despertar cada um de nós – às vezes, fazemos isso sem querer –, despertar todos nós, porque o povo brasileiro já recebeu mentiras demais na história deste País.

Nós, os líderes brasileiros, sem dizer que um ou outro, já mentimos muito. Nós prometemos, em um tempo, que o desenvolvimento econômico iria beneficiar e enriquecer toda a população brasileira; o que vimos foi um desenvolvimento que concentrou a renda, que

excluiu milhões. Nós prometemos, aqueles de esquerda, que iríamos fazer o socialismo e, pelo socialismo, todos seriam iguais. E fracassamos. Não conseguimos fazer aquilo que prometemos por incompetência política, e até me pergunto, caso tivéssemos conseguido, se teríamos dado o salto correto diante dos modelos que tínhamos nas nossas mãos, do socialismo real, que vinha de fora do Brasil.

Nós prometemos que a democracia seria o caminho para fazer do Brasil uma sociedade pacífica, acabando a violência, acabando a prisão, acabando a tortura, acabando o exílio. E o que vimos é que, de fato, acabamos a prisão para os presos políticos, acabamos o exílio para aqueles que estavam fora por razões políticas, mas aqueles que não conseguem emprego aqui – são três milhões – estão em exílio, exílio econômico. Não é mais o exílio político, mas também é um exílio morar fora do Brasil porque aqui não se consegue sobreviver.

Nós prometemos que, por meio da democracia, faríamos as reformas que trariam para o Brasil uma sociedade mais justa. O que fizemos nesses quinze anos, do ponto de vista de justiça social, graças à democracia, a não ser projetos de transferência de minúsculas gotas de renda, por meio do Bolsa-Família?

Nós já mentimos muito! E a impressão é que estamos voltando a mentir, diante do quadro da violência que acontece em São Paulo. Mentindo, quando pomos a culpa em um dos Governadores, ou em outro Governador, ou no Presidente da República apenas, sem perceber que todos eles são culpados. Inclusive nós, os líderes deste País, mesmo estando no governo ou na oposição, temos uma parcela de culpa.

Mentimos quando falamos daquela violência como se fosse comum, como se tratasse de uma simples criminalidade o que hoje acontece em São Paulo. São atos que aterrorizam a população, são atos terroristas de uma guerra civil em marcha, e que não se limita a São Paulo, está em todas as grandes cidades do Brasil; está no campo também, quando são assassinados líderes camponeses que lutam para ter um pedaço de terra neste País, cinco séculos depois da criação das Capitâneas Hereditárias. Ainda hoje nos negamos a distribuir a terra neste País, e camponeses são assassinados.

Não podemos continuar com a mentira de jogar culpa nos outros; temos de assumir essa culpa! Não podemos continuar na mentira de que se trata de uma simples violência. Ali não há latrocínio, ali não há crimes passionais, ali o que há é terror; e, para vencer o terror, exigem-se duas coisas: uma revolução nas ações e não apenas pequenos gestos presidiários e o longo prazo.

Sr. Presidente, por isso, chamo a atenção para a mentira que está por trás daqueles que dizem que basta cadeia para resolver o problema da violência, e daqueles que também dizem que basta escolas para resolver o problema da violência, e a mentira daqueles que dizem que vão resolver isso amanhã, no dia seguinte...

Sr. Presidente, o que o Brasil precisa, na marcha para se transformar numa sociedade pacífica, para parar com essa onda de violência generalizada que vigora há décadas? É preciso lembrar que foram 794 mil assassinatos, quase 800 mil nos últimos 25 anos. Eu fiz as contas: por dia, morreram, em média, mais do que nesses dias em São Paulo; só que em São Paulo foi concentrado. Precisamos acabar com a mentira de que só cadeia resolve, que só escola resolve, e que resolvemos tudo isso no curto prazo.

Para resolver esse problema, sem dúvida alguma, precisaremos de medidas muito duras e firmes no que se refere à repressão contra os terroristas e contra os criminosos que infestam as nossas cidades e os nossos campos; medidas de repressão, que podemos simbolizá-la com a palavra “cadeia”, do mesmo jeito que medidas de educação, podemos simbolizá-las com a palavra “escola”. Vamos precisar, sim, de cadeias; vamos precisar, sim, de mudar o sistema presidiário para que as cadeias não sejam essas grandes cidades que misturam os diversos tipos de crimes; vamos precisar de cadeias especializadas conforme o tipo de crime; cadeias pequenas, para controlá-las melhor, separando os criminosos assassinos dos criminosos do roubo, separando os grandes barões do crime daqueles pequenos criminosos; vamos precisar fazer uma limpeza geral nas direções dos presídios para acabar com a convivência. Por um período de dois ou três meses, tirar todos os atuais funcionários das prisões e colocar outros que venham da PM, dos Bombeiros, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de onde for, por um período de dois meses, até limpar e separar o joio do trigo entre aqueles que dirigem, que comandam, que controlam, que administram nossas prisões.

Vamos precisar, sim, de medidas judiciais que acabem com essa impunidade que temos no Brasil, em que as pessoas cometem crimes e continuam soltas ou cumprem uma pena pequena e depois vão embora. Temos de fazer tudo isso que simbolizamos em torno da palavra “cadeia”. Mas não vai bastar. Será preciso também fazer medidas naquilo que se pode chamar de “escola”, naquilo que vai fechar a torneira da fábrica de violência que caracteriza a sociedade brasileira, uma sociedade que não é violenta apenas porque durante três dias bandidos em São Paulo incendeiam ônibus e matam inocentes e policiais, mas que é violenta porque

durante quatro séculos seqüestramos africanos – nós os trouxemos para cá contra a vontade deles e os tratamos como mercadoria, vendendo-os em mercado, separando pais e mães dos filhos, maridos das mulheres e obrigando-os ao trabalho forçado. Durante quatro séculos, nossa Nação foi uma nação seqüestradora, e isso deixa raízes. Temos de mudar isso. Enquanto houver um resquício desse período de seqüestradora que foi nossa Nação em seu início – mas no início de quatro séculos dos cinco que temos –, enquanto houver esse resquício, continuarão sendo violentas nossas cidades. E, para parar a lembrança, para que fique só a história e não a lembrança daquele tempo, precisamos fazer justiça aos que são herdeiros dos escravos, não apenas os negros – os negros sobretudo –, mas os pobres também, porque o pobre é um descendente social dos escravos. Os negros são descendentes biológicos e sociais, mas os brancos pobres são descendentes sociais dos escravos.

Enquanto houver esse clima, resquício do nosso tempo de seqüestradores, a violência continua.

Precisamos fazer as reformas sociais que este País se recusa a fazer, o que não deixa de ser da mesma forma um seqüestro permanente do dinheiro. Já não vendemos um escravo para um lugar ou outro. Hoje, eles são desempregados. Já não os vendemos, mas hoje pagamos salários miseráveis, o que é uma forma de se apropriar do dinheiro deles. É uma forma de resgate que cobramos ao trabalhador seqüestrado, pelo desemprego, pela fome, pela necessidade.

Enquanto não fizermos essas reformas sociais – não nos iludamos –, a lembrança do tempo da Nação seqüestradora de africanos continuará na alma do Brasil e aí continuará havendo uma violência intrínseca na sociedade brasileira.

Faz parte também dessa guerra civil, de seu enfrentamento, perceber que é preciso fechar a torneira da fábrica de violência cuidando bem das crianças brasileiras.

Há algum tempo, a Senadora Heloísa Helena, que está aqui, disse que o Brasil precisava adotar uma geração de crianças, e eu achei, por trás dessa poesia, uma força política muito grande. Se adotássemos uma geração, se estabelecêssemos que adotaríamos essa que está aí com menos de cinco anos, de uma maneira radical, dando a toda criança brasileira a mesma oportunidade, sem nenhuma diferença, elas não serão iguais quando crescerem, porque algumas têm talentos maiores, outras não têm; algumas têm persistência para usar o próprio talento, outras deixam o talento morrer, mas as oportunidades seriam iguais. Se nós fizéssemos isso, fecharíamos essa torneira da fábrica de violência que é a sociedade brasileira. É

aí que entra a escola, ao lado da cadeia; não uma ou outra, porque estão mentindo a você, ouvinte, estão mentindo a você, povo brasileiro, quando dizem que cadeia resolve, quando dizem que só escola resolve. O que resolverá é o casamento da repressão aos bandidos de hoje com o cuidado às crianças de hoje, para que não sejam tentadas aos desvios que vemos acontecendo em uma grande parte da juventude brasileira por falta de cuidado no momento certo.

Eu vim aqui falar de mentira. Eu vim aqui falar de que é preciso parar de mentir. Eu vim aqui dizer que há cinco séculos este País mente ao seu povo. As lideranças enganam. Enganaram com a inflação, aumentando os salários que depois eram comidos, com a promessa de que a democracia traria justiça; e trouxe vantagens, sim, para nós, exilados, para nós, presos políticos, mas não ficou grande coisa de material para o povo. Mentimos com a idéia de que o desenvolvimento era o caminho da igualdade e da solidariedade pacífica. Mentimos com a idéia de que o sonho socialista seria realizado no dia seguinte. Mentimos, em 2002, quando prometemos que um Presidente operário seria capaz de romper os grilhões com o passado e fazer uma nova sociedade. Está na hora de pararmos de mentir e entendermos que se trata, hoje, não de uma criminalidade simples, mas de uma guerra civil; trata-se, hoje, não de um ou outro instrumento, mas de uma verdadeira revolução da paz no Brasil. E essa revolução da paz exige cadeia e exige escola.

Para concluir, Sr. Presidente, quero falar da outra mentira. A de que isso será feito rapidamente. Não há como.

Presidente Sibá, para transformar o Brasil em uma sociedade pacífica, precisaremos de muitos, muitos anos. Se para construir uma represa são necessários doze a quinze anos, precisamos, para fazer do Brasil uma sociedade pacífica, do tempo de formação de uma geração inteira. E isso os dirigentes de hoje têm de ter coragem de dizer, mesmo sabendo que, eleitoralmente, em geral, é um desastre dizer que aquilo que se propõe levará quinze anos para acontecer plenamente. Mas não podemos continuar mentindo ao povo brasileiro. Já mentimos aos filhos, como políticos, não podemos mentir aos netos. Não podemos prometer que o Brasil vai ficar uma sociedade da paz apenas porque fazemos escolas hoje, ou apenas porque fazemos prisões hoje, ou apenas porque até fazemos os dois e não esperamos o tempo de maturação de uma nova sociedade brasileira, que, para ser pacífica, tem de ser justa, e só será justa se conseguirmos que ela seja pacífica. E só será justa e pacífica se conseguirmos que ela seja educada. Ela só será educada se houver urgência para começar, persistência para

continuar as medidas e paciência para esperar a maturação desse País novo.

Sei que falar em esperar, não para começar, mas para concluir, incomoda, mas temos esperado. Pior, temos adiado começar. Vamos, agora, parar de adiar e começar. Vamos persistir em uma revolução da paz no Brasil – uma revolução plena, completa, com prisões e com escolas –, para acabar essa guerra civil em que vivemos hoje, que não é apenas em São Paulo nem começou na semana passada, ela tem 500 anos, está no Brasil inteiro e não é apenas de atos de criminosos, mas uma guerra civil. E a responsabilidade não é de um ou outro governante, mas de todos nós que lideramos este País.

Sr. Presidente, era o que tinha a falar nesta manhã de sexta-feira.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos, com mais dois de prorrogação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Sibá Machado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, subo mais uma vez a esta honrada tribuna para tratar de um assunto realmente sublime, que interessa a todos nós. Domingo passado, comemoramos o Dia das Mães, mas entendo que essa é uma data para ser celebrada todos os dias, toda semana, hoje, amanhã, este domingo que chega.

O Dia das Mães é uma data prevista no calendário, com a qual nos comovemos, nos alegamos e nos sentimos mais humanos, porque podemos reverenciar a mulher-mãe, manifestação mais perfeita do ser feminino. Homenageio, com alegria, respeito e amor, portanto, realmente, todas as mulheres, todas as mães.

Ao mesmo tempo em que rendo esta homenagem a todas as mães deste nosso imenso Brasil, quero falar de um segmento expressivo delas. Pelo menos 800 mil meninas e adolescentes tornam-se mães todos os anos no Brasil. Essas jovens mães são obrigadas a tornarem-se adultas forçosamente, pois essa nova condição as obriga a pularem várias etapas importantes da sua formação individual. Deixam as bonecas, seus brinquedos, saem da dimensão da fantasia e adentram o mundo real dos adultos com toda dureza.

Já não podem mais brincar com bonecas; agora têm um filho para criar.

Perguntemos àquela adolescente de 13 anos, surpreendida com o seu destino, se a sua gravidez foi desejada; se ela, num ímpeto de maternidade precoce, priorizou a prole em detrimento da escola e dos amigos. Ouso responder o que todos, na verdade, já sabem. Não. Não, Sr. Presidente Sibá Machado. Ela não optou livremente pela gravidez. Ela não exerceu direito algum ao “assumir sua barriga”. Ela tão-somente se viu premiada pelo destino, que devemos traduzir em abandono, assim como, muitas vezes, a sua própria mãe, a sua tia, a sua amiga, assim como tantas que ela conhece.

A maioria delas é muito pobre e, quase sempre, a sua família a renega e também ao recém-nascido. Os pais não assumem a paternidade, pois muitos homens não estão preparados para a paternidade responsável e tampouco querem assumir esse novo papel.

Essas jovens mães vêm desaparecer as perspectivas de uma vida amena, vivida por etapas necessárias à sua boa e adequada formação. Torna-se uma criança com outra no colo. Ambas abandonadas por quase todos, vivendo de ajuda esporádica daqueles que se compadecem delas.

Hoje, essas mães e seus filhos somam quase dois milhões de brasileiros, e suas dificuldades transformam-se num grave infortúnio social. O abandono é a sua herança! Serão os herdeiros deserdados do Brasil do século XXI, se essa realidade não mudar!

Sr. Presidente, nobres colegas, o Brasil não pode mais comemorar o Dia das Mães sem que essas mães pobres e abandonadas sejam também lembradas e cuidadas. É preciso que todos nós cuidemos delas e cobremos providências das autoridades para que essa tragédia não mais se reproduza.

Essas mães também são cidadãs. E seus filhos têm direito, assim como elas, a um futuro digno. O Brasil precisa acordar para essa realidade urgentemente, porque, se não o fizer, essa miopia pode vir a comprometer a paz social no médio prazo.

Que futuro terá uma criança cuja mãe não tem condições de criá-la e educá-la? Mães que não conseguem recursos para cuidar de si próprias? A simples reprodução física dessa realidade implica o crescimento da pobreza e da conseqüente violência social, com custos muito altos para a sociedade e para o Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é uma questão de foco, de prioridade. O Estado investe recursos públicos para combater a conseqüência de um problema social e não investe adequadamente, atacando a causa. E o resultado aí está, e não é nada bom. Ao contrário, a situação é crítica, é grave.

O Estado precisa, com a devida urgência, reatizar sistematicamente campanhas educativas, para que a paternidade responsável passe a ser um valor em nossa sociedade.

É fundamental que as meninas também tenham essa informação. A educação sexual precisa tornar-se uma estrutura permanente na grade curricular, desde o início da educação.

Toda a sociedade brasileira e todas as instituições nacionais precisam dar sua contribuição para a solução desse problema. Pois este é um dos pontos estruturais da desigualdade social brasileira. É dos que mais mazelas geram ao se reproduzir. E se reproduz com muita rapidez.

Nos países em desenvolvimento, as carências em saúde reprodutiva fazem com que uma mãe morra a cada quarenta e oito partos. Diante dessa realidade, o efetivo planejamento familiar poderá permitir que as mulheres adiem a maternidade até concluir sua formação educacional habilitando-se a participar de forma mais autônoma da força de trabalho produtiva, gerando riqueza e contribuindo para o desenvolvimento local.

Há, caros colegas, uma carência estrutural de políticas públicas competentes para promover o planejamento familiar. Esse é um problema de ordem estratégica e que os governantes insistem em mantê-lo fora da agenda de governo. Essa omissão simplesmente compromete o destino das gerações futuras.

A consciência de que as políticas públicas devem focar prioritariamente a melhoria das condições de vida das mulheres chefes de família é condição fundamental para a construção de uma sociedade solidária, fraterna e democrática.

Somente assim, será possível eliminar barreiras estruturais que consolidam o perverso processo de construção da desigualdade social, cujo resultado mais expressivo é a crescente infelicidade de milhões de pessoas, afetando principalmente as mulheres.

A ineficácia das políticas públicas, no que se refere a medidas sócio-educativas de planejamento reprodutivo, revela não só incompetência gerencial, mas descaso cívico com uma questão de relevância estratégica para o futuro nacional: a saúde das mulheres.

As mais pobres e carentes sobram apenas as conseqüências das inadequadas aplicações de recursos públicos.

É, portanto, responsabilidade do governo mobilizar meios adequados para que milhares de mães pobres e carentes deixem de ser, junto com seus filhos, as grandes vítimas dessas inadequadas aplicações de recursos públicos e da falta de uma política de acesso gratuito a alternativas de planejamento familiar.

A gravidade dessa situação, cujas seqüelas marcam profundamente a vida feminina, sobretudo das mulheres mais pobres, revela que não é possível separar, do prisma do Estado, a saúde reprodutiva do objetivo mais amplo que é a igualdade entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, para que se atinjam os objetivos do milênio em 2015, é necessário que os investimentos públicos sejam mais eficazes na produção dos resultados e priorizem a educação das meninas.

Há mais meninas e mulheres analfabetas do que homens. É sabido, por exemplo, que um melhor nível escolar implica menos contaminação pelo vírus HIV. Meninas com melhor formação escolar podem decidir sobre o seu futuro em relação ao matrimônio e à procriação e podem pensar no seu próprio futuro. A boa formação escolar de meninas significa que as gerações futuras terão mais saúde e os custos sociais serão minimizados.

Sobre a situação brasileira atual, em termos demográficos, dados do IBGE informam que a taxa de fecundidade, estimada hoje em 2,3 filhos por mulher, sofreu grande redução nas décadas de 80 e 90, em relação ao patamar observado até meados dos anos 60, que era de 6,2 filhos por mulher.

Alguns estudiosos garantem que foi justamente nas classes menos favorecidas que a fecundidade exibiu um declínio mais acentuado na última década. Na esteira desse raciocínio, sustentam que as carências sociais do País não guardam relação com o crescimento populacional, especialmente porque nas três últimas décadas em todas as classes sociais houve substantivo decréscimo na taxa de fecundidade. Todavia permanece contrastando uma diferença expressiva entre os índices de fecundidade das mulheres mais pobres – hoje em uma média de quatro filhos, com a taxa referente àquelas em melhores condições socioeconômicas de 1,6 filhos.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, dados gerais do IBGE retratam a fecundidade média no Estado de 2,1 filhos por família. O levantamento desse Instituto cruza dados de rendimento familiar total e de nascimentos obtidos no censo de 2000. Esse aparente equilíbrio esconde distorções nas duas pontas da tabela, quando se analisa a fecundidade por renda. Aí os números são bem diferentes.

A população pobre e a que se encontra abaixo da linha da pobreza (os miseráveis), geram 4,5 filhos por família. É o dobro do necessário para a reposição populacional. Já os gaúchos, com renda mensal média superior a 30 salários mínimos, geram em média um filho, menos da metade do necessário para a reposição da população.

IncurSIONANDO mais profundamente no universo das estatísticas, constatamos que cada vez mais a fecundidade se concentra no grupo de mulheres jovens entre 15 a 19 anos. É o único grupo etário a apresentar no País, como um todo, um aumento de 4,1% na última década. As adolescentes estão engravidando cada vez mais cedo; as pré-adolescentes estão também nessa mesma linha; uma calamidade social, pois são meninas, são jovens, solteiras, algumas ainda crianças, todas em idade escolar.

O vácuo institucional mais grave no momento é com relação a essa parcela da população. Crianças que com 12, 13, 14 anos, ao invés de brincarem, ao invés de estarem num banco escolar, aprendendo, estão criando outras crianças ou, por força da realidade, abandonando-as.

No mundo, a cada minuto, uma mulher perde a vida devido a complicações de parto e outras vinte ficam gravemente lesionadas ou incapacitadas. E, quando uma mulher morre de parto, diminui pronunciadamente as possibilidades de sobrevivência do seu filho, do recém-nascido. Filhos sem mãe têm muito mais probabilidade de morrer prematuramente do que os demais.

Para que se tenha realmente um planejamento familiar eficaz, é fundamental remeter o debate ao seu patamar real, com a urgência que a realidade exige, porque o modelo que existe hoje não contempla minimamente a gama de necessidades concretas da população e resulta no descontrole da natalidade em que mergulhou o País.

A demanda de serviços de planejamento familiar é muito maior do que a oferta. E, principalmente, esta oferta restringe-se apenas ao oferecimento de alguns métodos de anticoncepção, sem o devido acompanhamento médico.

A opção das mulheres pobres fica reduzida às ofertas de serviços públicos de saúde, muitas vezes de péssima qualidade, Senadora Heloísa Helena. Infelizmente, nossa sociedade ainda é machista e continua preconceituosa sobre a responsabilização e participação dos homens no processo produtivo.

Considero muito importante que o Governo promova campanhas de conscientização para derrubar mitos que, mantidos, acabam privilegiando os homens, deixando para as mulheres toda a responsabilidade de uma gravidez, muitas vezes indesejada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, embora avançadas em seus princípios e conteúdos, as políticas públicas patinam no processo de implementação. O Estado tem recuado sistematicamente de suas obrigações constitucionais como provedor de assistência à saúde dos brasileiros.

Os Governos nunca realizaram uma cobertura eficaz de ações para o planejamento familiar, pois, infelizmente, esta não tem sido uma prioridade dentro da política de saúde pública no País.

Ela deve ser usada para que todas as pessoas, sem distinção, recebam a gama de informações relativas ao planejamento familiar e tenham acesso aos serviços prestados. E por termos um universo de 47 milhões de mulheres em idade fecunda (de 15 a 49 anos), isto demanda uma intensa mobilização, sob o comando do Governo Federal, constitucionalmente responsável. Postos de saúde, hospitais, escolas, associações, entidades filantrópicas, de classe, prefeituras, governos, ONGs, meios de comunicação e outros agentes potencialmente educadores, participando com campanhas, projetos e programas permanentes de esclarecimento sobre legislação, direitos, responsabilidades e competências.

Especificamente para a faixa da população de 15 a 19 anos, a educação sexual nas escolas com orientação integrada às famílias é uma das ações fundamentais para invertermos a curva ascendente que as estatísticas nos apontam. Porém, neste particular, existe a necessidade do cuidado de adequar-se a linguagem, os conteúdos e os métodos específicos utilizados, sob pena de alimentarmos uma mentalidade perigosamente leviana que desvincula a sexualidade dos conceitos de afetividade, reduzindo-a a um patamar meramente mecanicista que descaracteriza a própria humanidade no seu sentido existencial mais profundo.

Em síntese, o que propomos é que o Estado assuma como prioridade máxima seu papel relativamente ao planejamento familiar, e que seja dada a mais ampla, sistemática e permanente divulgação dos direitos previstos em lei e das políticas à disposição da população, com ênfase, sim, nas famílias pobres; com ênfase, sim, nas mulheres pobres, pois é mais que evidente a carência de informações e de serviços de planejamento familiar junto a essas comunidades.

As políticas de planejamento familiar precisam focar, com ênfase total, as famílias pobres pelo princípio da justiça e da igualdade, para oportunizar à colossal base de pobreza que compõe a nossa pirâmide social o direito, garantido por lei, de exercer o planejamento familiar, hoje disponível somente aos mais abastados economicamente. Hoje, somente as famílias, as mulheres e os homens, que podem pagar pela educação e pela saúde têm garantido o acesso a meios efetivos de planejamento familiar.

Sr. Presidente, a democratização efetiva da relação entre homem e mulher deve começar na primeira infância. É, portanto, de responsabilidade da família.

Somente a partir da priorização das necessidades femininas no que se refere à socialização e ao acesso ao mundo formal, com todas as suas demandas e necessidades, será possível construir um novo mundo, no qual a felicidade possa ser um bem a ser compartilhado coletivamente.

A saúde da mulher é o tesouro maior de uma sociedade realmente democrática!

O desafio maior de nossa época é aprendermos a cuidar bem das mães mulheres e da mãe terra!

É com satisfação que aproveito este privilegiado espaço para saudar a todas as mães brasileiras, desejando-lhes uma vida cada vez melhor.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, PFL do Maranhão, por cessão da Senadora Iris de Araújo.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais cinco, pela força regimental.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, no curto período em que ocupou a Presidência da República, teve o prazer de receber, nessa alta função republicana, o relatório da Organização Internacional do Trabalho que sinaliza uma queda acentuada do trabalho infantil em todo o mundo. E o Brasil, no contexto internacional, colocase como um exemplo a ilustrar como os países podem avançar no enfrentamento do trabalho infantil.

A libertação da criança do trabalho profissional, Sr. Presidente, corresponde ao seu ingresso em salas de aula, um objetivo buscado pelas nações que só alcançarão desenvolvimento sólido com o preparo qualificado da sua juventude.

Essa conquista, ainda modesta em números, tem tido o efeito de uma onda benfazeja, abrangendo a grande maioria dos países, graças à conscientização da relevante importância merecida pelas populações infante-juvenis. Portanto, há de se exaltar no mundo não este ou aquele governo, mas todos os que, junto às pressões e aspirações da sociedade, vêm contribuindo para que as crianças tenham uma vida de crianças, e não de adultos. Ao invés do inconveniente e inadequado trabalho profissional, a escola, a saúde e os folguedos próprios da infância.

No Brasil, seria injusto que não se citasse o programa da Bolsa-Escola, idealizado pelo hoje Senador Cristovam Buarque, dada a repercussão que alcançou em nível internacional, implantado que foi, além

de em muitas cidades brasileiras, igualmente em diversos países.

Nas tribunas da Câmara e do Senado, ilustres Parlamentares já se referiram às estatísticas da Organização Internacional do Trabalho, recentemente divulgadas para demonstrar, entre outras boas notícias, que os índices de ocupação profissional das crianças de cinco a nove anos, no Brasil, caíram 61% de 1992 a 2004; e, entre a faixa etária de 10 a 17 anos, a 36%. Outro país latino-americano com redução significativa do trabalho infantil foi o México.

Segundo a referida entidade internacional, o trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, está em queda pela primeira vez no Planeta. A comunidade internacional está no caminho certo. As piores formas de trabalho infantil podem acabar em dez anos.

São, pois, perspectivas alentadoras. O relatório da OIT expõe que o número atual de trabalhadores infantis em todo o mundo caiu em 11% entre 2000 e 2004, de 246 milhões para 218 milhões. E o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos envolvidos em trabalho perigoso diminuiu 26%: 126 milhões em 2004 em comparação aos 171 milhões das estimativas anteriores. Entre as crianças de 5 a 14 anos, a queda foi de 33%.

O relatório a que me refiro atribui a redução do trabalho infantil à vontade pública, conscientização e ações concretas, particularmente no campo do combate e redução da pobreza, bem como na área de educação, que levaram a um movimento mundial contra o trabalho infantil. Mais de 20 Estados-membros da OIT já estabeleceram metas para abolir as piores formas de trabalho infantil, em que pese o desafio que ocorre no setor rural, onde sete em cada dez crianças fazem trabalho duro na agricultura.

O Brasil caminha em boa direção no sentido da proteção da infância com o Programa de Erradicação Infantil (Peti), ligado ao Bolsa-Família e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Mas, como opinou o noticiário divulgado pela BBC de Londres, a continuidade do Bolsa-Família será um desafio para o próximo Governo, independentemente do candidato a ser eleito. Nesse noticiário, a diretora para a América Latina da Agência de Classificação de Risco Standard & Poor's, Lisa Schineller, disse em Nova Iorque, no último dia 2 de maio, durante seminário sobre o cenário pré-eleitoral brasileiro, que o próximo governo terá de cortar em outras áreas para preservar o Bolsa-Família, neste ano com orçamento de R\$ 8,3 bilhões para atender a cerca de 44 milhões de brasileiros de baixa renda.

Sr. Presidente, os integrantes do Congresso Nacional têm plena consciência da imprescindibilidade de se oferecer à juventude brasileira as condições para a

sua boa formação intelectual e moral. Pessoalmente, sempre apoiei e continuarei apoiando todas as proposições que visem tais objetivos.

No entanto, creio que devemos avançar mais, transmutar o conceito paternalista de tais programas em ações sociais que, amparando os mais carentes, simultaneamente lhes criem as perspectivas de profissionalização a ponto de não mais precisarem, no futuro, do assistencialismo estatal.

São questões que precisam ingressar nos debates políticos, especialmente neste ano eleitoral, a serem compartilhados pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, ao lado disto, temos, todavia, sobretudo nas grandes cidades, crianças e adolescentes sendo cada vez mais recrutados para o trabalho no tráfico de drogas. Isso é profundamente lastimável. Creio que precisamos ter uma política especial para esse tipo de jovem brasileiro, a fim de que não estejamos permitindo que essas legiões de brasileirinhos se encaminhem para o desvio da criminalidade, como tem ocorrido tão intensamente em nosso País.

Estamos assistindo, nesses dias atuais, à dramática situação de São Paulo, com os atentados brutais que ali ocorrem e que deixam o País de luto e lastimando aqueles acontecimentos pela gravidade e pela monstruosidade como são geridos.

Ouçó com muito prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Edison Lobão, o pronunciamento de V. Ex^a vem a se somar ao do Senador Sérgio Zambiasi. Os dois se complementam, quando falam dessa grave situação que o Brasil vive, ora a gravidez precoce e não planejada, ora a situação de jovens que são utilizados como mão-de-obra para complementação da renda de muitas famílias. Então, aqueles que estão em idade escolar estão trabalhando para aumentar a renda de suas famílias. E o principal problema é o que V. Ex^a também nos traz: o recrutamento para esse exército de foras-da-lei que comercializam e destroem o ambiente familiar e até a expectativa de um futuro mais promissor para o País. Refiro-me ao recrutamento de crianças para o tráfico de drogas. Na década de 70, eu ficava até animado com as estatísticas da América do Sul que diziam que o crescimento vegetativo de nosso continente apontava para uma população com esmagadora maioria na faixa etária máxima de 25 anos. Eu achava aquilo muito bonito. Mais tarde, vim a compreender que, para qualquer situação de população muito jovem ou com uma faixa etária acima de 60 anos, duas dificuldades se põem: na faixa etária muito jovem, há o problema do primeiro emprego; e, para a faixa etária mais alta, com um crescimento vegetativo mais lento, a situação

da Previdência, tanto para quem contribui como para quem se beneficia do sistema previdenciário. Portanto, acho que se faz extremamente necessário um reestudo para as políticas da população. No Governo Fernando Henrique, foi feita uma reforma da Previdência, assim como no Governo Lula, e já se fala da necessidade de mais uma revisão, uma vez que é impossível o Brasil chegar ao ano 2030 com um crescimento da nossa população em queda. Estaremos praticamente empatados: com 50% da população acima de 60 anos, para os contribuintes do sistema previdenciário a faixa será de um para um – um contribuinte para um beneficiário. E isso nos impõe, é claro, uma reflexão severa sobre o tema, porque são gritantes as distorções. E eu não vou, de jeito algum, discordar que há desvios de conduta na gerência dos recursos, como sonegação e outros tantos comportamentos ruins em relação à Previdência. Todavia, voltando ao tema que V. Ex^a nos traz, acho que é preciso empreender um esforço tão grande, para o qual, no meu entendimento, o Poder do Estado se encontra impossibilitado de atender a esse grave problema. Então, continuo insistindo: é preciso estabelecer uma parceria muito grande com o chamado terceiro setor. Eu vejo o esforço de igrejas, de organizações não-governamentais. É preciso criar uma fórmula em que todos os atores sociais dêem as mãos para tentar salvar as nossas crianças de participarem de um exército tão macabro como esse do tráfico de drogas. Então, volto a dizer que os dois pronunciamentos de hoje se somam muito e nos alertam para que o Brasil venha a contribuir ao máximo para erradicar, seja o trabalho infantil, seja a questão da gravidez precoce, seja essa situação que eu considero ainda mais grave que é o recrutamento de crianças para o tráfico de drogas. Parabenizo V. Ex^a e o Senador Sérgio Zambiasi pelos pronunciamentos de hoje.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Sibá Machado, foi bom que V. Ex^a viesse integrar o Senado da República, porque sempre nos traz uma palavra de ponderação, de moderação; uma palavra penetrante no sentido da resolução dos mais graves problemas sociais.

V. Ex^a fala sobre a Previdência com a segurança de quem estudou detidamente o assunto, e eu o observei, quando fui Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ali votamos a reforma da Previdência. V. Ex^a era um dos mais ativos e dos que mais se interessavam pelo problema. E, neste plenário, sempre nos fala com a voz cândida, ao contrário do estilo tempestuoso da Senadora Heloísa Helena, minha querida amiga, mas nem por isso menos capaz, nem por isso menos interessada ela nos magnos problemas deste País.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância. Em verdade, eu o secundeiei na tribuna para tratar do mesmo tema. Creio que deveremos abordá-lo por inúmeras vezes, porque, na medida em que o fizermos, estaremos garantindo repercussão a um tema tão importante para a vida deste País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Realmente, estamos solidários à sua manifestação. São temas que, permanentemente, devem estar na pauta desta Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

V. Exª dispõe de dez minutos mais cinco de prorrogação; Contudo, como hoje o dia está calmo, se passar disso não haverá problema.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive a oportunidade de ouvir várias pessoas tratarem do tema da violência: V. Exª, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Romeu Tuma, que têm propostas sobre o assunto, o Senador Cristovam Buarque e vários outros Senadores.

Ainda no ano passado, tive a oportunidade de apresentar um requerimento, que foi aprovado pelo Plenário desta Casa, para a formação de uma Comissão que apresentasse, em 30 dias, uma alternativa concreta para a área de segurança pública. Infelizmente, a Comissão não foi formada em janeiro, em fevereiro, na volta dos trabalhos, em março ou em abril. Quando tivemos a oportunidade de discutir a execução orçamentária, também tratamos do tema. Era muito importante que tivéssemos tido a oportunidade de instalá-la, porque a sua motivação era que, no Orçamento de 2006, fosse incluído um debate com Estados e Municípios sobre a questão da segurança pública.

Foi muito honesto o Senador Arthur Virgílio que, na reunião com todos os Secretários de Justiça, teve a grandeza política de fazer crítica ao próprio Governo do qual foi Ministro, dizendo que o Governo Fernando Henrique não disponibilizou os esforços necessários para a segurança pública, ao contrário do Governo Lula, que deveria ter feito esse mesmo gesto no momento do mar de sangue em São Paulo.

Agora, não é justa nem correta a generalização da responsabilidade. É muito cômodo dizer “que é uma responsabilidade de todos: da sociedade, do Congresso Nacional, de todos!” Quando se generaliza a responsabilidade, ninguém a assume. Portanto, eu não assumo essa responsabilidade! Não fui omissa, não fui cúmplice, nem do Governo Fernando Henrique, nem do Governo Lula. Fiz as cobranças conseqüentes que eram necessárias. Apresentei as propostas concretas, ágeis, eficazes, que eram necessárias. Cumpri o meu papel constitucional, fiscalizando os atos do Executivo, inclusive na pífia, ridícula e irresponsável execução orçamentária na segurança pública, tanto no Governo Fernando Henrique como no Governo Lula. Então, não é justa essa tal generalização “de que é responsabilidade de todos”. Não. Essa carapuça eu não ponho! Tenho muitos defeitos, mas não tenho o defeito da omissão e da cumplicidade em relação à irresponsabilidade na área de segurança pública, tanto no Governo Fernando Henrique como no Governo Lula.

Por que é muito importante deixar isso claro? Porque, há dois meses, várias personalidades políticas receberam o vídeo “Falcão”; várias mães e famílias choraram frente à televisão diante do menino de oito anos que disse que queria ser bandido quando crescesse. E nada foi feito. Não estou entre esses que nada fizeram! Não estou!

É essencial que o Governo ou alguém do Executivo diga o que está sendo feito. Quem está no Executivo é que tem de fazer! Nós, aqui, cobramos e disponibilizamos recursos. Quem é da base bajulatória, da base de sustentação ou do que quer que seja é quem tem de cobrar o que é que, efetivamente, está sendo feito para as crianças e para os jovens brasileiros, antes que a marginalidade e o narcotráfico os arrastem como último refúgio!

O que está sendo feito para o monitoramento e controle eficaz de todas as fronteiras e para a identificação de uma simbiose perversa que existe com o narcotráfico e outras atividades ilegais? Tem de dizer o que está sendo feito. Isso é do Executivo.

Já falei sobre isso várias vezes aqui, mas vou repetir: o que está sendo feito em relação ao controle dos laboratórios, clandestinos ou oficiais, que manipu-

lam matérias-primas utilizadas na fabricação de drogas sintéticas no Brasil?

O que está sendo feito em relação ao diagnóstico, que foi apresentado por todos os Secretários de Segurança de todos os Estados brasileiros, no que diz respeito às necessidades concretas, objetivas, para o aparato da segurança pública e para o sistema prisional? Têm de dizer o que está sendo feito! Essa história de que “a responsabilidade é de todos”, significa que ninguém assume responsabilidade! E o Governo Lula, os governos estaduais e municipais têm de dizer exatamente o que estão fazendo. Por isso – e já fiz este apelo aqui várias vezes –, é essencial que a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que recebeu o diagnóstico e as propostas concretas de todos os Secretários estaduais, tanto em relação ao aparato da segurança da Polícia Militar, da Polícia Civil, do sistema prisional, possa disponibilizar qual o impacto financeiro para que possamos cobrar também.

É importante a alteração do arcabouço para uma eficaz punição em relação a crimes hediondos? É importante a alteração do arcabouço legal para a punição ser mais conseqüente, eficaz, impedindo a impunidade? É. Mas é necessário também que o Congresso cobre as políticas sociais que minimizem o risco de nossas crianças e jovens serem arrastados para a marginalidade como último refúgio, e quais as alternativas concretas, ágeis e eficazes para o aparato de segurança pública, para os policiais Militares e Cíveis, para o sistema prisional do Brasil! Isso é o Governo que tem de dizer, porque vivemos uma crise em cima da outra. O Governo sequer disse ao povo brasileiro o que vai acontecer com os bens e os investimentos da Petrobras, qual o novo modelo de repactuação de contratos, o subsídio do gás para indústria brasileira. Já entra outras conversas, como a história dos meninos, dos falcões, e a cada dia é uma nova patifaria: é político roubando ambulância, roubando merenda escolar. Então, quando junta o mar de lama e o mar de sangue, cria, realmente, além da angústia na sociedade, de forma em geral, angústia em relação ao Congresso Nacional, de forma muito especial.

Espero que o Governo brasileiro dê respostas imediatamente. O que não faltam são propostas; há centenas de propostas! Eu falei várias, os Senadores falam, todos os dias isso é falado. Então, é preciso dizer o que está sendo feito.

Eu não estou entre aqueles que se submetem a uma suposta matriz conceitual que estabelece como se fosse uma falsa polaridade entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. Isso não existe. Eu não estou entre esses, porque acho que é desonestidade intelectual trabalhar essa matriz conceitual numa

suposta polaridade, onde não pode ter a repressão dos efeitos porque tem de ter o tratamento das causas. Não. Tem de ter o tratamento das causas com políticas sociais que minimizem o risco de as crianças e os jovens irem para o narcotráfico como um último refúgio e tem de ter a repressão dos efeitos com um aparato de segurança pública e um sistema prisional eficaz, contundente, porque a ninguém é dada a liberdade de matar, de torturar, de exterminar. A ninguém é dada essa liberdade. Portanto, tem de ter o tratamento das causas e a repressão conseqüente e eficaz dos efeitos.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Vejo que V. Exª realmente está cumprindo a determinação do PSDB. Eles estão em Nova York, mas alguém ficou aqui para manter a bandeira. Meus cumprimentos a V. Exª!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, sou obrigado a voltar àquela história da hierarquia. É aquela coisa: eu sou baixo clero.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Hierarquia, não. V. Exª, além de grande Senador e de Líder, é Diplomata. Poderia estar ajudando em vários segmentos do lado de lá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando larguei a Diplomacia, eu o fiz para mergulhar no País. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com prazer, concedo a palavra ao bravo companheiro, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o Senador Arthur Virgílio é do baixo clero, imagine o que eu sou.

Sr. Presidente, trago comentários sobre algumas políticas que eu considero de extrema importância, referentes a conquistas do Governo Lula.

Começo por uma que, do meu ponto de vista, é das mais simbólicas: o salário mínimo de R\$350,00. Este salário representa um maior valor real desde o ano de 1989, segundo o cálculo do Dieese, que usa as médias anuais deflacionadas pelo ICV. Se considerarmos o INPC, mês a mês, este é o maior salário mínimo desde o ano de 1985.

O aumento do salário mínimo faz parte de um acordo inédito com todas as centrais sindicais que, além do aumento do salário mínimo, assegurou o reajuste de 8% das tabelas progressivas do imposto de renda incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas e a reativação da Comissão Quadripartite para o fortalecimento do salário mínimo como política permanente de valorização do trabalho.

Em relação à cesta básica, o salário mínimo atinge o melhor poder de compra desde 1979, tanto em função dos seus reajustes reais quanto do controle da inflação e da desoneração tributária de produtos da cesta básica.

Se considerarmos o poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica de abril, a média das 16 capitais pesquisadas pelo Dieese chega a 2,25 cestas básicas por salário-mínimo contra 1,73 cestas básicas em abril de 2002 e 1,29 cestas básicas em abril de 1998.

Em relação a alguns produtos importantes de consumo popular, como o cimento, o salário mínimo mais do que dobrou o seu poder de compra. Em abril de 2006, o crescimento em relação a abril de 2002 foi de 168%.

A reversão do crescimento dramático do desemprego verificado na década de 90 apresenta vários indicadores, dentre os quais os mais importantes são os que comparam a diferença entre o crescimento da População Economicamente Ativa, da População em Idade Ativa e da População com carteira de trabalho assinada.

Pelos dados do IBGE, apenas o biênio 2002-2004 apresenta, simultaneamente, um crescimento percentual superior da população com carteira de trabalho assinada, tanto em relação à População Economicamente Ativa quanto em relação à População em Idade Ativa.

Uma informação relevante para realçar a importância desses dados: o mercado de trabalho na década de 1980 esteve estagnado e, na década de 1990, foi excludente e, apenas a partir dos dados de 2003, mostra-se inclusivo.

Os dados do Caged indicam uma geração de emprego no primeiro trimestre de 2006 de 339.703 assalariados com carteira assinada, equivalente à expansão de 1,30%, número superior ao ocorrido em idêntico período de 2005, que foi de 292.222 postos, ou seja, 1,18%, e próximo do recorde registrado nos três primeiros meses de 2004, que chega a 347.392 postos de trabalho.

O saldo positivo de emprego com carteira assinada pode chegar a cinco milhões até o final do ano. Até março de 2006, o saldo é de 3,752 milhões de vagas.

Conforme estimou o Ministro do Trabalho, “se considerarmos o conjunto do mercado, são 8,5 milhões de empregos positivamente gerados no primeiro mandato do Presidente Lula”. Ele já está pensando no segundo, Sr. Presidente. Não é pouca coisa! Esses números devem ser, sim, comemorados.

E mais, os trabalhadores conseguiram, em 2005, que 88% das negociações coletivas de trabalho recuperassem, no mínimo, as perdas salariais acumuladas na data base. E 72% conseguiram reajustes superiores à inflação. São os melhores resultados da série do Dieese. Até então, o melhor resultado apurado pelo Sas-Dieese referia-se ao ano de 2004, quando 81% das negociações analisadas resultaram em recomposição salarial integral, com 55% registrando aumentos reais. Convém ressaltar que 2004 é o ponto de inflexão da tendência de resultados desfavoráveis aos trabalhadores nas negociações salariais que se iniciou no ano de 2001.

Ninguém tem dúvida de que a expansão e a democratização do crédito têm interface com o crescente aumento de postos de trabalho. O crédito total no País saiu de um patamar de 23,9% em dezembro de 2002, para 31,6% em fevereiro de 2006. O Governo Lula criou as condições para que trabalhadores e aposentados tivessem acesso ao crédito com taxas de juros muito mais baratas do que tinham até então, algo que era restrito apenas aos funcionários públicos no exercício da profissão.

Um dado interessante, Sr. Presidente: mais de seis milhões de contas simplificadas foram criadas pelos bancos públicos, passo necessário para disseminar o microcrédito.

Sobre a redução da miséria. Uma informação que me alegra muito, por ser parte significativa das lutas históricas do PT, é que a redução da miséria em 8% foi, no nosso entendimento, uma marca de sucesso.

Essa diminuição significa nada mais que 3,2 milhões de pessoas do contingente da população abaixo da linha da pobreza.

Por fim, a convergência dessas políticas deu como resultado a maior redução da desigualdade dentro da série histórica do Pnad, principalmente pelo aumento da renda dos 50% mais pobres em torno de 5,8%.

O que mais chama a atenção na Pnad 2004 é que o nível de desigualdade de renda é o mais baixo desde 1976, quando a Pnad começou a mensurar a renda.

Penso que os números falam por si mesmos e orgulham todos do meu Partido. Eis por que, Sr. Presidente, está justificado que nós do PT estejamos pedindo para que o Presidente Lula se coloque novamente como nosso candidato à reeleição da Presidência da República.

Quero ainda ressaltar, Sr. Presidente, para encerrar, que, no início desta semana, fiz aqui um pronunciamento a respeito das manifestações, seja a coordenada pela CNA – Confederação Nacional da Agricultura, com o que chamo de os mais abastados na economia agrária brasileira, seja a do Grito da Terra Brasil, coordenada pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que considero os menos abastados na economia agrária.

O que eu dizia, Sr. Presidente? Que o básico das negociações é a renegociação das dívidas desse setor com o Tesouro Nacional. Pontuei o meu pensamento e quero ainda colocar um fato que esqueci. Ontem, pedi ajuda ao Senador Marco Maciel e à Senadora Heloísa Helena para me explicarem, do Livro do Gênesis da Bíblia, o Capítulo 41, versículos 25 a 36 que tratam sobre o sonho do Faraó e a sua interpretação feita por José.

O que diz o Capítulo 41 do Livro do Gênesis? O Faraó teve um sonho. Numa noite, sonhou que sete vacas gordas saíam do rio Nilo e iam pastar em uma pastagem verdejante, muito bonita. Em seguida, sete vacas magras saíam do rio e comiam as sete vacas gordas. O Faraó acordou assustado e deixou passar. Voltou a dormir. Teve um segundo sonho: que uma haste de milho produzia sete espigas muito bonitas, muito robustas, muito bem granadas. Em seguida, sete outras espigas feias, que chamamos no Pará de banguelas porque têm poucos grãos, comiam as sete espigas bonitas.

Ele acordou assustado no outro dia. Queria saber sobre o sonho e chamou os sábios, seus conselheiros para interpretá-lo. Descobriu que José, que estava preso, havia interpretado o sonho de outras pessoas, acertando as previsões, e chamou-o, então, à sua presença para interpretar o seu.

José disse ao Faraó que os dois sonhos queriam dizer mesma coisa: um teste de Deus. Deus estaria anunciando um fato para o Egito e para a região. As

sete vacas gordas, assim como as sete espigas boas, queriam dizer que teriam sete anos de boas safras, de boas colheitas. E as sete vacas magras e as sete espigas feias queriam dizer que teriam em seguida sete anos de muita seca e de muita dificuldade. José sugeriu ao Faraó que aproveitasse a safra boa, guardando um quinto da produção para que, quando viessem a seca e as dificuldades, ele tivesse condições de atender as dificuldades de sua população.

Assim foi feito. Portanto, o Egito pôde se safar muito bem da seca de sete anos, atendendo, inclusive, à demanda da região do entorno.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque referi no pronunciamento de terça-feira, se não me engano, que também sou da agricultura. Sou de neto de Prestato Machado Coelho, que era agricultor no Estado do Piauí, e filho de Francisco Odorico de Oliveira, que foi agricultor no Estado do Pará.

Eu dizia que, na agricultura, sempre achamos que o ano que vem será melhor do que o ano em que estamos, e sempre costumamos trabalhar em ondas, sabe, Sr. Presidente? Neste ano, o milho deu muito dinheiro; aí, no ano seguinte, todo mundo vai plantar milho. O milho cai de preço, e é o arroz que dá preço, porque deixamos de plantá-lo. E todo mundo corre para o arroz. Depois é o feijão; aí todo mundo corre para o feijão, e assim por diante.

O resultado é que, no Pará, em 1975, o Banco do Brasil anunciou que iria financiar as chamadas lavouras permanentes: o cacau, o café, a pimenta-do-reino e outras. A minha família, meu pai, nós plantamos pimenta-do-reino. Na primeira safra, já pagamos todas as contas do meu pai – a pimenta-do-reino deu muito dinheiro. Aí todos os vizinhos passaram a plantar pimenta-do-reino; a região inteira passou a plantar pimenta-do-reino. Não sei se foi esse o fator, o certo é que, daí uns dois ou três anos, o preço da pimenta-do-reino foi à bancarrota. Portanto, todos fomos passar dificuldades.

Outro vizinho meu plantou cacau, Sr. Presidente, e o cacau deu muito dinheiro por dois ou três anos consecutivos. Por conta disso, esse cidadão plantou todo o lote dele com cacau, deixou apenas a área da casa, a área das barcaças de secagem e uma pequena área de lazer. No resto do lote, cem hectares, ele plantou cacau. Quando o preço caiu, aquele meu vizinho não sabia mais o que fazer com as dificuldades que enfrentou. Ficou sem alimento em sua casa, não tinha sequer arroz, feijão ou farinha de mandioca para comer.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque na minha experiência tupiniquim, pequenina, percebo que isso está posto em todos os negócios agrários

brasileiros. Essa história dos preços dolarizados, das *commodities*... Não há um planejamento. E li o artigo do jornalista – esqueci o nome – que tratava disso. O setor agrário brasileiro não se planeja melhor, não faz o que é bíblico, que vem dos tempos de José, há algumas dezenas de séculos, Sr. Presidente. É bíblico: sete anos de boas colheitas, sete anos de seca. É preciso, portanto, guardar um quinto da produção, fazer caixa, preparar-se para as dificuldades. Não se pode jogar tudo às custas do Tesouro Nacional.

É a eterna mania que nós, os brasileiros, temos de achar que o problema é do outro também. É preciso considerar que temos que dar a nossa contrapartida. Digo isso porque me sinto um dos grandes aliados da Contag. O agronegócio foi responsável por 30% do PIB do Brasil no ano de 2003/2004. É verdade. E a soja foi dolarizada. Chegamos a ponto de não se falar mais, em algumas regiões do Estado de Mato Grosso, da moeda nacional, o real. Falava-se da soja. Vou comprar uma camionete Frontier. Quanto custa essa camionete? Tantas sacas de soja. Voltamos aos tempos do escambo, Sr. Presidente, voltamos ao escambo, troca de mercadorias, troca de produtos. Tudo bem, pode ser! Não é problema para mim.

Mas o que eu quero dizer aqui é que, com relação ao volume da negociação, não há irresponsabilidade do Governo. No Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, foram editadas dez leis consecutivas renegociando dívidas ano a ano. Agora há um rombo de R\$27 bilhões dos chamados produtores da monocultura. Não quero xingar o agronegócio, porque tem a sua importância na economia, isso é verdade, mas quero lembrar que nós, do Brasil, aprendemos a olhar para o outro lado do oceano. Deixamos de olhar para o consumo interno, para o abastecimento de nossas mesas.

Há monocultura do cacau, do café e de muitos produtos. É preciso haver diversificação. Isso eu aprendi desde o tempo em que plantava pimenta-do-reino no Estado do Pará. Recebi uma dura lição e tive de diversificar minha produção para complementar, para fortalecer minha renda de final de ano.

Vivemos uma crise. Há, sim, uma crise de origem climática. Houve seca e estiagem no Sul e até na Amazônia. Chegamos a ter incêndios violentos na mata virgem. Acompanho o trabalho de algumas cooperativas de produtores, inclusive uma de leite que estava produzindo de 14 a 16 mil litros por dia, mas a produção caiu para menos de 5 mil por conta da seca. Isto é verdade: há uma crise de origem climática.

Mas se voltarmos para 1995, há dez ou onze anos, veremos que a crise não era climática, mas outra. Ouvi ontem, se não me engano, a Lúcia Hipólito

fazer comentários na CBN sobre essa história de fazer compensação do câmbio porque o dólar caiu demais. Tudo bem. Vamos fazer isso para os produtores agrícolas, mas como ficarão os outros setores que também perderam dinheiro, como a indústria automobilística, a do calçado, a do vestuário, enfim, as diversas indústrias brasileiras que também tiveram prejuízo com a queda do dólar?

O que o Presidente Lula disse desde o início do seu Governo? Não podemos mais ter um dólar por decreto. É preciso ter um dólar que a própria economia o regularize, estabilize quanto vai custar. O Ministro Guido Mantega está estudando novas possibilidades de que o dólar seja melhor trabalhado no Brasil com o setor industrial. A reunião com a Fiesp deverá ocorrer em breve.

Portanto, desde José, se não me engano, 2.500 anos ou muito mais – estão falando de quase cinco mil anos de História –, há uma lição que, segundo a Bíblia, é uma lição de Deus: também temos que nos preparar para os momentos mais difíceis. Sei que muitas pessoas pegaram muito dinheiro e aplicaram em supérfluo e há pessoas que tenho absoluta certeza de que não estão levando a sério as negociações e se metem no meio das manifestações com aqueles cujo atendimento é justo. Há pessoas que não merecem o atendimento e precisam ser separadas.

Vou dar mais um testemunho, para encerrar, Sr. Presidente. Eu era um dos líderes sindicais no Acre, e uma das coisas que eu acompanhava era o movimento de ocupação de terras. Havia uma luta ferrenha no Acre pela ocupação de terras. Um belo dia, indignei-me. Eu estava reunido com um grupo de quase 80 pessoas que queriam ocupar uma determinada fazenda porque ela estava abandonada, era improdutiva e precisava ser ocupada.

Quando olhei nos rostos daquelas pessoas, vi um deles, especialmente, que estava na quinta ocupação. Quinta! Ele tinha ocupado uma área numa fazenda chamada Carão, numa outra chamada Jaborandi, numa outra chamada Baixa Verde, numa outra chamada Belo Jardim, numa outra chamada Benfica, e já estava indo para aquela. Aí, quando vi aquilo, eu disse: “Você aqui de novo? Você não vai, não. Você está fora. Você não merece”. E ele queria brigar comigo, levantou-se para me bater. Tive que pegar um pedaço de uma ripa para me defender e disse: “Daí você não passa, porque, se passar, vou te bater com essa ripa”. E o coloquei para fora do Sindicato. Eu disse: “Não aceito você aqui. Você está destruindo a imagem de um Movimento”. E naquele dia me indignei, não quis mais me aproximar daquelas coisas e passei a trabalhar de outra maneira, Sr. Presidente. Fiquei muito chateado com aquilo.

Digo com toda segurança para V. Ex^a: há, sim, pessoas que estão usando os recursos públicos para outras finalidades e que não merecem atendimento. E as palavras do Presidente Lula aos dirigentes da Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, são verdadeiras e merecem nosso apoio. É preciso que a Contag separe os que não merecem, porque há pequenos que também não estão cumprindo com suas responsabilidades, como há os grandes que a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, deve separar. Quem não merece não pode receber respeito de entidades sérias, senão a entidade também se macula e perde sua seriedade, no meu entendimento.

Portanto, os movimentos que são justos merecem nossa atenção e nosso apoio. São R\$27 bilhões que o Presidente Lula vai encontrar uma forma de negociar, sim. Mas, em relação a isso, faço um apelo para que o Presidente e os Ministros separem da história quem não merece, porque, senão, estaremos sendo injustos com os outros setores da produção brasileira que perderam também muito dinheiro com a queda do dólar, mas estão muito bem de vida, estão tocando as suas vidas, estão, digamos assim, com melhor planejamento.

Portanto, o conselho que dou é: voltemos à Bíblia, voltemos ao capítulo 41 do livro de Gênesis para aproveitar aquela lição divina de que todos nós temos responsabilidade, sim, com o planejamento da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo, com muita honra, a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos regimentais, e, se necessário for, prolongaremos o tempo, até que V. Ex^a possa concluir seu brilhante pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Sibá Machado, V. Ex^a fica muito bem presidindo os trabalhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Prezados Deputado Paulo Lima, esta foi realmente uma semana tumultuada. Fazia muito tempo que eu não via algo semelhante. O Congresso vive uma crise da qual não consegue se livrar. Agora, veio a Operação Sanguessuga, em que já falam em um número de Parlamentares envolvidos que quase chega ao número citado por Lula, de trezentos picaretas. O número atual chega a duzentos e oitenta.

Os acontecimentos em São Paulo foram examinados aqui sob muitos ângulos. Não creio que o que importa aqui seja verificar até que ponto Alckmin e Covas foram responsáveis pela situação; ou voltar atrás, até Montoro, Quércia ou Fleury; ou analisar até que ponto Fernando Henrique, quando Presidente da República, e Lula são os responsáveis pelo que está acontecendo.

Lula fala do problema da educação. Lembro-me do Dr. Brizola, porque essa era sua grande bandeira. Hoje, é o Cristovam que defende a mesma bandeira, com a qual concordo. Mas a questão é o hoje, o que está acontecendo agora, os dias que estamos vivendo. E, cá entre nós, nunca o Brasil viveu a situação por que está passando São Paulo.

A Rede Globo fez uma comparação, mostrando, por seis minutos, a cidade de São Paulo no último fim de semana e, por dois minutos, o Iraque. No Iraque, parecia ser um fim de semana de férias, comparado com a situação de São Paulo. Na verdade, vivemos naqueles dias uma autêntica guerra civil, em que as “forças do mal”, digamos assim, não querendo repetir o Presidente Bush, os presos, prepararam um esquema diabólico que não se imaginava fosse possível acontecer no Brasil. E as coisas se sucederam.

Estamos acostumados com o Rio de Janeiro e dizíamos que ali as coisas, entre outras, eram muito complicadas pela própria cidade. Vê-se ali Ipanema, Leblon...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, permita-me interrompê-lo por um minuto, apenas para anunciar a presença de estudantes do Colégio Marista de Brasília, que o Senado Federal recebe com muito prazer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São meus colegas, porque fui do Colégio Marista Rosário do Rio Grande do Sul do primeiro ano até a faculdade. Saí de lá, fui para a Faculdade Marista da Pontifícia Universidade Católica e, de lá, vim para cá. É um bom colégio, vocês têm muito que aprender, a formação é sensacional. Principalmente nesta hora em que falam por aí sobre essas análises e essas interpretações de Cristo e de Madalena, é bom os professores darem os devidos esclarecimentos.

Volto ao que eu dizia: no Rio de Janeiro, a situação é até cruel, porque quem está na Barra, no Leblon, em Copacabana, naquelas casas fantásticas, naqueles condomínios espetaculares, tem ao fundo a favela. Conheço um senhor que construiu uma dessas casas paradisíacas, em que, nos fundos, havia um verdadeiro mundo à parte, uma ilha da fantasia. E ele foi obrigado a fechar os fundos, porque, quando fazia aquelas festas, choviam lá de cima pedras e outras coisas, de tal maneira que ele apagou as luzes, construiu uma enorme barreira e só ficou com a parte da frente.

Mas São Paulo não era assim. Em São Paulo, caminhando pelos Jardins, se vemos uma pessoa maltrapilha, já ficamos olhando: “O que esse cara está fazendo aqui? Aqui é só zona residencial. O que ele pode estar procurando?”. E a Polícia já vai olhando, caminhando atrás dele para verificar. Então, o que está acontecendo em São Paulo é realmente muito mais grave do que o que ocorre no Rio de Janeiro, pela quantidade e por ser São Paulo tão diferente do Rio de Janeiro.

Aconteceu tudo aquilo em São Paulo, mas não dá para dizer, como no Rio de Janeiro, que precisamos esperar, que, daqui a quatro meses, será outra coisa. Em São Paulo, não foi briga de quadrilha o que ocorreu. Ali, foi preparado um esquema, como só acontece nas máfias italianas, nas grandes organizações criminosas. Não se tratou de uma rebelião no presídio, porque transferiram um preso. Foi um esquema fantásticamente organizado e diabolicamente bem orientado. Bombardearam delegacias, queimaram ônibus de passageiros, mataram policiais, inclusive um bombeiro. Esse foi o esquema.

Os bandidos não mataram nenhum civil e, se mataram, foi por acaso, pois a orientação era a de matar militares, a de queimar ônibus sem gente dentro, a de deixar em pânico as Delegacias de Polícia – e conseguiram. São Paulo virou uma cidade ingovernável!

Aí vêm as discussões. O Ministro da Justiça ofereceu apoio ao Governador. E levo minha solidariedade ao Governador. Cá entre nós, tenho o maior respeito pelo companheiro Cláudio Lembo, que é homem de bem, homem sério, homem digno e correto, mas que pegou uma “bomba” na sua frente. De repente, assume, sem Secretariado novo. É o mesmo Secretariado. Ele se está adaptando e enfrenta essa situação. Duvido que alguém fizesse algo de forma diferente ou pudesse resolver o problema, porque não havia condições.

O Ministro da Justiça oferece apoio, e o Governador diz: “O apoio de que preciso é o dinheiro que o Governo Federal deveria ter repassado e não repassou”. Acho que essa acusação é muito pequena. Promover-se, agora, um debate entre Mercadante e Serra é ridículo. Temos de debater o assunto com a profundidade que ele merece.

Esse tema vem de longe. Há mais de dez anos, criei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma Subcomissão para estudar o problema do crime organizado. Fizemos algo que, na oportunidade, teve uma recepção enorme. Constituiu-se uma Comissão sob a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, composta pelo Ministro da Justiça, pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, pelo Procurador-

Geral da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal, para que nos reuníssemos, quinzenalmente, no gabinete do Presidente do Supremo, para debater o que teríamos de fazer para colocar as coisas nos seus devidos lugares, o que teria de ser alterado, o que teria de ser modificado, para aonde caminharíamos.

Lembro-me de que, na reunião, eu dizia: “Aqui, somos os responsáveis pelo processo do crime, da prisão, da lei. Aqui, está o Chefe da Casa Civil, representando o Presidente da República; aqui, está o Presidente do Supremo, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Procurador-Geral, o representante do Tribunal de Contas da União. Estamos aqui para ver o que tem de ser feito”. E debatemos durante dois anos.

Vou entregar, pela décima vez, a um Presidente de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Presidente Antonio Carlos, as conclusões a que chegamos e o que devia ser feito.

Uma das questões – para a qual chamo a atenção, porque, na minha opinião, é a mais importante – é a seguinte: o Procurador-Geral da República lembrou-se dos célebres juízes da operação Mãos Limpas, da Itália, e os trouxemos ao Brasil, ao Senado, para mostrarem o que lá fizeram, como fizeram, o que deu certo e o que poderia ser adaptado no Brasil. Eles vieram aqui.

Lá, houve uma guerra muito maior do que o que houve no Brasil, porque, aqui, o primeiro gesto que demonstra realmente que não houve uma guerrilha, que não se tratou de jogo do bicho, mas, sim, de crime organizado, de máfia, foi o que ocorreu recentemente em São Paulo. Na Itália, a máfia vem de longe.

Quanto ao crime organizado, agora, no Brasil, não se trata de pegar o coitadinho que está vendendo maconha, nem de pegar aquele que está no avião levando uma mala com drogas. Há gente importante envolvida. No crime organizado do Brasil, há Senador, Deputado, grande empresário, militar, gente do Judiciário. É gente muito importante! E, como já foi dito, eles não estão nas favelas, embora se busquem nas favelas aqueles que vão cumprir as determinações das reuniões realizadas nos apartamentos de alto luxo e nas mansões de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os procuradores e os juízes da Itália que estiveram aqui disseram: “A nossa luta foi muito difícil. Muitos juízes e muitos procuradores morreram assassinados. E juízes e procuradores foram para a cadeia, porque nós também tínhamos o nosso lado negro”. Eles colocaram na cadeia quatro ex-Primeiros-Ministros, inclusive o que era Primeiro-Ministro, que saiu da condição de Primeiro-Ministro e foi para a cadeia. Mais de 100 Par-

lamentares deixaram de sê-lo e foram para a cadeia. O Presidente da Fiat deixou a Presidência e foi para a cadeia. Aquilo foi a operação Mãos Limpas mesmo, agindo contra o “colarinho branco”.

Eles não se preocuparam com o terceiro escalão, como nós, agora, estamos nos preocupando, como ocorre com a Operação Sanguessuga. Procuramos quem trabalha, o funcionário, mas não se sobe, não se chega até o gabinete do parlamentar, até o gabinete do juiz, até o gabinete do homem importante, do empresário. Até ali não se chega!

Eles recuperaram milhões e milhões de dólares, que voltaram – o que não conseguiríamos fazer hoje, em hipótese alguma – aos cofres públicos da Itália, por causa da roubalheira da Máfia. Foi realmente algo espetacular!

Vieram aqui várias vezes. Debates, discutimos, analisamos. Mas como é resolvida essa questão, que é a mais importante, repito, na Itália, na Europa, nos países importantes, nos Estados Unidos? Como é feito o processo? Se Fulano matou beltrano, se fulano roubou de beltrano, se fulano assaltou beltrano, o que acontece? Quem comanda o processo é o promotor, é o procurador. A Polícia integra o quadro da Procuradoria. E, lá, eles se sentem muito honrados com isso. A Polícia tem o respeito da população, a admiração da sociedade, porque faz parte dos quadros da Procuradoria, que, na Itália, diga-se de passagem, está junto com a Justiça. O procurador exerce a função por três anos; depois, ele se torna juiz por mais três anos; posteriormente, ele volta a ser procurador, porque as missões fazem parte praticamente da mesma carreira.

Portanto, quem comanda o processo é o procurador. É o mesmo a que assistimos nos filmes americanos: houve um crime, e chega a Polícia! Na mesma hora, chega também o procurador. E quem orienta é o procurador, que, de saída, diz: “Tu podes ficar calado, mas tudo o que disser será usado contra ti”. Dali, ele já vai preso; e, dali, o procurador já fala com o juiz, que, provavelmente, precisa dizer-lhe onde ele fica, na cadeia, para fazer a apuração dos fatos. É aberto o inquérito, são chamadas as testemunhas para depor. As testemunhas depõem, encerra-se o processo, e ele vai para o tribunal, para o júri.

O que acontece no Brasil?

Há um crime. Chega lá o delegado de polícia ou o escrivão de polícia que ouve o cidadão. Normalmente, ele continua em liberdade. São chamadas as testemunhas, que vão depor na polícia.

Sou advogado de júri, trabalhei a vida inteira na defesa. Hoje, tenho até drama na consciência, porque, como desmoralizei processos da Polícia! No júri, a primeira coisa que o advogado faz é pegar o processo

da Polícia e dizer: “joga fora, isso não vale nada. Isso não é prova, isso não é defesa, o réu não tem defesa, isso é coisa falsa, não tem nenhum significado”. E vai pegar prova judicial. O que é a prova judicial?

No Brasil, quando a Polícia termina tudo o que tinha de ser feito, manda para o promotor. O promotor denuncia, o juiz aceita a denúncia e abre-se o inquérito. Aí é que vai começar tudo o que vale – às vezes, um ano depois.

O PC Farias foi assassinado. Ele e a namorada. Quando foi assassinado, eu gritei lá de Porto Alegre: “Mandem a Polícia Federal, mandem com urgência a Polícia Federal”. Deixaram a Polícia estadual. Ficaram lá, lavaram todos os lençóis, as roupas, deixaram tudo limpo e, depois, chegaram à conclusão de que foi morte seguida de suicídio. A senhora, por ciúme, matou PC Farias e depois se matou. Era a amante dele, o PC Farias era a sua fonte de dinheiro. Podia até ter amor, mas era amor de dias, porque PC Farias gostava muito da mulher, que morreu, e tinha, ali, um caso de convivência ocasional. Conclusão da polícia. Crime emocional, passional. Era uma paixão intensa, ela tinha um ciúme enorme dele – não sei como, se os dois viviam juntos e o coitado do PC Farias não podia colocar um pé na rua, porque estava todo mundo atrás dele. Quando foi para a Justiça, não tinha mais prova e o processo foi arquivado.

O que aconteceu com PC Farias? Ele foi assassinado pela namorada, que se matou depois. Isso acontece todos os dias no Brasil. Qualquer cidadão que é importante, no interior, manda matar se acontece qualquer coisa e isso fica ali com a polícia.

Dei entrada em um projeto, que não é de minha autoria, mas do Procurador-Geral da República da época, para o Brasil ser assim: há o crime, entra o procurador. A carreira da polícia se enquadra com a de procurador. Um é auxiliar do outro. Não passa na Casa. Toda a classe policial quer, menos o delegado. O delegado não quer perder o poder. O delegado tem aquele poder fantástico. O delegado, no interior de Estado, é quase um rei. Todo mundo reverencia o delegado, porque está sujeito a, a qualquer hora, atropelar alguém ou a qualquer coisa, e ficar na mão do delegado. O delegado não quer. E um homem da inteligência, da cultura e do espírito público do Senador Tuma, infelizmente, defende os delegados, e nós não conseguimos fazer com que esse projeto fosse aprovado aqui. O máximo que consegui foi que em casos especialíssimos a Procuradoria poderia chamar para si o processo. A Câmara não aprovou. Passou no Senado, mas está lá, na gaveta da Câmara.

Estou citando esse caso porque acho, com todo o respeito, que é o mais importante, porque é o início de

toda a questão, é o início de toda a questão. Por outro lado, acho que estamos vivendo um contexto geral.

Olha, Presidente, quero-lhe muito bem e tenho muito carinho por V. Ex^a – quase tanto quanto tenho pela Senadora, que acho uma mulher fantástica –, mas estamos vivendo uma fase complicada.

Deus não tinha dito o que ia acontecer com V. Ex^a, que estava lá do outro lado, ainda não tinha nascido, e eu já estava aqui. Eu conheço essas crises desde a crise de 1954, do suicídio do Dr. Getúlio. Acompanhei o caso do suicídio do Dr. Getúlio, a legalidade que não queria deixar o Jango assumir, a derrubada do Jango, o que fizeram com Juscelino, um homem fantástico mas que sofreu, a ditadura militar, o *impeachment* do Collor, os anões do Orçamento, muita coisa, mas eu não vi nada como o que está acontecendo agora. Eu não vi nada.

O Brasil, Sr. Presidente, viveu um momento de euforia com as Diretas Já, que levariam Tancredo à Presidência da República. Tancredo era um homem preparado, tinha sido Primeiro-Ministro, Ministro de Getúlio, Governador de Minas, era o homem para o momento. Eu era Ulysses. Meu candidato era Ulysses, se tivesse eleição direta seria Ulysses, mas reconheço que, naquele momento, para somar o contexto geral, era o Tancredo. Mas Tancredo morreu.

Sarney fez um bom Governo. Homem sério, convocou a Constituinte, abriu as portas a todos os Partidos, fez mais de um plano, o Plano Cruzado, mas não era o Tancredo e terminou numa crise. Quando não conduzimos os acontecimentos, não sabemos como terminam.

Numa eleição que tinha como candidatos o Dr. Ulysses Guimarães, o Dr. Mário Covas, o Dr. Aureliano Chaves, o companheiro Lula, o companheiro Afif, ganhou um rapazinho de trinta e poucos anos que ninguém conhecia. Governador de Alagoas, criou um Partido novo, o PRN – deste tamanhozinho -, e ganhou a eleição. Deu no que deu: *impeachment*.

Fui Líder de Itamar Franco, que o sucedeu. Acho que foi a época da minha vida, que eu conheço, onde houve mais seriedade, mais dignidade, mais honradez e mais moral na História deste País. O Brasil ganhou um contexto novo.

Não houve uma vírgula de corrupção. Itamar não precisava provar: “Não, eu tenho que provar.” Não. Levantou a questão, ele colocava para fora. “Estamos vivendo uma época”, dizia o Itamar, “em que não podemos ter alguém...”

O Ministro da Fazenda, a **Veja** machucou, machucou. Ele veio aqui, deu um *show*, foi aplaudido por todos. O assunto estava resolvido. Na outra segunda-feira, a **Veja** veio com tudo de novo. Chamado ao Pa-

lácio, fui lá. Estavam o Presidente e o Ministro. Itamar disse: “Olha aí, Pedro.” O Ministro estava pedindo demissão irrevogável. Eu disse: “Mas não tem nenhum problema. Quarta-feira, tu voltas para o Senado e respondes tudo isso de novo.” Ele disse: “Não. Eu não posso ser Ministro da Fazenda. Eu tenho que inspirar confiança no povo, quando todo o povo fica olhando para mim para saber se sou isso ou não sou isso.” Ele renunciou. Ele renunciou depois de ser aplaudido de pé pelo Senado.

Do Chefe da Casa Civil, Hargreaves, na CPI dos anões do Orçamento se falou um milhão de coisas. Entre elas, que o Hargreaves tinha sido funcionário da Casa Civil no Governo Sarney e ajudava sei lá o quê. Foi convocado. O Hargreaves foi ao Sarney e renunciou à Casa Civil – ele foi convocado para depor, não era inquirido, não era denunciado, não havia nada, era só para depor – renunciou à Casa Civil e veio aqui falar. Deu um *show*. Quando terminou a CPI, não havia nada contra ele; e ele voltou para a Casa Civil. Isso é maneira de governar.

Eu era Líder do Governo e o Presidente Itamar Franco* me chamou:

– Pedro, preciso que você arrume um lugar para o meu sobrinho.

– Como? Arrumar um lugar para o seu sobrinho?

– Você tem dois gabinetes: o de Líder do Governo e o seu.

– Mas por que eu é que tenho de arrumar? Por que tu não arrumas?

– Bem, eu não posso arrumar. Como vou arrumar? Eu, Presidente da República, vou arrumar um lugar para um sobrinho meu?.

– Bom, telefona para alguém.

– Não; eu não vou telefonar. Como vou telefonar para um fulano, para uma empresa e dizer: “Coloca um sobrinho meu aí?”

– Então, azar, porque eu também não posso.

– Mas, e seu gabinete?

– Não, Itamar, o meu problema é o seguinte: eu não tenho gabinete de Líder. Só estou com meu gabinete. Tenho o meu gabinete e não tenho gabinete de Líder.

Este rapaz morreu sem emprego; sobrinho do Itamar. E o Itamar dizia: “É filho do meu irmão” – o irmão mais velho dele –, “que me sustentou na faculdade de Engenharia”. O pai dele havia morrido; a mãe, vivia com humildade, e o irmão mais velho sustentou a formatura dele na Engenharia. E esse sobrinho morreu sem emprego.

Aí veio o Fernando Henrique. Todos nós imaginávamos que viria um grande Governo, e deu no que deu.

Em primeiro lugar, não foi um governo social-democrata. E a social-democracia estava, na época, em moda.

Mitterrand, na França; Felipe González, na Espanha. Estavam vivendo momentos que parecia a saída para o mundo! Justiça seja feita: a social-democracia foi para o bebeléu na França, na Inglaterra, na Espanha e no Brasil.

Aí veio o Lula. Não me lembro na história do Brasil de uma esperança tão grande quanto a que nós todos tivemos no Lula; e deu no que deu.

Hoje o povo está vivendo horas de angústia. Quando fizemos o *impeachment* do Collor, o Congresso havia sido recém-eleito e vivia um momento de grande credibilidade, grande credibilidade! Tanto que teve autoridade para fazer a cassação! Coisa que o Congresso, hoje, não teria coragem. Criar uma CPI para mexer com o Lula, a opinião pública não aceitaria. “Vá primeiro cuidar da sua casa! Vá limpar a tua casa para depois querer olhar para os lados!” O Lula ocasionou o que estamos vivendo.

Sr. Presidente Sibá Machado, o Secretário-Geral do PT, o Pontes, Deputado gaúcho, defende uma tese: “Não vamos discutir o passado; vamos botar, no futuro, como vai ser o segundo governo do Lula”. E eles não querem. Tem gente do Partido de V. Ex^a que não quer. É votar e ir adiante. Mas acho que é o mínimo. O Ministro Tarso Genro renunciou ao Ministério da Educação para ser presidente do Partido; falou enfaticamente desta tribuna, emocionado: “A nós, do PT, não interessa o que a Justiça, a Polícia Federal, a Procuradoria, a CPI, a Câmara e o Senado vão decidir. Nós, com a nossa Comissão de Ética, vamos apurar o que aconteceu no PT, e o PT vai limpar os seus quadros”. Disse, desta tribuna: “É sensacional! Isso vai ser algo realmente fantástico: o PT limpar os seus quadros e traçar um rumo para o futuro!” O coitadinho do meu amigo Tarso foi posto para fora. Quando chegou na hora da eleição para presidente não teve nem cargo na Executiva, quanto mais o de presidente. E aí se reúne o PT e toma uma decisão fantástica: “Só vamos tratar desta matéria depois da eleição”. Antes da eleição, está lá na Convenção, recebendo elogios do Presidente Lula (**Fernando Henrique**) o Sr. José Dirceu, denunciado pelo Procurador-Geral da República ao Supremo como o chefe da quadrilha. Está lá! E se ele está lá – dizem as más línguas que ele é um dos grandes coordenadores da campanha –, vai ser depois da eleição que vamos apurar? Se pelo menos

tivesse dito: “Os que estão sendo incriminados vão ficar afastados”. Mas não, estão participando.

Conto isso para dizer que esse calo também foi o grande responsável pelo que aconteceu em São Paulo. Esse ambiente de indiferença; ninguém tem confiança em ninguém. Para qualquer lugar que se olhe vemos os fatos. Outrora, durante momentos na vida brasileira, eram manchete a corrupção; hoje, é rotina; mas não era. A corrupção é rotina. O absurdo é rotina. E o Brasil é o País da impunidade!

Com todo o meu carinho ao Supremo Tribunal Federal – lá está não só a primeira mulher Ministra, mas a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie –, mas a verdade é que lá está, no Supremo Tribunal Federal, denunciados pelo Procurador-Geral da República por crime gravíssimo dois ex-Ministros. Hoje, um Senador da República e o outro Deputado Federal. O processo está na gaveta do Ministro. Um caso que nem esse devia servir de exemplo. Se é para absorver, absorva; se é para condenar, condene; mas deve servir de exemplo: se um Ministro do Supremo Tribunal Federal bota na gaveta denúncia contra um Senador que foi Ministro, o que é que um delegadozinho de polícia vai fazer lá no interior? O que é que um juizinho do distrito vai fazer lá no interior? Então, quando se diz que o Brasil é o País da impunidade, começa no Supremo. Porque temos de começar por cima! Não adianta começar por baixo para pegar o fulano que roubou a galinha do beltrano. Temos de começar por cima, por aqueles que são os grandes responsáveis e que servem de orientação e de farol para a vigarice se perpetuar por fora!

O Procurador-Geral da República denunciou ao Supremo, como formador de quadrilha e outras coisas, nada mais nada menos do que o Presidente do Banco Central. Imaginem em que lugar do mundo isso acontece! O Presidente do Banco Central, que é responsável pelo nosso dinheiro, pela nossa dívida, pela economia do Brasil, está sendo condenado pelo Procurador-Geral da República, e a condenação foi aceita pelo Supremo, e está na gaveta do Ministro! Se é o caso de absolver, é importante que o Ministro absolva o Presidente do Banco Central, para sabermos que ele é um homem sério, que aquilo não é verdade. Ou então que o condene! Mas o Presidente do Banco Central, que está conduzindo o nosso dinheiro, o nosso futuro, é um homem denunciado ao Supremo por formação de quadrilha e tudo o mais pelo Procurador-Geral da República! Denúncia aceita, processo iniciado, mas não adianta, porque está na gaveta do Ministro. Essas coisas, é claro, criam esse caos.

O Brasil é o País da impunidade.

Um dia apareceu no jornal uma senhora que estava presa há quinze dias porque roubou um pão num supermercado para dar de comer ao seu filho. Ficou quinze dias presa! Eu já disse e digo aqui: se eu vou para casa e sei que o meu filho está passando fome e eu não encontro chance nenhuma de levar comida para casa, ali na esquina da minha casa tem uma padaria, eu quebro o vidro da padaria, pego dois pães e levo para casa. O que vai acontecer comigo eu não sei. Mas eu não vou dormir com o meu filho chorando de fome. Pois a mulher passou quinze dias na cadeia porque roubou um pão em um supermercado.

Neste País é perigoso roubar galinha. Se quiser roubar, rouba bastante, mas rouba bastante, porque roubando bastante não acontece nada. A história está mostrando isso. Se roubar pouco, em primeiro lugar não terá nem advogado para defendê-lo; a polícia vem, pega, leva, coloca na cadeia e fica por isso mesmo.

O Governador de São Paulo fez uma afirmativa que foi considerada muito pesada: “O Brasil vai mal porque a minoria branca sufoca o povo brasileiro”. Eu não sei, falar em minoria branca... Hoje, há um Ministro do Supremo Tribunal que é negro e, se não me engano, parece-me até que tem um General que é negro. Não tem negro no comércio daqui de Brasília. Pode-se andar pelos *shoppings* e não há nenhuma loja atendendo. Pode ter um negrinho lá para encostar um automóvel, para levar o carrinho lá para baixo, mas atender em *shopping* não tem.

Então, essa afirmativa é grave, mas é verdadeira. Dizer que o Brasil é hoje o segundo país do mundo com a maior injustiça social em distribuição de renda... A cidade que tem mais helicópteros no mundo é Nova Iorque, nos Estados Unidos; a segunda, São Paulo.

Celso Furtado me contava que, quando cassado e exilado em Paris, lecionava em duas faculdades: na Universidade de Sorbonne e na Universidade de Paris e a mulher dele lecionava numa terceira faculdade. Ele, então, dizia que viviam bem, com três empregos de professores universitários. Moravam em um apartamento de dois quartos e tinham um carrinho pequeno para os dois. Ela o levava e o deixava – porque ele lecionava na Sorbonne – e depois caminhava a pé até a Universidade de Paris. Ela ia para casa; depois, lecionava à tarde na faculdade dela e o pegava na saída. No verão, eles conseguiam, às vezes, veranejar, naquela época em que o Franco tinha feito um trabalho espetacular de turismo, atraindo para a chamada Praia do Sol. Então, era turismo para a classe média baixa. Mas era muito barato. Ele conseguia passar 15 dias lá. E ele contando: “Olha, Pedro, falamos, na França, nas praias francesas, em Mônaco, etc. e tal, mas o pessoal de Paris não sabe o que é isso”. A classe média

parisiense vive um padrão de classe média, tem sua casinha, seu carro. As grandes fortunas pertencem aos grandes milionários, que são uma imensa minoria. Nós, no Brasil, não. Se andarmos aqui por Brasília, o que vemos de mansões, meu Deus do Céu! Porque, no Brasil, quem tem, tem e gasta bem; quem não tem que se dane.

Uma publicação feita pelo IBGE, se não em engano – saiu nos jornais de ontem –, foi uma bofetada na gente que pensava que os índices da miséria estavam desaparecendo. E verifica-se que não, que continuam. Os índices da miséria e da fome continuam.

O Senador Antonio Carlos Magalhães chegou a apresentar um projeto para eliminar a pobreza, em que todos entraríamos no mesmo processo e somaria o Brasil, dando as mãos. O projeto foi aprovado com festa. Do resultado, não sei.

Por isso, meu Presidente, os fatos de São Paulo têm essa gravidade, porque não se sabe quando virá novamente. E não se sabe se foi ou não a primeira máfia organizada de um grande esquema. Foi impressionante, porque ocorreu na mesma hora, em lugares diferentes, cada um fazendo a sua parte. Não me lembro se ocorreu em guerrilha, mas, pelo mundo afora, deve acontecer isso, mas tanto quanto aconteceu em São Paulo não tenho notícia. Foram 100 ônibus. E o negócio foi cruel. Matar tantos soldados, bombardear tantas delegacias e espalhar o terror. E eles o fizeram.

Temos de cuidar da educação? É claro. Quando se entrega um livro, o cidadão aprende e encaminha o seu futuro. Temos de cuidar que não tenha fome? É claro. Casa onde o cidadão tenha o que comer e escola já é meio caminho andado.

Perguntava-me o Prefeito de Campo Bom, que vive a crise do calçadismo no Rio Grande do Sul, com milhares de trabalhadores demitidos – pessoas que há 80 anos produzem sapatos, que há 80 anos são profissionais ultra-especializados, que ganham bem acima do salário, e que foram demitidas, estão dormindo na praça, em Campo Bom: “para onde é que vai essa gente, o que essa gente vai fazer?”.

E um dos desempregados, que estava ali, contou o Prefeito, disse: “Eu tenho vergonha de ir para casa. A minha mulher não põe nada na mesa, o meu filho não tem nada, e olham para mim como se eu fosse um criminoso. Eu, que era uma pessoa que, há vinte anos, era o chefe de família. Fazíamos as nossas pequenas economias, estávamos bem, tínhamos a nossa casinha, os filhos na escola. Vivíamos com modéstia, mas com dignidade. De repente, hoje, eu e minha mulher já não nos acertamos direito”. É aquela história que diz que em casa que não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. Então, ele disse: “Eu já me considero um

criminoso, e não sei qual é o caminho que vou seguir. Mas terminadas as minhas economias, com as quais levo pão lá para casa, sem pão não vou deixar meus filhos. Não sei o que vou fazer”.

Agora, isso está se repetindo pelo Brasil afora. Esse é um fator determinante do que acontece no presidio.

Nunca me esqueço, Sr. Presidente, de uma visita que fiz a uma favela no Rio. Quem me levou foi uma assistente social que conhecia tudo na favela e ia me mostrando: “Olha o rapazinho aqui!”, no meio daquela favela, o pessoal todo descalço, todo mundo maltrapilho, aquela coisa toda. O rapazinho estava com uma camisinha curta, uma calça, um sapato e um celular no bolso. Ele estava arrumadinho, bem penteado. A assistente social disse: “Esse é o cara que tem o futuro mais feliz daqui da favela. Todo mundo tem inveja dele, porque ele trabalha para a quadrilha. É informante. A única coisa que ele tem que fazer é, por telefone, passar a informação: Olha, o guarda passou por aqui. Olha, o fulano da outra quadrilha passou por aqui. Mais nada!”. E ele fica ali. Aí, fomos adiante. E essa senhora me levou para falar com a mãe do guri, que dizia: “Agora estou muito feliz! Graças a Deus, não falta nada aqui em casa. Nosso filho conseguiu emprego e ganha bem; estamos todos satisfeitos!”.

A melhor oportunidade que o favelado tem é de trabalhar para a quadrilha, informante da gangue de droga. O que vamos esperar? E fomos falar adiante, em uma rodinha de pessoas em que ela conhecia todo mundo; sentou e eu sentei junto. Ela foi fazendo as perguntas e eles foram respondendo: “Quem é o maior inimigo de vocês, a quadrilha ou a polícia?”, “Mas claro que é a polícia”, diziam, “a quadrilha não é nossa inimiga; a quadrilha nos ajuda, ajuda no desfile da escola de samba; reformou a nossa escolinha que estava caindo aos pedaços; dá emprego para quantas pessoas nossas! Ri quando passamos. Quando vejo a quadrilha passando e estou caminhando, nem tenho medo. Agora, a polícia, ela vem atirando. Ocorreu um crime, ocorreu um assalto, ela não quer saber. Entra na casa de um, na casa de outro, invade. Ela é dona de tudo”. Vejam o que elas disseram: “Pergunta o senhor aí para alguém se alguém chamou a polícia quando teve algum assalto? Ninguém é doido, porque é capaz de ter um segundo assalto”. Daí, perguntei: “E qual é a relação de vocês com a Justiça, com o Judiciário?”. “Ora, Doutor, noventa por cento dessa vila não sabe o que é esse Judiciário; nunca viu um juiz, nunca viu um promotor, nunca foi chamada para coisa nenhuma. O máximo que conhecemos é lá no serviço de adoção, coisa que o valha, quando tem algum caso desse tipo. Ou quando há um crime e determinam o destino de

uma criança, então vem uma assistente social para ver se a criança fica ou se vai embora. Não existe Justiça.” Outro falou: “Olha, doutor, não existe Justiça. Aqui a gente não casa e não se divorcia. A gente não nasce, porque não tem certidão de nascimento, e a gente não morre, porque não tem certidão de óbito”.

Outro dia, na Comissão, perguntei a um cidadão do IBGE e ele me disse uma coisa realmente cruel: “É impressionante o número de favelas no Brasil, e o pessoal do IBGE não vai lá”. E quem é o pessoal do IBGE? Não são os funcionários. Quem faz os levantamentos são geralmente estudantes universitários contratados para o recenseamento, que ganham por serviço prestado. Na hora de subir em uma favela daquela, em que há pessoas guerreando entre si, eles vão pedir dados? O sujeito pode pensar que eles são da polícia: “Imagina se vou falar onde moro! Qual meu endereço, ou o nome dos meus irmãos!”. Então, há uma infinidade, há um número impressionante – não dá para dizer quanto, até vi, mas não me lembro agora, não quero dizer para não dizer bobagem – de brasileiros que nascem, se amontoam, têm filhos, morrem, trabalham – não têm carteira – e não existiram. Essa é uma realidade; esse é o nosso Brasil.

O pessoal do MDB do Rio Grande do Sul tinha mágoa de mim: eu elogiava demais o Lula e o PT, porque achei... Eu, no meu MDB, era um guri. Cheguei gurizinho, recém-saído da faculdade, na Assembléia Legislativa e, ali, de repente, eu, um sonhador, tinha visto Juscelino – eu era Presidente da União Nacional dos Estudantes na época de Juscelino. Tenho fatos. Nunca esqueço. Vocês vão ali, no Memorial do Juscelino, e há uma foto que todo mundo pergunta o que é. Na escada, está lá o Juscelino e estou eu, estudante, entregando um documento para ele. Fizemos um congresso mundial de estudantes de Direito, e eu fazendo tudo; na hora de iniciar, o congresso ia começar, eu não tinha um tostão – o negócio tinha parado no Ministério daqui e no Ministério de lá – e consegui uma audiência, o Jânio me conseguiu uma audiência com Juscelino. O Juscelino tinha um homem muito importante, o Pascoal Carlos Magno, um homem da cultura, ligado a teatro; e o Juscelino botou o homem da confiança do lado dele. Então, estou ali dizendo: “Presidente, vamos ter um congresso assim e assim. Presidente, vai ser a obra mais importante do seu governo; não tem obra mais importante que essa, Presidente!” Ele se vira para o Pascoal: “Pascoal, é a obra mais importante do meu governo e tu não me contas uma coisa dessas, tu não me falas?” Aí morri de vergonha e pedi para morrer, porque vi a bobagem que tinha feito. Mas levei o dinheiro. Ele assinou na hora ali o dinheiro e fizemos congresso.

Então, eu estava chegando na Assembléia um guri, sonhando com as idéias do Pasqualini. Deus me deu essa graça: o Pasqualini não se elegeu Governador e durante quatro anos, três vezes por semana, das oito à meia noite ele recebia um grupo de estudantes e relatava... Tanto que nunca tive problema de comunismo, não-comunismo, de capitalismo, não-capitalismo, porque a minha cabeça é a reprodução, eu sou uma reprodução, um clone do que o Pasqualini botou na minha cabeça. Então, eu estava feliz da vida, e estoura a tal da revolução! E cassam, prendem, matam e não sei o quê. E eu, um gurizinho, virei líder, virei Presidente do Partido, porque o resto todo tinha ido embora: cassaram, mataram, prenderam, degolaram.

Então, vivi o MDB, vivi os momentos históricos, fantásticos. E, lá no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, foi uma época realmente que o povo foi qualquer coisa de... Porque ali era a terra de Getúlio, a terra do Jango, a terra do Brizola – e o Brizola e o Jango estavam ali do lado, no Uruguai; então, ali era para matar, para não sobrar nada. Vivemos aquela época, e acho que o MDB fez um papel histórico e fantástico, porque naquela época houve um momento que chegávamos aqui e tinha o Pcdob que queria luta armada; tinha os outros que queriam a guerrilha, tinha o Brizola que queria o voto em branco, tinha os autênticos que queriam a dissolução do Partido, tinha os que queriam fazer assalto a banco para pegar dinheiro. Nós tínhamos de tudo. Era uma loucura. O Brasil estava sem rumo.

Fizemos uma reunião em Porto Alegre. Sr. Presidente, eu a fiz com todo o Brasil. Nessa reunião, traçamos a linha do Partido. Dissemos: o PMDB recebe todo o mundo, mas tem quatro linhas – Diretas Já, Assembléia Nacional Constituinte, anistia e fim da tortura. Quem quiser esses quatro itens – não queremos folha corrida, pode ser comunista, pode ser o que for – pode entrar, mas quem vier com outra tese, vá embora. Vá trabalhar em outro quintal.

Quando fizemos isso, o povo veio atrás. Foi aquela coisa fantástica, o movimento mais lindo da história deste País. Derrubamos os militares sem um tiro, sem uma morte.

Morreu o Tancredo, deu no que deu. Então, passei a olhar o Lula e o PT. O PT foi uma alternativa. Falo para o Cardeal Dom Evaristo Arns: “Pode, Evaristo? O PT se formou na sua sacristia”. Quando vemos essas coisas, perguntamos onde eles aprenderam essas coisas que estão fazendo aí. Ele diz: “É. Eu também não sei. Comigo eles não aprenderam essas coisas”.

O PT foi um partido que nasceu no meio da Igreja, no meio dos cristãos, amparando os sem-terra. Era um partido fantástico; e o Lula uma pessoa espetacular, um cara que veio do Nordeste, que era para ter morrido

junto com as milhares de crianças da sua idade que morriam antes de um ano de idade. O pai vai embora e deixa a mãe com sete filhos, e ele vem com a mãe e os seis irmãos num pau-de-arara, é atirado naquela selva de São Paulo, tira o curso mais importante da sua vida – um curso de mecânico no Senai – e é Presidente da República.

Foi líder sindical, mobilizou este País, participou de quatro eleições; ganhou na última. E nunca se viu, nesse tempo todo, uma palavra contra a dignidade do Lula. Nunca vi, nem quando ele era líder sindical, nem quando era operário. Não tem uma vírgula, não tem uma passagem dele pela polícia, por lugar nenhum. E o cara é eleito Presidente da República. Vitória espetacular.

Fui sondado para ser Ministro, para ser líder do seu Governo. Eu até quase aceitei, mas depois... Eu até sofri. Os caras diziam para mim: “Simon, você não aceitou? Agora? Tu ficastes cinqüenta anos berrando. Agora que vamos salvar o Brasil, tu vais ficar de fora, bobalhão?” Fiquei com aquilo na minha cabeça. Sou um bobalhão mesmo. E acontece isso aí. Quando saiu o negócio do Waldomiro, que foi denunciado, eu pedi a CPI. Se, em vez de arquivarem, tivessem feito a CPI, meu Deus! Quando os primeiros casos aconteceram... Porque quando outro começa de um jeito, tu não tens mais o que fazer. Então, chegamos ao dia de hoje.

E é por isso que eu gostaria de falar daqui, primeiro para o Michel Temer, Presidente do meu Partido, que está tendo uma atuação séria e responsável, mas também para outras duas pessoas: o Presidente do Senado Federal e o Presidente Sarney. Eles não podem manchar a biografia deles permanecendo nesta tese: o PMDB não pode ter candidato a Presidente; o PMDB tem de ficar aberto para apoiar os governos de Estado. O PMDB tem de ter candidato a Presidente. Não sei se é para ganhar, mas para traçar um rumo.

Se o PMDB não tiver candidato a Presidente, essa campanha vai ser dolorosa. Vai ser o PSDB indo para a tribuna e contando tudo isso que está aí, e é tudo verdade. Depois o PT vai para a tribuna e conta tudo aquilo que aconteceu, e é tudo verdade. Mas e o futuro? Qual é a expectativa do futuro?

O PMDB apresenta proposta, que é singela. Não é coisa fantástica. O pobre não quer revoluções espetaculares, uma casa maravilhosa, uma casa no campo. O pobre quer coisa simples. Quer comida, não como misericórdia, não como miséria, não como caridade, não como esmola, mas fruto do seu trabalho. E um trabalho que seja simples, que seja modesto, mas que lhe dê condição para viver com dignidade. Uma casinha simples, singela, mas uma casinha. Coisas essas

que poderíamos fazer e não entendo até hoje porque o Lula não fez.

O Papa falou, o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos falou, o Presidente do Tesouro dos Estados Unidos falou que era importante que se encontrasse uma fórmula, inclusive diminuindo parte da dívida, em troca de solução para os problemas sociais da miséria brasileira. Por que não? Somos um País que está pagando a maior fortuna de dólares em juros para o exterior. Não podemos chegar e dizer: olha, vamos abater parte desses juros ou vamos deixar para pagar depois, mas eu preciso desse dinheiro para resolver o problema da miséria, da fome.

No entanto, não. O Brasil faz o contrário. O Brasil recebeu voto de louvor do Banco Mundial e do Fundo Monetário. É o primeiro país que pagou a dívida adiantada. Em junho do ano passado, já tinha pagado toda a dívida do ano passado. Abateu juros? É, abateu juros. Mas, se com aquele dinheiro, tivesse equacionado o problema social do Brasil, seria muito diferente. Seria muito diferente.

Então, o que digo é que não podemos ter uma campanha como a que tivemos há quatro anos. O Duda transformou o Lula. A figura mais importante da eleição passada não foi o Lula, foi o Duda. O Duda mudou o Lula, mudou a barba do Lula, que tinha uma barba agreste, de um homem do povo. Podia até ter mudado como a do Presidente, mas não, fizeram uma barba de lorde inglês. As roupas do Lula passaram a ser espetaculares. O “Lulinha paz e amor” é a figura que venderam na televisão. E venderam assim: Fome Zero. Eu resolvo o problema da fome e ninguém mais vai passar fome no Brasil. E resolveram assim: desemprego zero. Vou criar 15 milhões de empregos e não vai ter um desempregado no Brasil. Foi uma maravilha, uma apoteose. E a desilusão é essa que está aí! E a desilusão é essa que está aí!

Se o PMDB tiver um candidato a presidente, em primeiro lugar, não vamos fazer uma campanha no sentido de combater nem o PT nem o PSDB nesses 12 anos que passaram. Um programa de futuro.

Eu me atrevera a dizer que deveríamos nos sentar à mesa – as candidaturas – e fazer um programa mínimo, que seria de todos. Pode haver variações: o Lula é mais à esquerda – que não é –, o Fernando Henrique é mais à direita – que é –, mas as regras que são universais, como pão, comida, dignidade, honra, decência, fariam parte de um programa comum. É isso que estamos propondo.

Mas os meus amigos Renan e Sarney defendem a tese de que o MDB deve fazer os Governadores, não entrar na disputa para a Presidência. Mas está todo mundo aqui falando, todos os dias. V. Ex^a mesmo vive

falando todos dias, chorando, pedindo que o Governo Federal faça isso e aquilo. V. Ex^a foi Governador e o que V. Ex^a pode fazer sem o apoio do Governo Federal?

Vivemos numa federação que não é federação, é uma federação unitária. Temos um Presidente da República que, na verdade, é um ditador por tempo determinado. Democracia é nos Estados Unidos, onde o Presidente treme de medo do Congresso, porque o Congresso rejeita, diz onde deve se alocado o dinheiro. Democracia é na Itália, que derrubou o Presidente da República. Mas no Brasil? No Brasil o Presidente faz o que quer e o que não quer. Depois vêm nossos amigos e dizem: “Não, o MDB tem de fazer os governadores, não deve entrar na disputa para Presidente”.

Olha, será uma tragédia para o MDB e para o Brasil. Vou procurar, meu Presidente...

Senador Renan Calheiros, e o Senador José Sarney e fazer-lhes um apelo, no sentido de tentar um entendimento para definirmos um nome que seja de conjunto, uma pessoa como Jarbas Vasconcelos, por exemplo, que as diversas correntes possam aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)
– Ou Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em relação a esse há controvérsias. Se V. Ex^a conseguisse que o Renan e o Sarney me apoiassem... Mas acho isso muito difícil.

Poderíamos fazer isso. Agora eles estão querendo mudar a data da convenção, marcada para o dia 11, para o dia 29. E a intenção é que ela não aconteça, porque o prazo máximo é o dia 30. Nós queremos fazer dia 11, porque ainda não se decidiram as convenções estaduais; então, pode haver reflexo nessas convenções. Mas, no dia 30, não há mais nada o que fazer, já está tudo feito.

Faço aqui um apelo público ao Presidente do Senado, companheiro Senador Renan, e ao ex-Presidente da República, companheiro Senador José Sarney. Acho que S. Ex^{as} dariam um exemplo fantástico. Primeiro, salvariam o MDB, é verdade. Porque, se o PMDB for para essas eleições sem candidato, abrindo as portas – acho até que pode eleger um grande número de Deputados e de Governadores –, o Partido acaba. Há algo muito importante que talvez seja a única coisa boa que esteja hoje aí: a cláusula de barreira

A cláusula de barreira vai acabar com muito “partidozinho”. Acho que vão sobrar uns quatro ou, no máximo, cinco Partidos. Então, muitos que serão eleitos vão partir para uma reorganização. Se o MDB tiver uma linha, tiver um princípio, será um grande Partido. Caso contrário, estou vendo cair fora todo mundo. Não sei quem sobra, mas acho que uma imensa maioria cai fora.

O Dr. Renan diz que o importante é eleger os Governadores, mas, lá em Alagoas, está apoiando o candidato do PSDB. O nosso ex-Presidente do Senado, hoje Deputado Federal, o nosso Líder no Pará, defende a tese de que nós temos de fazer os Governadores, mas, lá no Pará, está caminhando para apoiar a candidata do PT. O Dr. Sarney defende que devemos fazer os Governadores, mas, no Maranhão, apóia a candidatura do PFL e, no Amapá, apóia um candidato de esquerda. Assim não dá para entender, fica difícil entender...

Assim fica difícil entender. Acho importante fazermos essa meditação.

Estamos nas últimas horas e as manchetes noticiam que eles estão a caminho de colherem assinaturas para que não haja a Convenção.

Queira Deus que isso não aconteça e que nós possamos caminhar para essa eleição!

Eu era gurizinho e já se dizia que o Brasil estava à beira do abismo. Mas o Brasil é maior que o abismo. Mas nós nunca estivemos tão fundo no poço como estamos agora. Nunca estivemos. E é exatamente a hora e o momento de redobramos as nossas forças e fazermos uma transformação.

Essa eleição tem dois estilos: ou vai ser um Deus nos acuda – cada um querendo salvar a sua pele... A legislação que nós fizemos, infelizmente, não acatou o financiamento de campanha apenas com verbas públicas. Fez-se uma legislação tão severa que, como alguém disse, em vez de punir o caixa dois, na verdade, está facilitando o caixa dois. Pois é tão complicado a pessoa doar um dinheiro, fazer um cheque, que acaba dando o dinheiro e indo embora.

Nessa eleição ou se tem parâmetros – e esses parâmetros só podem começar num debate entre os candidatos em nível federal... O outro não tem parâmetros, não sabemos como vai terminar. Lamentavelmente, nós e a Justiça Eleitoral não tomamos providências para fazer reformas realmente. Passando esse tempo todo, analisando, debatendo, sofrendo, mas não fizemos as reformas. E fizemos meia dúzia depois, quando o ano já tinha passado, e, agora, o Tribunal é capaz de dizer que como foi feita há menos de um ano da eleição, não tem valor.

Por isso entendi, Sr. Presidente, que, nessa eleição, seria, realmente, muito importante se nós conseguíssemos reunir a sociedade, os Poderes, os Partidos, buscarmos um entendimento de como a campanha será feita, com respeito recíproco que devemos ter.

Vejo, aqui no Senado, Aloizio Mercadante, Líder do Governo; José Agripino, Líder do PFL; Arthur Virgílio, Líder do PSDB; Ney Suassuna, Líder do PMDB, reunindo-se periodicamente e fazendo os acordos mais

diferentes. Eles têm diálogo; há diálogo entre os Líderes sobre aquilo que eles querem. Por que não haver um diálogo em torno daquilo que o Brasil precisa? Por que não se fazer um diálogo? Haverá um armistício, de agora até as eleições, em que vamos levar adiante.

Hesito falar aqui em Pacto da Moncloa para não cair no ridículo, porque já falei tantas vezes, como tanta gente já falou e não deu em nada! Mas eu me atrevo a falar: por que não fazer, antes das eleições, um grande entendimento da política com a Nação? Por que não fazer uma carta-compromisso com a brasilidade?

Nós, os mais variados Partidos políticos, empresários e trabalhadores, Poder Executivo e Poder Judiciário, assumimos esse compromisso com a Nação brasileira; assumimos agora, assumimos na eleição e assumimos, ganhe quem ganhar, passada a eleição.

O momento mais feliz que eu vivi na minha vida política foi quando, o Itamar já instalado na Presidência da República, com o Governo composto, fizemos uma reunião – que guardo até hoje com o maior carinho – na minha casa, com todos os Presidentes de Partidos. Todos estavam presentes: o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Itamar, Presidente da República, e eu, Líder do Governo. Havia uma fileira com todos os Ministros de Estado, e todos os Presidentes de Partidos puderam falar.

Naquele momento, houve um entendimento: cada vez que fosse necessário, que houvesse um problema sério com a nacionalidade, o Presidente da República teria autoridade para convocar uma reunião dos Presidentes de Partidos e cada Presidente de Partido teria autoridade para convocar o Presidente da República para uma reunião como aquela. A qualquer momento em que houvesse uma crise em que fossem colocadas em jogo as instituições. E houve unanimidade.

Uma coisa é importante, Sr. Presidente: não fizemos outra reunião. Não, não fizemos. Mas, se V. Ex^a me perguntar por que, respondo: no Governo Itamar não houve uma crise institucional, não houve um problema, não houve um momento em que o Presidente, que algum Líder não chegasse aqui...

O Lula me procurou no gabinete do Líder da Bancada dele – aliás, o único Senador aqui, o Senador Eduardo Suplicy. Ele e uma equipe me mostraram o problema de combate à fome e me pediram que marcasse uma reunião com o Secretário do Trabalho e com o Secretário da Educação. Recebi o documento e fui ao Itamar e disse: “Presidente, o Lula está pedindo isso, mas eu acho que quem tem de fazer a reunião é o senhor!” Na mesma hora, o Itamar pegou o telefone e falou com o Lula, convocando-o e a toda a sua equipe, que havia montado o projeto, para ir ao Palácio fazer a exposição. O Itamar determinou que

toda a equipe social do seu governo assistisse. E foi dessa reunião que nasceu o programa contra a fome, do Betinho, do Bispo de Duque de Caxias. Foi ali, de uma idéia da Oposição, uma idéia que nasceu para morrer depois, como normalmente acontece no Brasil, que nasceu um grande projeto, que até hoje está sendo levado adiante.

Com o maior prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Pedro Simon, estou assistindo há quase uma hora ao seu pronunciamento, esse apelo dramático para que o nosso Partido, o PMDB, tenha candidatura própria – V. Ex^a esteve presidindo a sessão e, agora, fala como orador inscrito. Lembro-me das cruzadas que V. Ex^a empreendeu pela candidatura própria já nas eleições passadas. V. Ex^a não conseguiu ser o candidato do PMDB, assim como Itamar Franco, que também tentou depois que deixou a Presidência e não conseguiu; Garotinho, recentemente, não está conseguindo. Nos últimos dias, tenho visto um movimento silencioso lembrando o nome do Pedro Simon para Presidente da República. Tenho recebido inúmeras ligações e acredito muito nas coisas naturais. Começo a imaginar que a candidatura Pedro Simon surge naturalmente no seio do PMDB. São milhares, são milhões de peemedebistas pelo Brasil afora que anseiam por uma candidatura própria. Não tenho dúvida disso. Aqui, ao meu lado, o Deputado Paulo Lima, de São Paulo, me dizia ainda há pouco que há uma unanimidade em São Paulo em torno da candidatura própria; querem que o PMDB tenha um candidato. Então, começo a imaginar que está nascendo, neste momento, no seio da sociedade brasileira e dentro do PMDB, esse movimento pela candidatura própria, que V. Ex^a tanto tem pregado. E acredito que o nome natural que pode surgir é o de V. Ex^a: uma reserva moral, um homem de história dentro do nosso País e dentro do PMDB, como Deputado, como Governador, como Ministro, como Senador da República. V. Ex^a sempre tem honrado o nome do PMDB. Acredito que está na hora, com todo o respeito a quem presidiu o País, com todo o respeito a quem o preside neste momento, de o PMDB presidir a Nação. O PMDB de tantas lutas, de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, de Teotônio Vilela, da luta pela redemocratização do País, das lutas pelas Diretas Já. Esse Partido tem condições, sim, de eleger um Presidente da República com suporte, com Bancadas fortes na Câmara dos Deputados, com Bancadas fortes no Senado Federal, com governadores eleitos. É claro que, neste momento, a verticalização pode ter atrapalhado um pouco as alianças estaduais, mas nem por isso o PMDB vai deixar de eleger Governadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais,

Senadores e chegará à Presidência da República com uma Bancada forte, sim, na Câmara dos Deputados e no Senado – e buscando aliados. Se já fomos aliados de tantos Partidos, por que eles não podem ser nossos aliados no futuro? Creio que a tese de V. Ex^a está começando a pegar; está calando fundo. E, ao longo do pronunciamento de V. Ex^a, por mais de uma hora nessa tribuna, certamente muitos brasileiros, não só do PMDB como também de outros Partidos, estão se convencendo da tese da candidatura própria. Parabéns a V. Ex^a!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agradeço-lhe muito o aparte.

Nós, gaúchos, geralmente – e mais de três milhões saíram do Rio Grande –, contribuímos para fazer o progresso do Brasil. V. Ex^a, que presidiu o seu Estado e que hoje está aqui, traz uma palavra que a mim me emociona.

Creio que não se trata da candidatura de Pedro Simon. Isso é o que menos importa, até porque, se estou fazendo um apelo aos governistas, ao Renan, ao Sarney, é claro que eles devem ter as suas teses e devem querer sugerir: “vamos buscar um nome que nos una a todos”. Já vivi isso, nas eleições indiretas, quando eu era apaixonado pelo Dr. Ulysses e defendia que tinha de ser ele; mas o próprio Dr. Ulysses disse: “Eu não posso ser, porque combati o tempo todo essa gente; essa gente não vai me apoiar. Tem de ser alguém da estirpe do Dr. Tancredo, que é da nossa mais absoluta confiança, mas que nunca foi obrigado, pela posição que ocupava, a fazer as lutas e a dizer os desaforos que eu disse”.

O importante na afirmativa de V. Ex^a é exatamente isso: podemos ter, temos condições de ter e não há Partido, no Brasil, que tenha tantos nomes em condições como o PMDB.

Acho estranho, meu querido Senador. Eu dizia e pensava isso quando o Lula ganhou: “A minha missão acabou. Elegemos o Lula, temos a democracia e, agora, vem a outra geração. E o PMDB também acabou”.

Repare V. Ex^a que não é o PMDB que está arrogante, querendo se meter na hora que não é a dele e querendo atrapalhar as coisas que estão andando; não. Um teve oito anos, teve a sua oportunidade; o outro teve os quatro anos e teve a sua oportunidade. É o que diz V. Ex^a: por que não o PMDB ter a sua oportunidade? Por que não nós apresentarmos uma proposta com a serenidade, com o equilíbrio, com o bom senso, vendo os erros que nós cometemos e que os outros cometeram, fazendo uma proposta de grande entendimento. Acho que isso pode ser feito e acho que o PMDB tem autoridade. Com essas coisas que aconteceram, o PT foi caindo, caindo, caindo na opi-

não pública. É impressionante ver como, nas pesquisas de opinião pública que nós temos, o PT foi caindo e o PMDB foi subindo.

Aquela gurizada que estava toda no PMDB na hora das Diretas Já e que foi praticamente toda embora para o PT está voltando para o PMDB, achando que é a vez e a hora do PMDB. Por isso, acho que não somos nós que estamos pedindo; é um desafio colocado na nossa frente e do qual o PMDB não pode fugir. Não é uma questão de vaidade, de petulância, de dizer que nós queremos, que não sei o quê. Não. A hora está a exigir uma candidatura, mesmo que não seja para ganhar, mas para traçar o rumo da sociedade brasileira. Essa eu acho que é a nossa grande missão e não posso aceitar que nomes importantes e ilustres do nosso Partido não sintam isso em seu cérebro, que não tenham um mínimo, não digo de amor, mas de carinho e de respeito pelo PMDB para entender que não podemos fugir daquilo que o destino colocou na nossa frente. Nós não procuramos!

Eu imaginava que, a esta altura, a candidatura do Lula seria uma reeleição espetacular, que iríamos todos com ele e que o PSDB apenas faria figura. Mas não foi o que aconteceu! E, cá entre nós, não por culpa do PMDB, que deu apoio à governabilidade durante todos os quatro anos. Então, resta-nos, agora, fazer a nossa parte. Digo isso com a minha idade, com um mandato de 24 anos nesta Casa.

Lembro-me de Teotônio Vilela com quatro cânceres, cabeça raspada por causa da quimioterapia, com duas bengalas, na cadeira de rodas, e nós o levávamos pelo Brasil. Quando ele entrava, cansado, todo mundo ficava com um olhar de piedade. Ele entrava no ambiente, tínhamos que carregá-lo para a tribuna para que ele começasse a falar. Parece que o divino Espírito Santo o inspirava quando ele dizia: "Eu estou aqui. Eu tenho quatro cânceres. Eu sou um homem muito rico. Meus médicos dizem que tem remédio contra a dor, que eu deveria ir para Paris e ficar lá, no sol, descansando, mas eu não aceito. Como vou estar lá com o meu País vivendo nessa ditadura, nessa violência, nesse arbítrio, com essas injustiças? Meu lugar é aqui, falando para vocês, meus jovens. Eu, com meus quatro cânceres, que não sei quanto tempo tenho, falo para vocês: vocês, jovens, que têm olhos para ver, ouvidos para ouvir e boca para falar, têm que levar adiante essa bandeira. A vocês cabe a responsabilidade de levá-la adiante".

Graças a Deus, ao que eu saiba, não tenho câncer algum e muito menos a genialidade do Teotônio, mas tenho a capacidade de dizer ao Brasil, nos meus 76 anos: essa mocidade aspira por se levantar, para vir para a rua, para fazer um programa de ética, de moral,

de dignidade, de seriedade, de salvação nacional, um programa como o que Roosevelt, na sua cadeira de rodas, fez nos Estados Unidos, quando o país estava à beira do colapso. Ele conseguiu recuperar e revolucionar os Estados Unidos, que, em 1929, 1930, estava numa verdadeira derrocada. Isso nós podemos fazer. O povo vem; o povo aceita, mas tem que começar pelo Presidente, com o Congresso e os outros Partidos.

Temos que iniciar um movimento que diga que agora é assim, que agora é sério, é dignidade, é correção; mas temos que começar por nós para chegar no povo. Na hora em que se vai ao povo, vemos que é tão dramático que o negócio é ele sobreviver levando alguma vantagem.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e a dos meus queridos Senadores.

Fiz uma lavagem de alma entre tudo que aconteceu em São Paulo e o que está acontecendo aqui. Que bom se estivermos enterrando, em São Paulo, o Brasil do faz-de-conta, como disse o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e se estivermos iniciando, com essa campanha, um Brasil para todos os brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Valdir Raupp e Sibá Machado, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, como havíamos combinado, V. Ex^a teve o tempo disponível de hoje para fazer o seu pronunciamento, a respeito do qual, além dos pontos já bem frisados, quero destacar que, como sempre, reviveu os aspectos históricos da política nacional. Já disse, na Comissão de que V. Ex^a faz parte, que o julgo o jovem há mais tempo nesta Casa, com quem aprendo muito.

Peço a V. Ex^a que assuma a Presidência, Senador Pedro Simon, porque o Senador Valdir Raupp vai falar e, dependendo do assunto, eu gostaria de apartear-lo, se possível. Em seguida, V. Ex^a encerraria a sessão.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, que ora está sendo substituído pelo Senador Pedro Simon na Presidência desta Casa, o qual fez um pronunciamento dramático em defesa da candidatura própria do PMDB.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, hoje, era para eu estar no me Estado, Rondônia, acompanhando a Deputada Federal Maria Raupp e o Senador Amir Lando, pré-candidatos ao Governo do Estado de Rondônia, numa maratona pelo cone sul do Estado, na cidade de Cabixi, inaugurando obras, na cidade de Pimenteiras, Cerejeiras e Corumbiara. Amanhã, a maratona prosseguirá em outras cidades de Rondônia. Mas, devido a um forte resfriado, que dá para perceber pela minha

voz um tanto afônica, cancelei a viagem e fiquei aqui em Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo da situação energética brasileira, pois a Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, que representa as empresas do setor, apresentou, há dias, um documento com diversas sugestões a serem incorporadas no Plano Decenal de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia. O documento foi encaminhado ao Ministro Silas Rondeau no último dia 9, durante um encontro com Parlamentares, promovido por aquela Pasta, do qual participaram também técnicos e representantes de empresas do setor.

Antes de tecer algumas considerações sobre as propostas apresentadas pela CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica), quero parabenizar o Ministério de Minas e Energia pelas audiências públicas que vem promovendo para debater o Plano Decenal.

De fato, Sr. Presidente, os programas governamentais, especialmente aqueles de grande impacto na economia, no meio ambiente, no desenvolvimento do País e na vida dos cidadãos, devem ser minuciosamente examinados, intensamente debatidos para que, aprimorados, logrem aumentar a sua eficácia, reduzir os custos e, de fato, surtir os efeitos desejados.

É inegável, também, a importância da participação da comunidade e do setor empresarial na elaboração desses programas, razão pela qual estendo os meus cumprimentos à Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, lembrando que, afinal, o Poder Público não tem condições de bancar sozinho a oferta de energia em volume suficiente para atender à demanda crescente.

Para nós, brasileiros, que enfrentamos o racionamento há apenas cinco anos, quando a escassez de chuvas e a falta de investimentos nos impuseram o triste e famoso apagão, a possibilidade de um desabastecimento de energia não é uma vaga ameaça novamente.

A CBIEE, ao analisar o Plano Decenal de Energia Elétrica, alerta para o risco de se adotar um planejamento baseado em projetos estruturantes, que vêm sendo liderados por estatais. “Ao privilegiar a construção de grandes projetos hidroelétricos e nucleares, o Governo expõe parte significativa do incremento da oferta ao risco de impedimentos socioambientais e repetidos atrasos na consecução das obras”, diz o documento.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que o Poder Público esteja preparado para toda a sorte de espetáculos que venham a impedir ou atrasar a execução dos projetos. É preciso lembrar que o consumo de energia elétrica em 2005 foi de 335 mil gigawatts, o que representa um incremento de 4,6% em relação ao ano anterior, e que a economia brasileira não pode abrir mão de um crescimento mais expressivo nos próximos anos. É preciso considerar ainda que os

projetos de geração e transmissão de energia exigem longo prazo de maturação; finalmente, é necessário lembrar que a capacidade de investimento do Estado reduziu-se drasticamente nas últimas décadas, com impacto significativo no setor energético e em todo o setor de infra-estrutura.

Analisando a infra-estrutura brasileira no ano passado, a Confederação Nacional da Indústria alertou: “A oferta de energia elétrica nos próximos anos é assunto de crucial atenção empresarial”. O documento citava dados então divulgados pela Aneel, relatando que, de 38 mil megawatts previstos para entrar em operação até dezembro de 2009, apenas 7.995 megawatts, cerca de 21% desse total, não apresentavam qualquer tipo de restrição.

Diante do risco de um desabastecimento nos próximos anos, a CBIEE recomenda cuidados para evitar atrasos na execução desses projetos e, paralelamente, a adoção de medidas alternativas. “Com a hipótese, bastante plausível, de atraso nas obras e nas datas de entrada em operação desses projetos – adverte a entidade – seria no mínimo recomendável visualizar um conjunto alternativo de usinas que possibilitasse o devido atendimento do crescimento do mercado”.

A Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica reivindica, nesse caso, que o Governo analise a viabilidade dos empreendimentos já autorizados pela Aneel e que se encontram impedidos de entrar em operação antes dos tais projetos estruturantes por restrições diversas.

A seguir, o documento da CBIEE faz algumas recomendações a serem adotadas no Plano Decenal, entre as quais destaco: incluir alternativas para o plano adotado, de forma a diversificar o risco e garantir o abastecimento em caso de atraso das obras; assegurar que a priorização e a avaliação de viabilidade econômica leve em conta a otimização global do custo de cada empreendimento, dando transparência a custos de geração e transmissão envolvidos (com essa proposta, pretende a CBIEE sinalizar para o preço final e garantir isonomia competitiva entre os empreendimentos); esclarecer se os projetos estruturantes serão leiloados isoladamente ou, como propõem o documento, submetidos à competição com outros aproveitamentos; esclarecer qual será a fonte de abastecimento de gás natural para as térmicas do Nordeste; esclarecer como será contornada eventual indisponibilidade de gás natural para as termelétricas e a quem serão imputados os custos adicionais; e, ainda, esclarecer como será tratada individual indisponibilidade de importação de energia oriunda da Argentina a partir de 2009.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o advento da crise do gás da Bolívia, alertei isso desta Tribuna, assim como outros Srs. Senadores também, está na hora de o Governo brasileiro, o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras começarem a investir em nossas potencialidades, tanto na área de hidroeletricidade, quanto na do gás para o abastecimento da

população brasileira, das nossas indústrias e também das nossas térmicas, a exemplo da de Porto Velho, no Estado de Rondônia, que há três anos consome óleo *diesel*. Trata-se de térmica ciclocombinada, que pode parar de gerar óleo diesel a qualquer momento. Assim que entrar o gás da Bacia do Urucu, gasoduto que está para ser construído há cinco anos, temos lutado pela liberação da licença ambiental, hoje, graças a Deus, esse obstáculo não existe mais, já foi transposto. A licença ambiental saiu este ano.

Espero que, neste momento, a Petrobras e os investidores privados possam sentar à mesma mesa e discutirem, aceleradamente, um entendimento para a construção desse gasoduto, porque, assim que esse gasoduto chegar em Rondônia, em Porto Velho, a térmica vai parar de queimar 1,2 milhões de litros de óleo diesel por dia e vai passar a gerar a gás, uma energia mais limpa e mais barata. Assim como estão acelerando também as obras do gasoduto da Bacia de Mexilhão – da Bacia de Santos até São Paulo.

Fui informado, recentemente, de que a Petrobras estuda, já para 2007, a construção desse gasoduto, do Gasene, do Nordeste, do Gasoduto Coari-Manaus. Espero também, como filho de Deus, assim como os mais de 1,5 milhões de rondonienses, que esse gasoduto chegue em Porto Velho o mais rápido possível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli, garantiu-me, esta semana, numa audiência pública na Comissão de Relações Exteriores – da qual participou também o Ministro das Minas e Energia, Sr. Silas Rondeau –, eu o questionei e ele me respondeu, que o prazo para a execução do Gasoduto Urucu-Porto Velho é de dois anos e que o término já está previsto no mapa que ele apresentou na Comissão: dezembro de 2008. Mas, para que termine em dezembro de 2008, é necessário que se inicie até dezembro de 2006, deste ano em curso, porque essa obra vai levar, no mínimo, dois anos. Pelo que estou vendo, os entendimentos não estão tão acelerados quanto se espera.

Então, faço este apelo ao Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, ao Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, para que acelerem esses entendimentos e que o Gasoduto Urucu-Porto Velho inicie de fato este ano para que possamos inaugurar-lo em dezembro de 2008.

O Plano Decenal de Energia Elétrica prevê, Sr. Presidente, aumentar a capacidade instalada de geração no Sistema Interligado Nacional – SIN – dos atuais 93,7 gigawatts (compreendendo a potência dos sistemas isolados que serão interligados e a importação de energia elétrica da Argentina e de Itaipu, que é binacional: Brasil e Paraguai) para 134,7 gigawatts em 2015. Para chegar a essa capacidade de geração, serão investidos nada menos que R\$74 bilhões até aquela data, sendo R\$59 bilhões em usinas hidrelétricas e R\$15 bilhões em usinas termelétricas.

Ao término, do Plano Decenal proporcionará um incremento médio anual de 4,4% de capacidade instalada, caso não ocorram restrições ambientais, atrasos na execução das obras ou quaisquer outros obstáculos ao cumprimento do cronograma. Sabemos que muitos obstáculos poderão ocorrer pelo caminho, a exemplo do que eu citava em relação ao Gasoduto Urucu-Porto Velho.

Nesse planejamento, são de primordial importância as usinas de Jirau e Santo Antônio, que integram o complexo do Rio Madeira, no meu Estado de Rondônia. Essas usinas, juntamente com a hidrelétrica Belo Monte e a usina nuclear Angra III, serão responsáveis por um terço de toda a capacidade a ser incrementada até 2015.

Em relação especificamente ao complexo do rio Madeira, com duas hidrelétricas no lado brasileiro e outras duas em território boliviano, devo ressaltar que, felizmente, os estudos ambientais estão bastante adiantados, havendo a expectativa de o Ibama emitir o licenciamento prévio em curto prazo.

É importante, Sr. Presidente, que essas questões ambientais sejam resolvidas sem açodamento, mas também sem morosidade, uma vez que as usinas de Jirau e Santo Antônio vão propiciar a geração de nada menos que 6.450 megawatts, com impacto expressivo na agricultura e em todo o setor produtivo da região. Além disso, a energia gerada nas usinas do complexo do Rio Madeira será interligada ao sistema elétrico nacional, permitindo reduzir a geração termelétrica, que, além de poluidora, é muito mais cara.

É por isso, Sr. Presidente, que venho debatendo essas questões energéticas em todo o Brasil, sobretudo na Região Norte, que, por muito tempo, foi abandonada, esquecida pelos Governos Federais. Há muito tempo não se vê um grande empreendimento acontecendo na Região Norte, sobretudo no meu Estado de Rondônia. Por isso tenho defendido a recuperação das rodovias, a construção de novas estradas, a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, a construção das usinas do Rio Madeira, de Jirau e Santo Antônio, porque vão gerar emprego e renda para o meu povo do Estado de Rondônia. Porto Velho é uma capital pobre, tem uma periferia pobre, ao contrário de Manaus, a capital do Estado do Amazonas, que tem mais de 400 indústrias, levadas pelas isenções fiscais da Zona Franca de Manaus. O nosso Estado não tem esses mesmos incentivos.

Por isso, imploro ao Governo Federal a construção dessas obras que vão gerar emprego e renda para o povo do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao parabenizar a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, por sua participação nesse grande debate, quero também aplaudir o Ministério de Minas e Energia pela iniciativa de conclamar a sociedade brasileira para definir os rumos da política de geração e transmissão de energia.

Finalmente, quero me congratular com o povo rondoniense e com todo o povo brasileiro, que, graças a essa reorientação estratégica, poderá, nos próximos anos, consumir uma energia limpa e barata, utilizando nossos privilegiados recursos naturais e promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social tão esperado pelo Brasil.

Encerrando, espero, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, que esse desenvolvimento do nosso País possa ocorrer, se Deus quiser, num Governo do PMDB, num futuro Governo do PMDB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer um rápido registro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PT no Senado está remetendo à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa um requerimento solicitando que seja criada uma comissão externa do Senado que possa ir até os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com os seguintes pressupostos, Sr. Presidente:

- Acompanhamento dos procedimentos para proteção social e policial dos familiares dos agentes da força pública assassinados ou feridos nos terríveis episódios da semana passada;

- Acompanhamento da identificação e verificação das condições da morte dos suspeitos de participação nesses atentados; e

- Acompanhamento da situação dos presídios de São Paulo após as rebeliões que tomaram conta daquele Estado.

Assim, Sr. Presidente, espero que possamos dar um sinal de solidariedade ao Governador Cláudio Lembo, que tem dito todos os dias na imprensa da sua vontade de receber o apoio de todos neste momento tão difícil para coibir a violência que assola a cidade de São Paulo.

Acabo de ver pela *Internet*, Sr. Presidente, que o Sr. Marcola, dito líder do PCC, ameaça a integridade física do Governador, como também a de seu Secretário de Administração Penitenciária. Isso, no meu entendimento, é apocalíptico, Sr. Presidente! É preciso haver uma imediata reação contra esses fatos.

Aproveito para pedir encarecidamente ao Presidente Lula, ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que possam imediatamente prestar toda a ajuda necessária possível ao Governador Cláudio Lembo, para que se encerrem de vez esses episódios.

Infelizmente, não podemos mais tratar desse assunto de maneira político-partidária ou coisa parecida, Sr. Presidente, porque já são mais de 150 pessoas mortas. Acredito que este Senado Federal tem a obrigação colaborar para o desfecho desses episódios macabros para a sociedade paulista e brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Muito obrigado.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e Luiz Pontes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Sempre há um pior”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de abril do corrente.

O artigo destaca que: “Em termos históricos nem Getúlio Vargas, nem João Goulart levaram tão longe a idéia da república sindicalista como o PT e que foi essa república que formou a sofisticada organização criminosa, como a classificou o procurador-geral da República.

Gostaria, como segundo assunto, de fazer o registro da matéria intitulada “CUT faz o 1º de Maio mais governista”, publicada no jornal **Valor Econômico** de 2 de maio do corrente.

Faço o registro da referida matéria para criticar o peleguismo nesta “afinidade excessiva” entre o atual governo do PT e os movimentos sindicais. A prática do atual governo de aparelhamento do Estado lhe rende benefícios como o registrado na festa do 1º de maio da CUT. Segundo a matéria acima citada, “Os sindicalistas temem abertamente que a derrota de Lula barre o crescimento da participação da CUT no próximo governo”.

A matéria traz, ainda, declaração de membro do sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que afirma que “caso o PT não seja reeleito, isso significará a derrota ‘de nosso projeto de governo’”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as matérias citadas passem a integrar os Anais do Senado Federal, para que fique registrada a estratégia pelega implementada pelo PT durante sua gestão no Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sempre há um pior

Jarbas Passarinho

A quem indagasse de Lula se era de esquerda ou de direita, logo que despontou no sindicalismo, respondia que era torneiro mecânico. Mas, em 1990, estava ele, líder sindical e político, fazendo parte do Fórum de São Paulo, iniciativa do Partido Comunista Cubano, presente a esquerda mundial. A ética, que talvez não saiba definir, a usava como um refrão. Em discurso de campanha em Aracaju, falando de um ladrão de galinhas conhecido na cidade, disse que maior ainda era o presidente Sarney. Um deputado petista, indignado pela aliança com Sarney, fez ouvir a gravação do ataque soez. Foi expulso do PT.

Não estranha que seu PT, que não era "farinha do mesmo saco", ao buscar a conquista do governo, haja jogado a ética no lixo. Mas o objetivo era ter o poder para os sindicalistas. Deles nomeou logo 400, entre ministros de Estado e chefes das principais estatais. Como disse o cientista Peter Flynn, professor emérito da Universidade de Glasgow, ao Estado: "Em termos históricos, nem Getúlio Vargas, nem tampouco João Goulart, levaram tão longe a idéia da república sindicalista como o PT." Foi essa república que formou a "sofisticada organização criminosa" - como a classificou o procurador-geral da República - ladra do dinheiro público e pagadora dos despuddorados deputados do mensalão, a fim de "comprar apoio político para garantir continuidade do projeto de poder", nas palavras do digno procurador, num libelo jamais igualado no Ministério Público.

Por mais que se discorde de Frei Betto, não era desse modo que ele, já no governo,

imaginaria conquistar o poder, que queria. Quadriilha de 40 corruptos e corruptores chefiada por José Dirceu, "o chefe do organograma delituoso" que fazia do famoso PC Farias, dos tempos de Collor, um mero batedor de carteiras. A mudança ética prometida foi feita, realmente, mas para pior. Antes de chegar à Presidência, o PT de Lula obrigava os prefeitos petistas a contribuir para os cofres de Delúbio Soares, com contratos superfaturados, até que Celso Daniel, de Santo André, se convenceu do desvio do dízimo. Mataram-no. No velório, Lula improvisou um panegírico e, chorando, prometeu apurar e punir os assassinos. A família do assassinado acreditou. Hoje, não.

A esperança da esquerda do Foro de São Paulo se desfez ao ouvir-lhe dizer que não era de esquerda. O que queria era governar melhor do que a direita. Aos marxistas, consolou: "A utopia socialista, o sonho vêm depois." Sem saber quantos milhões de brasileiros há vivendo na miséria, pior que na pobreza, prometeu fazer "com que cada brasileiro fizesse três refeições ao dia". O projeto Fome Zero seria o carro-chefe de sua política. Que é feito dele? Aproveitou o que já existia - Bolsa-Escola, Auxílio-Alimentação, Vale-Gás -, que rotulou como Bolsa-Família, ainda hoje não devidamente cadastrada. Em vez dos 10 milhões de empregos, aumentou o pagamento da bolsa. Volta a aumentá-la no ano eleitoral para mais de R\$ 100. Por haver pago a dois eleitores, na eleição no Amapá, R\$ 26, o senador Capiberibe e a esposa, deputada, perderam o mandato.

O assistencialismo oficial mais primário produz votos, sem medo de igual destino, porque somos todos nós que estamos pagando, para fazer de Lu-

la o benfeitor dos pobres e receber homenagem da ONU como o grande promotor da luta contra a pobreza. Como o ano é de eleição, aumenta em 16% o salário mínimo - o que seria justo - sem se preocupar com o rombo da Previdência, que já passa de R\$ 1 trilhão. Estende a bondade, dando 5% de aumento aos aposentados com proventos acima de R\$ 1.200, de quem tirou 11% do provento da aposentadoria antes conquistada por quem contribuía 30 a 35 anos para a Previdência Social.

Amigo da quadriilha, nem uma

palavra dá sobre o grave crime da quebra do sigilo bancário de um "simples caseiro" e se regozija quando a Caixa Econômica Federal simula um inquérito em que todos os servidores petistas são absolvidos, exceto o presidente, que será boi de piranha. Todos os ouvidos, mesmo o gerente que usou um laptop alta hora da noite, dizem ter cumprido o dever da obediência. A Caixa nunca leu as conclusões do Tribunal de Nuremberg, de que é tão criminoso quem obedece a ordens ilegais. Os 40 (são mais) corruptos "pelo bem da causa" eram o Estado-Maior de Lula e ele, um general sem Estado-Maior, que de nada sabia. Ignorar é uma tese certamente sugerida por criminalista, mas que leva a duas alternativas: ou o chefe é incapaz e perde o comando - é limongé, co-

mo se deu com certos comandantes franceses na 1ª Guerra Mundial -, ou é conivente e deve responder na Corte Marcial.

Na vida civil não há generais, mas há presidentes ineplos ou praticantes de crime de responsabilidade, julgados pelo

Como o comandante Chávez, com sua ambição de líder sul-americano

Congresso, que faz as vezes de Corte Marcial. Isso, porém, quando o Congresso não é feito de deputados entre os quais vicejaram os "mensaleiros" que se venderam ao "excremento do diabo", na imagem de Almeida Garrett, ou que, presos à força da cumplicidade, absolvem no plenário aqueles que o Conselho de Ética da Câmara recomendou fossem cassados.

Um deles nunca foi ouvido. Há meses o deputado Janene não é encontrado para ser citado. Subitamente, lembrou-se de que é cardiopata grave e pede aposentadoria que lhe daria proventos e inviabilizaria o processo nunca iniciado e o direito de ser candidato. O deputado Biscaia, um dos petistas corretos, que rejeita a aposentadoria por invalidez, não consegue quórum na Comissão de Justiça. Dos R\$ 4,5 milhões de que é acusado para comprar votos do PP, de que era líder, talvez reste a Janene algo para um bom advogado criminalista.

Mas se Lula, que se diz traído por um sujeito oculto, faltou à esquerda, que o projetou, e à ética, que prometeu, há piores, como o comandante Chávez, com sua ambição de líder sul-americano. ●

Jarbas Passarinho, ex-presidente da Fundação Milton Campos, foi senador pelo Estado do Pará e ministro de Estado

Dia do Trabalhador Pacote trabalhista reforça alinhamento da central sindical alinhada a Lula CUT faz o 1º de Maio mais governista

Raquel Salgado
De São Paulo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está mais alinhada do que nunca ao governo de Luis Inácio Lula da Silva. Em sua festa do 1º de Maio, os dirigentes da entidade aproveitaram a presença de cerca de um milhão de pessoas e convocaram os trabalhadores a votarem em Lula nas eleições de outubro. No início de junho, em Congresso Nacional, a CUT deverá fechar formalmente o apoio à reeleição. No último dia do trabalhador em ano de eleição presidencial (2002), Lula, candidato, chegou a ser vaiado no palanque da CUT ao ser anunciado antes dos shows de música. Este ano, todos os discursos foram de apoio à sua gestão.

Embora não poupe críticas à política econômica do governo petista (juros altos e o câmbio valorizado), João Felício, presidente da entidade,

argumentou que Lula é a melhor opção para os sindicalistas. E ressaltou que o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, seria um "grande retrocesso": "Ainda há muito que melhorar. O Brasil precisa entrar num caminho de crescimento mais elevado, entre 5% e 6% ao ano, o superávit primário e os juros devem ser menores", afirma. No entanto, Felício disse que os trabalhadores sabem reivindicar, mas também sabem comparar. "O governo Lula foi melhor do que qualquer outro, principalmente nas questões trabalhistas. É só com ele que poderemos avançar nas reformas necessárias e atender às reivindicações sociais", completou.

O ex-governador de São Paulo foi duramente criticado. "Em nível federal o país vai bem, mas em nível estadual na há nada o que comemorar", disse Edilson de Paula, presidente da CUT em São Paulo. Para o presidente da CUT, não adianta a mídia fazer campanha contra o gover-

no Lula. "Nós sabemos o que é melhor para o país. Quando era governador, Alckmin nunca se reuniu com a gente, porque ele não gosta e criminaliza o movimento sindical".

Os sindicalistas temem abertamente que a derrota de Lula barre o crescimento da participação da CUT no próximo governo. "Isso seria muito ruim, pois o movimento sindical perderia muito da sua força", alerta Jaci Pinheiro da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário. Para Felício, a situação seria pouco confortável, mas nada ameaçadora. "Apanhamos muito de outros governos como os dos tucanos. E voltaria a ser assim se o PSDB ganhasse: eles batendo na gente e a gente batendo neles. Já temos experiência com esse isolamento", disse. Feijóo, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por outro lado, afirma que caso o PT não seja reeleito, isso significará a derrota "de nosso projeto de governo".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "Os patetas e o espertalhão", de autoria da jornalista Mônica Valdvogel, publicado no jornal **Correio Amazonense** do dia 5 de maio do corrente.

A jornalista, em seu artigo, mostra como se deu a expropriação, pela Bolívia, das instalações da Petrobras em seu território. Mostra, também, o envolvimento dos presidentes Hugo Chávez, e Fidel Castro no episódio. Mostra, ainda, que Lula "passou a vida incensando Fidel e Chávez, apoiou Morales e acabou passado para trás pelos três".

Segundo a jornalista, "dá medo imaginar que a gente tem um presidente que fala coisas estúpidas, que demora para ouvir a voz da razão e se posicionar como presidente de um País de verdade, não como um títere de uma republiqueta de bananas".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo da jornalista Mônica Valdvogel passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os patetas e o espertalhão

Mônica Valdvogel

A expropriação, pela Bolívia, das instalações da Petrobras em seu território foi decidida em Havana, na semana passada, na reunião que juntou Evo Morales, Hugo Chávez e Fidel Castro. Evo voou de Havana para a Bolívia no fim de semana, e na segunda-feira anunciou o decreto de expropriação. A decisão de nacionalizar o gás e expropriar os investimentos da Petrobras não foi, como tentou se mostrar no início, uma decisão estratégica de um Estado ou uma opção econômica: foi simplesmente uma jogada ideológica, na qual o bobalhão Morales foi grosseiramente manipulado por Chávez e Fidel.

Se isso não for suficiente para caracterizar a face político-ideológica da "nacionalização", dou um segundo argumento: o que fazia Chávez na reunião que juntou ontem, em Puerto Iguazu, na Argentina, os presidentes Lula e Nestor Kirchner, do lado dos compradores de gás, e Evo Morales? A reunião foi feita para discutir um problema que envolve a Bolívia, Brasil e Argentina. A Venezuela não tem nada a ver com isso, senão pelo viés ideológico. Não caberia, pois, a Lula aceitar a presença dele, até porque Chávez enganou Lula de forma inaceitável.

Mas é demais pedir a Lula para ter clareza em política externa. No fundo, ele é o pateta-mor da história. Passou a vida incensando Fidel e Chávez, apoiou Morales e acabou passado para trás pelos três. Pelos três, não: pelos dois espertalhões, os manipuladores Fidel e Chávez. De Fidel, sabe-se que a idade lhe roubou o viço, mas não o pseudo-fervor revolucionário. O problema é que sem viço e sem finanças o fervor virou mito. Ele não tem mais gás para semear a revolução, mas continua com ganas de atralhar os EUA.

Já Chávez vive de semear a discórdia fora da Venezuela como forma de encobrir o fracasso de seu governo. No começo envolveu o pateta-mor Lula, que chegou a admitir uma aliança continental contra as forças imperialistas e a globalização. Logo viu que isso não significava nada – já que os EUA não dão a mínima para a América Latina e o Brasil já convive bem e tira suas vantagens com a globalização.

Nos últimos tempos, Lula deu sinais de que está minimizando a sua abertura com Chávez. Lula parece começar a perceber que a "frente de esquerda" que ele tanto sonhou na América do Sul na verdade não é uma, são duas.

De um lado, a esquerda consequente, que busca ser eficiente e descobrir fórmulas duradouras para implantar políticas capazes de reduzir a desigualdade na distribuição de renda. Do outro, a esquerda populista, demagoga, bravateira, que se preocupa com a reverberação dos chavões e não com a eficiência da gestão. O Chile da presidenta Michelle Bachelet lidera o primeiro grupo e dá à esquerda, na América Latina, um novo papel que busca ser histórico e duradouro; Chávez lidera o segundo grupo, o dos ineficientes inconsequentes.

O Uruguai do esquerdista Tabaré Vázquez sinaliza claramente que busca inserção na turma dos consequentes que querem reescrever a história da esquerda. Já Morales, pobre diabo, não é um líder, é um incapaz absoluto que está sendo manipulado por Chávez e Fidel, como se fosse um boneco de pantomima. O ex-torturador Ollanta Humala, que foi para o segundo turno nas eleições do Peru, é outro que se enquadra com perfeição no time de Chávez.

Lula está no meio: manteve uma política econômica conservadora, mas não abre mão das bravatas. O que surpreende é sua falta de conhecimento dos assuntos que decide. Logo após o anúncio da expropriação, Lula e o governo ficaram atarantados. O primeiro gesto foi consultar a "companheirada" sobre o que fazer. Veio aquela pataquada: no momento em que os interesses da Petrobras – que devem ser os interesses do governo brasileiro – estavam sendo enxovalhados, em que contratos internacionais estavam sendo rasgados, ocorreu a Lula dizer que reconhecia o direito de a Bolívia nacionalizar seu gás. Ora, isto é uma fala de pateta, não é uma declaração digna de um presidente.

Passados alguns dias de perplexidade, a "companheirada" percebeu a lambança que fez. E aí o governo passou a falar grosso para defender o interesse brasileiro. Alguém poderá dizer que a lambança foi recaída da "memória revolucionária". Mas dá medo imaginar que a gente tem um presidente que fala coisas estúpidas, que demora para ouvir a voz da razão e se posicionar como presidente de um País de verdade, não como um títere de uma república de bananas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja inserido, nos Anais desta Casa, o artigo “As Regras da CPI” publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 24 de abril do corrente ano.

O artigo comenta a recente preocupação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as regras das Comissões Parlamentares de Inquérito, apesar de ter

sido um entusiasta de seus poderes extraordinários quando o PT estava na oposição.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

DIÁ/MÊS/ANO:
24 abr. 06

EDITORIA:
Opinião

CADERNO:
Internet

PÁGINA:

AS REGRAS DA CPI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva agora demonstra preocupação com as regras das comissões parlamentares de inquérito, apesar de ter sido um entusiasta de seus poderes extraordinários quando o PT estava na oposição. Em reunião com representantes da OAB, na semana passada, Lula sugeriu que uma nova rodada de normatização das CPIs era necessária para evitar que elas exorbitem de suas funções.

É curioso que uma matéria de deliberação e interesse exclusivos do Legislativo tenha sido alvo da crítica do chefe do Executivo. Mas, a despeito dos reclamos de Lula, os limites da atuação das CPIs parecem bem mais claros hoje, após quase duas décadas em que essas comissões vêm sendo instauradas no Congresso sob a regência da Constituição de 1988.

A Carta dá a tais comissões "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas". A analogia com os trâmites do Judiciário, como determina a lei máxima, tem sido a pedra de toque do controle sobre as CPIs exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Após episódios lamentáveis de abusos de poder no passado, está assentado que as CPIs não podem coagir um investigado, ameaçando-o com a prisão, a responder a perguntas; o acesso aos advogados também tem sido garantido. Por outro lado, o poder extraordinário de investigação das comissões também tem sido assegurado. Mais de 65% dos 4.630 documentos analisados pela CPI dos Correios eram de caráter sigiloso.

A polêmica agora está associada à exigência constitucional de que as CPIs tenham de se ater a "fatos determinados". Mas até para esse ponto o choque entre Legislativo e Judiciário vem definindo parâmetros. Permite-se, a partir do fato que lançou a comissão, que a CPI perscrute um encadeamento bastante extenso de eventos novos, até para que não se inviabilize um instrumento destinado a aprofundar as apurações. Se a quebra do sigilo deste ou daquele investigado viola as fronteiras de atuação de uma dada CPI, é algo que só pode ser analisado caso a caso. A tentativa de normatizar a questão nesse nível de detalhamento será, na melhor hipótese, inócua.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “O pior Congresso?”, publicada pela revista **Época** de 8 de maio do corrente.

A matéria dos jornalistas Matheus Leitão e Andrei Meireles destaca que o Congresso vai terminar seu mandato em fevereiro do próximo ano com a fama de um dos mais corruptos de todos os tempos.

Gostaria também de comentar o editorial intitulado “Lula se dobra a Chávez”, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 8 de maio deste ano.

O editorial analisa a incompetência da política externa brasileira ora conduzida pelo governo petista.

É constrangedora: “A reunião dos chefes de Estado do Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela em Porto

Iguazú, na quinta-feira, foi o último sopro no castelo de cartas sobre o qual fingia firmar-se uma liderança de Luiz Inácio Lula da Silva na América do Sul”.

“À animosidade, Lula retribuiu dando-lhe razão. Fugiu do confronto.”

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O pior Congresso?

Um novo escândalo de desvio de verbas públicas prejudica ainda mais a imagem dos parlamentares

O atual Congresso vai terminar seu mandato em fevereiro do próximo ano com a fama de um dos mais corruptos de todos os tempos. Esse Congresso assistiu à ascensão do “rei do baixo clero”, Severino Cavalcanti, à presidência da Câmara – e depois a sua queda, num caso de cobrança de propina de um concessionário de restaurantes. Esse Congresso protagonizou um escândalo de proporções inéditas com o mensalão, que revelou como bancadas venderam apoio ao governo em troca de dinheiro. Seu símbolo virou a dança da

ESQUEMA

A Operação Sanguessuga prendeu os ex-deputados Carlos Rodrigues (de blusa azul) e Ronivon Santiago (calvo), além de assessores parlamentares, conduzidos para a cadeia por agentes da Polícia Federal

impunidade da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP).

Na semana passada, uma investigação policial piorou ainda mais a folha corrida da legislatura vigente. Numa operação batizada de Sanguessuga, policiais federais foram ao Congresso prender assessores de oito deputados e do líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB). Eles são acusados de envolvimento em um esquema de fraude em licitações para a compra de ambulâncias, que teria rendido, segundo a Polícia Federal, R\$ 110 milhões à quadrilha entre 2001 e 2005. No total, 46 prisões foram decretadas pela Justiça Federal de Mato Grosso.

Entre os presos estão os ex-deputados federais Ronivon Santiago e Carlos Rodrigues, dois veteranos em casos numerosos. Ronivon foi um dos acusados de ter vendido por R\$ 200 mil, em 1997, seu voto a favor da emenda da reeleição. Rodrigues, acusado de receber R\$ 400 mil pelo valerioduto, renunciou ao mandato em setembro.

A Justiça Federal também encaminhou ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, uma lista com 65 nomes de parlamentares para investigação.

Além daqueles cujos assessores foram presos, há outros sob suspeita de facilitar o esquema. Como têm foro privilegiado, só podem ser in-

vestigados com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

A fraude desmontada pela PF era planejada pela Planam, uma empresa com sede em Cuiabá especializada em vender UTIs e consultórios odontológicos móveis para municípios pobres do interior do país. A quadrilha, segundo as denúncias, tinha tentáculos no Congresso, no Ministério da Saúde e em prefeituras. Lobistas da Planam, de acordo com as acusações, procuravam prefeitos e ofereciam um pacote de serviços que incluía, além das ambulâncias e UTIs, a obtenção de verbas públicas graças a emendas parlamentares no Orçamento da União. Só no ano passado, o governo destinou mais de R\$ 600 milhões para redes municipais de saúde.

A quadrilha, segundo as acusações, dispunha também de 23 empresas de fachada para fraudar as licitações. “As ambulâncias vendidas tinham até 110% de superfaturamento”, diz o delegado da PF Tardelli Boaventura. Segundo ele, cada negócio embutia propinas de 10%, repartidas entre funcionários públicos e parlamentares.

Principal nome na lista enviada à Procuradoria-Geral da República, o senador Ney Suassuna anunciou a demissão de dois assessores, presos na semana passada: Marcelo Carvalho, apontado pela PF como um dos grandes operadores do esquema, e Roberto Miranda. Carvalho trabalhava com Suassuna desde sua passagem pelo Ministério da Integração Nacional, também marcada por malas de dinheiro apreendidas com assessores. Ele recebe do Senado um salário de R\$ 7 mil, mas, diz a PF, mora numa casa no Lago Sul, bairro rico de Brasília, anda num BMW e tem uma lancha para passeios. Em 2003 e 2004, segundo a PF, movimentou R\$ 371 mil a mais do que declarou à Receita Federal. Procurado por **ÉPOCA**, Suassuna disse que não tinha conhecimento da atividade paralela do assessor. “Ele estava encarregado de trabalhar por verbas para as prefeituras da Paraíba. Não o autorizei a fazer outro tipo de coisa”, afirmou.

O que vai acontecer no Congresso depois desse novo escândalo? Provavelmente nada. Com a absção em série dos implicados no mensalão e a proximidade das eleições, ninguém tem ânimo para remexer em mais um assunto desgastante. Pelo menos, esta legislatura vai acabar logo. ■

MATHEUS LEITÃO E ANDREI MEIRELES

ÉPOCA 8 DE MAIO, 2006

VISÃO DO CORREIO

Lula se dobra a Chávez

A reunião dos chefes de Estado da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela em Puerto Iguazú, na quinta-feira, foi o último sopro no castelo de cartas sobre o qual fingia firmar-se uma liderança de Luiz Inácio Lula da Silva na América do Sul. E a cena foi patrocinada pelo próprio brasileiro, de quem partiu a convocação. Graças à incompetência da política externa ora conduzida pelo Palácio do Planalto, o encontro que deveria reparar os erros que permitiram a ocupação de instalações da Petrobras pelo exército boliviano nas refinarias de San Alberto e San Antonio teve efeito inverso. O Brasil abriu mão da altivez. Prostrou-se de forma inédita. Humilhou-se entre vizinhos.

Evo Morales não pode tanto. Indiscutivelmente, contudo, saiu vitorioso. Na chegada, acusou a estatal brasileira de chantagear seu país com a ameaça de suspender investimentos na Bolívia — o que seria reação acertada no quadro de incertezas instalado pela medida de força decretada por La Paz. À animosidade, Lula retribuiu dando-lhe razão. Fugiu do confronto. Cedeu ao discurso do líder cocaleiro de que precisa ser solidário para ajudar a “mudar a situação econômica da Bolívia”. Fez cortesia com chapéu alheio. A boa vontade com o outro lado em assunto comercial será paga por nós quando o gás extraído do subsolo boliviano e trazido para cá pela Petrobras subir de preço.

Morales se impôs escorado em Hugo Chávez, novo protagonista da diplomacia sul-ame-

ricana. Ousado, o venezuelano assume a liderança com estratégia bem articulada. Joga à frente, deixando Lula na defensiva. Se intrometeu sem constrangimentos na reunião de Puerto Iguazú, onde a pendência a ser tratada dizia respeito à Argentina, ao Brasil e à Bolívia. Lembrou o referendo de 2004, em que 92% dos bolivianos aprovaram a nacionalização dos hidrocarbonetos, e estocou: “Evo cumpriu o mandato do povo. A soberania não se discute, se respeita e pronto”. Dava, assim, a palavra final. Na véspera, em lance rigorosamente calculado, levara a Morales — de forma a encorajá-lo a não recuar — proposta de construção de um pólo petroquímico, antiga aspiração da esquerda nacionalista boliviana.

A indolência de Lula o coloca no papel de reles espectador do circo montado por Chávez, que lhe roubou até a festa do carnaval carioca deste ano: com os petrodólares da PDVSA, financiou a Unidos de Vila Isabel — grande campeã, com a Venezuela na avenida. O líder populista também virou a nova estrela dos fóruns sociais. Mas nem todas as suas cartadas se destacam pelo pitoresco. Muito pelo contrário. Ele lançou a Comunidade Sul-Americana de Nações. Ao mesmo tempo, prepara sua adesão ao Mercosul, onde chega enfraquecendo a posição brasileira ao dar eco às queixas de Uruguai e Paraguai contra o país e a Argentina. Intrometeu-se nas eleições peruanas e ajudou seu candidato a chegar ao segundo turno. Enfim, faz Lula comer poeira sem sequer reclamar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Oposição tentará interrogar Lula sobre violação de sigilo”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de abril do corrente.

Segundo a matéria, a investida que mais se aproximou do Palácio do Planalto desde o início das investigações, há dez meses, foi o requerimento protocolado na CPI dos Bingos pelo Senador Antero Paes de Barros (PSDB–MT) com oito perguntas a serem respondidas por Lula. As perguntas visam a esclarecer se o

Presidente Lula soube da participação de autoridades na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI dos Bingos deve votar requerimento para encaminhar perguntas ao presidente

Oposição tentará interrogar Lula sobre violação de sigilo

PERGUNTAS A LULA

Feitas pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), em requerimento

- 1 Em que local, data e hora Vossa Excelência teve ciência da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa? Quem o informou do ocorrido?
- 2 Qual foi o último contato de Vs. Ex^a com o ex-ministro Palocci, antes de o senhor tomar conhecimento da violação do sigilo bancário?
- 3 Quando Palocci contou a Vs. Ex^a que recebeu os extratos?
- 4 Quando Jorge Mattoso informou Vs. Ex^a que deu ordem para que fossem tirados os dados bancários? Ele informou que em ordem a ação?
- 5 Quando Vs. Ex^a teve ciência da participação de Mattoso e Palocci na quebra ilegal do sigilo? Quem a informou do ocorrido?
- 6 Vs. Ex^a se reuniu com Palocci no período em que ele esteve despatchado no Palácio do Planalto após a violação? Nesse período, qual foi a versão que o ex-ministro contou a Vs. Ex^a a respeito da participação dele na violação?
- 7 Quantas vezes Vossa Excelência se reuniu com o ministro Thomas Bastos no período de 14/03 a 27/03?
- 8 Bastos contou a Vs. Ex^a que dois assessores dele foram à casa de Palocci no dia 18/03, no momento em que Mattoso entregou os extratos ao ex-ministro? Palocci relatou que dois assessores do ministro da Justiça estavam presentes no momento em que ele recebeu os extratos?

MARTA SALOMON
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Na investida que mais se aproximou do Palácio do Planalto desde o início das investigações, há dez meses, a CPI dos Bingos preparase para votar pedido de esclarecimento ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as circunstâncias em que soube da participação de autoridades na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Requerimento protocolado na comissão pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresenta oito perguntas a serem respondidas por Lula. O questionário insiste em cobrar detalhes da atuação do presidente no período de tempo entre a violação do sigilo da conta do caseiro na Caixa Econômica Federal e a demissão do ex-ministro Antonio Palocci Filho e do então presidente do banco, Jorge Mattoso. Entre um fato e outro, passaram-se dez dias.

“Nesse momento, o principal e premente fato a ser esclarecido diz respeito ao envolvimento do presidente da República nesse episódio, uma vez que pairam dúvidas acerca das circunstâncias nas quais o presidente tomou conhecimento da operação”, diz o senador na justificativa que acompanha as perguntas a Lula.

O encaminhamento das perguntas ao Planalto depende de a maioria de votos na próxima sessão da CPI dos Bingos. Também aguardam na pauta de votação outros requerimentos polêmicos, como o novo pedido de quebra do sigilo bancário de Paulo Okamoto, amigo de Lula, e a convocação de Palocci e Mattoso, além de dois assessores do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Patrício Goldberg e Cláudio Alencar. Nas últimas semanas, a oposição não tem obtido maioria para aprovar

suas propostas.

O requerimento endereçado a Lula abriu uma nova disputa entre governistas e a oposição. “Se insistirem em aprovar [o requerimento], será mais uma encenação a ir parar no Supremo [Tribunal Federal]”, disse a líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC).

Com base em consulta à assessoria jurídica do partido, Ideli disse que deputados e senadores só podem convocar ou encaminhar pedidos de informações a autoridades subordinadas ao presidente, não a ele próprio. “A ânsia [da oposição] é tamanha e a vontade de atingir o presidente é tão desenfreada que não respeitam mais a legalidade dos procedimentos.”

A oposição sustenta que essa regra não se aplica ao trabalho das CPIs e que o artigo 58 da Constituição dá a elas poderes especiais de investigação. Esse artigo diz que as CPIs têm poderes “próprios das autoridades judiciais”.

Em sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara na quinta-feira passada, o ministro da Justiça disse que manteve o presidente Lula informado das suspeitas que havia contra Palocci desde o dia 21 de março — cinco dias depois da violação da conta do caseiro e seis dias antes de o ministro pedir demissão.

Nova CPI

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deverá determinar hoje o arquivamento do pedido de abertura de uma CPI para investigar, entre outras coisas, a ligação de Okamoto com familiares do presidente.

O requerimento, de autoria do senador Almeida Lima (PMDB-SE), visa investigar o pagamento de contas do presidente e de pessoas próximas a ele por Okamoto. Calheiros deverá argumentar que não há “fato determinado” para abertura de investigação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP. Sem apinhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Os dois Brasis do ano eleitoral", publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S. Paulo em sua edição de 18 de abril do corrente ano.

O artigo destaca os dois Brasis do ano eleitoral. O primeiro dá votos para a reeleição, e o segundo permite entender por que a China e a Índia crescem como crescem enquanto o Brasil tem um crescimento "rastejante."

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Cabiano Alves, 55 - CEP 02508-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 39556-2122 (PABX) Fax Nº (011) 39556-2940

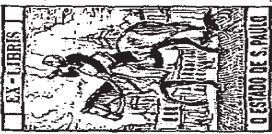
Fundado em 1875
Julio Mesquita Neto (1965-1968)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1955-1987)
Américo de Campos (1975-1984)
Nestor Rangel Pastana (1927-1933)
Pino Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração:
Presidente: Roberto C. Mesquita
Membros: Fernando Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Julio César Mesquita, Maria Conalia V. C. Mesquita, Patrícia Maria Mesquita

NOTAS & INFORMAÇÕES
Os dois Brasis do ano eleitoral

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Pequisa depois de pesquisa - en- comenatadas pelo governo ou pe- la oposição para consumo pró- prio - atestam a satisfação da maioria do eleitorado, não ape- nas entre os mais pobres, mas também nos estratos médios da população, e o desempenho do governo nas áreas eco- nômica e social. As sondagens captam um es- tado de espírito e um clima de opinião reminis- centes dos que asseguraram a vitória de Per- nando Henrique Cardoso no primeiro turno do pleito de 1994 - na esteira do Plano Real que o seu adversário Luiz Inácio Lula da Sil- va, fiando-se em maus conselheiros, dizia ser um golpe eleitoral de vida curta.



Esse feel-good factor, como dizem os analis- tas, é consistente com o que se lê nas páginas econômicas da imprensa sobre os indicado- res do desempenho do sistema produtivo, do comportamento dos preços e das expectati- vas dos brasileiros em relação a emprego, ren- dia e consumo. Uma coisa a outra sustentam o prognóstico seguido o qual, salvo algum im- previsto político pouco provável após o desli- gamento do presidente da "quadriilha" denun- ciada pelo procurador da República, a reelei-

com as que feriam sido "do governo de Fer- nando Henrique e Geraldo Alckmit". É uma contratação como poucas vezes se terá visto. Ou alguém imagina que se Lula tivesse segui- do a rota da ruptura com as diretrizes do ante- cessor, defendida por tantos de seus compa- nheiros - "mudar tudo isso que está aí" -, te- ria colhido os resultados que não se causa de apreçoar? Muito menos ao alcance do elei- tor comum, é o estado periclitante em que se encontra a dimensão de- certo a mais crucial do patrimônio transmitido pelos anos Fernando Henrique - a busca da sustentabili- dade das finanças públicas. Não é preciso ser catastrófica para te- mer - principalmente depois da substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega, no Ministério da Fazenda - a dissipação do que se conseguiu fazer nessa matéria, ao denarar com as declarações do economista Fábio Giambiagi, um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, publica- das domingo no Estado. As suas palavras se sustentam em números inquietantes sobre a explosão do gasto público seu retorno, em

contrastar com a esquelidez dos investimentos estatais em infra-estrutura. "Estamos na mar- ca do péssimo na área fiscal", alerta. Não apenas talvez não se cumpra este ano, pela primeira vez desde 1999, a meta do super- ávit primário de 4,25% do PIB, como o au- mento constante do custo do sistema em- denciário - de 6,5% para quase 8% do PIB em menos de quatro anos - deixa o Estado sem meios de "ampliar o espaço de crescimento futuro da economia", aponta Giambiagi. Num país cuja classe média "acha natural se apo- sentar aos 50 anos", critica ele, o governo se vê diante de três alternativas teóricas para conciliar o inconciliável. Ou aumenta ainda mais a carga tributária - o que tem chance zero -, ou reduz o superávit - impedindo a que- da da relação dívida/PIB -, ou faz com que o gasto corrente cresça menos que a economia - o que Lula finge que não é com ele. Esses os dois Brasis do ano eleitoral. O segun- do primeiro dá votos para a reeleição. O segun- do permite entender por que a China e a Índia crescem como crescem e o País, deplora Giambiagi, "tenha este crescimento raste- jante".

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reuniu-se no último dia 8 de maio do corrente para julgar uma proposta para que a entidade protocolasse um pedido de *impeachment* contra Lula no Congresso. A proposta não foi aprovada, mas decidiu-se que a OAB encaminhará uma queixa-crime ao Procurador-Geral da República pedindo que se aprofunde as investigações em relação ao Presidente Lula no inquérito que apura a existência do mensalão.

Sr. Presidente, é no contexto desta notícia que cito a matéria intitulada “OAB troca *impeachment* por queixa-crime contra Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente. A matéria mostra que “Junto com a queixa-crime, a entidade deverá enviar ao procurador-geral uma cópia do voto do relator do caso, Sérgio Ferraz, que fez duras críticas ao Planalto. O relator Sérgio Ferraz disse que nunca houve no presidencialismo brasileiro tanta imoralidade quanto no atual governo”.

Como segundo assunto, gostaria de comentar a matéria intitulada “Crises agrícola e do gás ameaçam

previsão de crescimento de 4,5%”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 8 de maio do corrente.

A matéria mostra que, mais uma vez, as previsões de crescimento para o Brasil deverão ser revistas para baixo. Para este ano, a “desculpa” ficará por conta da crise no setor agrícola e a questão do gás envolvendo a Petrobras e a Bolívia.

Além disso, o jornal consultou economistas que “acreditam que a bonança deste ano não deverá se repetir em 2007 e 2008, porque o governo não soube tirar proveito das condições favoráveis no cenário internacional”. Ou seja, não parece boa a herança que o Presidente Lula deixará para o próximo governo.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas passem a integrar este pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INVESTIGAÇÃO

OAB troca impeachment por queixa-crime contra Lula

Conselho Federal considera que processo não seria oportuno a cinco meses das eleições

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu ontem pedir ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que aprofunde as investigações em relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a existência do mensalão. De acordo com o presidente nacional da OAB, Roberto Busato, será formulada e encaminhada uma queixa-crime a Souza com

base nos supostos indícios de envolvimento de Lula com o mensalão. Esse encaminhamento, que deverá ser feito num prazo máximo de 15 dias, foi aprovado por 17 votos a 15.

Na mesma reunião do Conselho Federal, a OAB rejeitou por 25 votos a 7 uma proposta para que a entidade protocolasse um pedido de impeachment contra Lula no Congresso. A maioria dos conselheiros concluiu que não é oportuna a abertura de um processo de impeachment a cinco meses das eleições e também que não está provado que o presidente Lula cometeu crime de responsabilidade.

CONTRA – Advogado de Palocci, Batochio rejeitou o impeachment

Para relator, ‘odor’ é pior do que nos tempos de Collor

— O relator Sérgio Ferraz disse que nunca houve no presidencialismo brasileiro tanta imoralidade quanto no atual governo. “A podridão do Planalto exala hoje um odor muito mais nauseabundo e meffico que nos tempos da ‘Casa da Dinda’”, disse Ferraz em seu voto, vencido no final. ●

Avisado sobre a decisão da OAB, o procurador-geral da República deu sinais de que pretende manter investigação autônoma. Por meio de sua assessoria, disse que “todas as investigações a respeito desse episódio estão sendo aprofundadas”. Souza não quis citar nomes nem revelar se Lula está entre os investigados.

Autora da proposta de pedido de impeachment, a advogada Elenice Carille, do Mato Grosso do Sul, fez duras críticas ao presidente da República.

A FAVOR – Sérgio Ferraz, relator, criticou Planalto e votou pelo processo

“A ignorância criminosa dos fatos, que invoca o presidente da República, importa em crime por omissão, em crime que não deixa impressão digital e que não deixa qualquer prova material, mas nem por isso deixa de ser crime”, afirmou a conselheira. “A conduta do presidente da República é criminosa e é nesse sentido que a OAB deve analisar o pedido que fiz”, disse a advogada.

“Com certeza, mais uma vez esta entidade faz história, diante da grave crise que o País en-

frenta”, disse o presidente da OAB após as votações. Entre os advogados que foram favoráveis à proposta de encaminhar algum pedido ao procurador-geral está José Roberto Batochio – que advoga para o ex-ministro Antonio Palocci e foi contra a proposta de impeachment.

Junto com a queixa-crime, a entidade deverá enviar ao procurador-geral uma cópia do voto do relator do caso, Sérgio Ferraz, que fez duras críticas ao Planalto. ●

Para CNBB, impedimento é pouco provável

D. Odilo não descarta hipótese de assunto ser discutido na Assembléia Geral da entidade

Silvana Guajume
ENVIADA ESPECIAL
INDAIATUBA

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) d. Odilo Scherer, disse ontem que acha "meio difícil" o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofrer impeachment este ano. Para ele, não existiria "discernimento adequado" por se tratar de ano eleitoral. Mas convocou os eleitores a fazer uma "renovação" no Congresso.

D. Odilo falou à imprensa para anunciar a abertura hoje da

44ª Assembléia Geral da CNBB. O evento reunirá 321 bispos, 26 deles eméritos, e outros 97 convidados para debater o tema central de evangelização da juventude. Mas, como ocorre todo ano, a conjuntura socio-política, particularmente o ano eleitoral, será discutida pelos religiosos. Ontem, o secretário-geral da CNBB preferiu evitar nomes e personagens. Mas tratou a crise política como "um momento particularmente delicado".

Ele alegou que a entidade não tem posição sobre um eventual

impeachment de Lula, mas não descartou a hipótese de o assunto ser discutido na Assembléia Geral da CNBB. Argumentou, porém, que não era "o momento de adiantar" posição. Sobre as revelações feitas pelo ex-secretário do PT Sívio Pereira, disse que é preciso aguardar uma melhor investigação. "Não sabemos se o presidente pode ser responsabilizado."

DESENCANTO

O bispo fez duras críticas ao poder exercido como um fim em si mesmo, e não como "serviço à

sociedade". "A afirmação do poder desvia sua finalidade", afirmou. Ele ressaltou, porém, que não se referia ao governo Lula nem diretamente ao presidente. "A população está um pouco desencantada com a política."

Avaliou que a sociedade precisa de "uma palavra de alento" e de incentivo a "participar ativamente da vida política para a construção de um país bom, ético e justo". A escolha do melhor candidato, segundo d. Odilo, é um modo de participação ativa. "Não podemos esperar que políticos caiam do céu, temos de esco-

lhê-los." O secretário-geral da CNBB também convocou os candidatos a apresentar propostas úteis e construtivas, apesar da "tentação de mostrar quem é mais corrupto".

D. Odilo lembrou que a CNBB lançou no mês passado um documento de orientações sobre as eleições, disponível no site www.cnbb.org.br, que trata de questões éticas que devem ser observadas na escolha dos candidatos. Afirmou, porém, que a entidade não indicará "candidato nem partido".

Crises agrícola e do gás ameaçam previsão de crescimento de 4,5%

Ministro Guido Mantega admite que tensão com produtores e com a Bolívia podem afetar projeções para o PIB

Lu Alko Otta
BRASÍLIA

Uma conjunção de fatores favoráveis levou o governo brasileiro a estimar um crescimento econômico este ano de 4,5%. O horizonte sugerido pelo aumento de renda provocado pela correção do salário mínimo e das aposentadorias acima do índice de inflação, preços sob controle e ausência de crise internacional impulsionando a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva só poderá ser ofuscado pelo descontentamento dos agricultores, que pedem mais recursos para financiar suas dívidas, e pela recente crise provocada pela nacionalização das reservas de gás e petróleo na Bolívia, que afeta os

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, aposta no crescimento, mas admitiu no Estado que, de fato, o setor agrícola e a questão com a Bolívia poderão criar nuvens cinzentas no céu de brigadeiro de Lula. "A agricultura tem seus problemas, então não vai contribuir muito para o crescimento, embora o governo esteja tomando medidas para tentar recuperá-la", comentou.

Em relação à questão com a Bolívia, Mantega acha que o potencial de estrago da crise do gás é pequeno. Primeiro, porque os bolivianos continuarão fornecendo gás ao Brasil, conforme compromisso já assumido por aquele país. Além disso,

o ministro não trabalha com a hipótese de aumentos exorbitantes para o preço do gás, um insumo que vem sendo cada vez mais importante para a indústria brasileira. Mantega lembrou que o contrato de fornecimento de gás é regido por leis internacionais, que garantem

Reajustes vão injetar até R\$ 25 bilhões na economia

regras para os reajustes.

Mas nem mesmo os acidentes de percurso, como a crise com a Bolívia ou a alta dos juros dos Estados Unidos, parecem afetar significativamente as projeções. "Foi uma semana em que juntamos todos os pesos, estrangeiros e próprios: instabilidade na região, juros americanos escalando, petróleo na lua, aumento dos gastos públicos... e os mercados não deram a menor bola", comentou o economista-chefe da corretora Conveção, Fernando Monteiro, referindo-se a fatores que, em outras épocas, afetariam seriamente a estabilidade econômica.

Ao contrário, nada abalou o mercado financeiro, que preferiu não identificar nesses movimentos externos motivos capazes de abalar a estabilidade de con-

quistada nos últimos anos. "O risco Brasil caiu, o dólar foi junto e as ações da Petrobrás subiram", atestou Monteiro.

O ministro Mantega considera que a economia estará impulsionada, este ano, pela decisão do governo de corrigir o salário mínimo para R\$ 350 e as aposentadorias para quem ganha acima desse valor em percentual acima da inflação. Nas contas da equipe econômica, as duas medidas devem injetar na economia entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões.

"Será um impulso considerável", disse Mantega. O consumo em alta alimenta o otimismo do governo, que já fala em taxas de crescimento de até 4,5% este ano, um bom resultado para colocar Lula na dianteira da disputa eleitoral de outubro e abrir uma boa frente de vantagem em relação ao seu principal adversário, o pré-candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

Economistas concordam que o quadro econômico poucas vezes esteve tão favorável, tanto no front interno quanto no externo. "É, ainda por cima, teremos a Copa do Mundo, que sempre deixa as pessoas mais otimistas", observa o economista Alex Agostini, da Austin Rating. É todo um quadro positivo que dará trabalho à oposição neste ano eleitoral. Se as projeções mais otimistas estiverem certas, Lula encerrará seus quatro anos de mandato com uma taxa média de crescimento econômico ligeiramente maior do

que as dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

A dívida pública cairá a seus menores níveis nos últimos 15 anos com a "blindagem" da dívida externa, provocada pela quitação das dívidas com o Fundo Monetário Internacional e com o Clube de Paris, além da retirada de mercado dos papéis emitidos logo após a moratória no fim dos anos 80.

VÔO DE GALINHA

Os economistas consultados pelo Estado acham que o quadro de 2006 é, de fato, positivo. O problema, afirmam, pode aparecer nos próximos dois anos. Eles acreditam que a bonança deste ano não deverá se repetir em 2007 e 2008, porque o governo não soube tirar proveito das condições favoráveis no cenário internacional.

Outros países emergentes estão, segundo esses economistas, em melhores condições. Ou seja, a economia brasileira vai bem, mas poderia estar ainda melhor. De acordo com cálculos de Agostini, se o crescimento deste ano for de 3,8%, a média do governo Lula terá sido de 2,9%. No mesmo período, os países emergentes cresceram 4,8%. Lula, porém, vencerá a disputa com Fernando Henrique, que no primeiro mandato obteve uma taxa de crescimento de 2,57% e no segundo, de 2,1%.

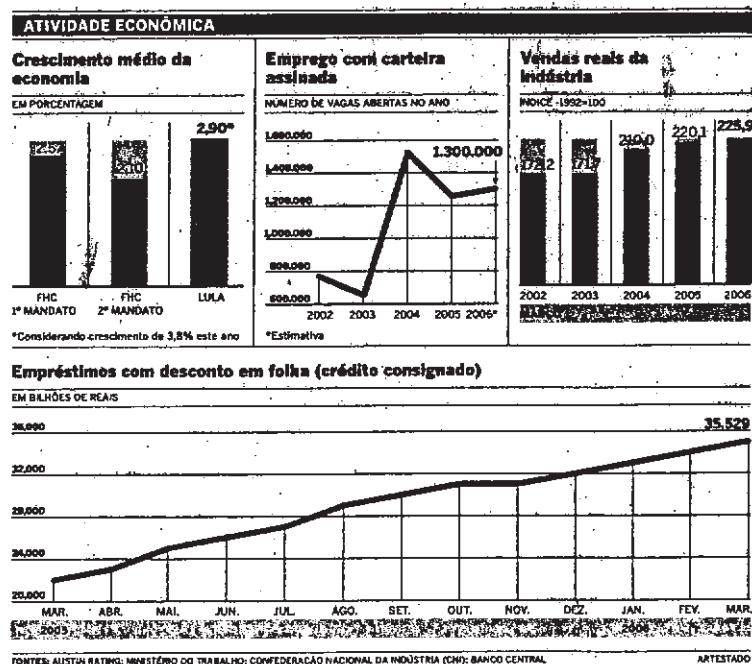
"Eu não diria que o crescimento de 2006 é uma bolha, mas acho que é um voo baixo", disse o gerente-executivo da Unidade de Política Econômica

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. "A não ser que haja uma hecatombe, vamos crescer. Mas, para ser um crescimento forte, precisamos de um choque positivo, que passa pela redução da tributação, da taxa de juros, melhor infraestrutura, ou seja, toda uma agenda que está paralisada já há algum tempo." O aumento dos gastos públicos ao longo deste ano também poderá afetar o crescimento futuro, alertou o gerente do Departamento Econômico da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, André Rebelo.

"Historicamente, o aumento das despesas tem sido financiada com elevação da carga tributária", disse. "Se isso for feito, vai segurar a economia." Alex Agostini acha que a furra de consumo de 2006 logo acenderá os sinais de alerta no Banco Central, que verá nela o risco de volta da inflação. Nesse caso, as taxas de juros cairão mais lentamente ou até pararão de cair. "Pelo perfil conservador do Banco Central, a retomada do consumo pode fazer com que não se reduza mais a taxa de juros." Tanto é assim que a consultoria espera um crescimento de 3,8% este ano, mas apenas 2,6% no ano que vem.

Para 2008, acredita o economista, o quadro vai se complicar por outra razão: falta de infraestrutura. "A economia brasileira ainda não está preparada para crescer mais do que 3,5% por dois anos consecutivos", afirmou.

MANIFESTAÇÕES – Produtores rurais da região de Rondonópolis em protesto que bloqueou trânsito de caminhões em trevos das rodovias BR 364 e 163



O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Nada mais havendo a tratar, com a proteção de Deus, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Então, concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, que já está concedendo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo concedendo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Líder, Senador Arthur Virgílio, aliás, está havendo uma reiteração daquilo que houve com o Senador José Agripino, que recebeu um aparte antes mesmo de começar a proferir suas palavras. Gostaria apenas de registrar que, no depoimento feito há pouco pelo Senador Edison Lobão, a referência ao Ministro Golbery do Cou-

to e Silva, que, de fato, foi uma peça fundamental no processo de abertura política, há inclusive um dado oculto, porque isso não estava em lei nem em decreto: o desaparecimento da censura à imprensa. Essa foi uma decisão tomada no primeiro dia do Governo do Presidente Ernesto Geisel, que teve no Ministro Golbery do Couto e Silva, então Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, um papel que não pode deixar de ser reconhecido. Como o Senador Edison Lobão mencionou, certamente, em breve, S. Ex^a fará um discurso e esclarecerá fatos relevantes do período do Presidente Geisel. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a presença da futura Ministra Carmem Lúcia é, de certa forma tão encorajadora para que saibamos manter as nossas raízes com fidelidade, pela capacidade que ela tem de aliar sabedoria jurídica ao conceito correto perante a sociedade e ainda, Senador Sibá Machado, um conteúdo humano muito forte. Minha cara Senadora Heloísa Helena, disse-me ela algo incrível, a diferença entre os mineiros e os “geraiseiros”, sendo ela uma “geraiseira”.

Em breve discurso, registro o aniversário de 18 anos do Movimento Marujada, que é o motor do Boi-Bumbá Caprichoso, que, junto com o Boi-Bumbá Garantido, faz aquela festa popular maravilhosa que encanta o Brasil inteiro e que, cada vez mais, se consolida

como uma atração internacional. Faço o registro disso com os detalhes todos.

Sr. Presidente, volto a um passado de três anos e meio. O dia é 1º de janeiro de 2003. O dia da posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República.

É desse tempo a mais solene promessa do então novo Presidente: “Se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.”

Reingresso aos dias atuais. O dia é 18 de maio de 2006; hoje, portanto. Para o final do mandato, restam apenas sete meses. E a meta de Lula para as três refeições diárias que garantiu a todos os brasileiros foi literalmente para o espaço. E lamento muito, muito mesmo! Não sou eu a dizer. É o IBGE, órgão governamental da mais alta respeitabilidade. Em lugar do café da manhã, do almoço e do jantar com que Lula aceitou, eis o resultado: “IBGE: Fome atinge 3,3 milhões de domicílios. Pesquisa inédita revela que problema afeta 14 milhões de brasileiros, ao traçar o Mapa da Insegurança Alimentar”.

Insegurança alimentar, sim, num Governo que criou, entre outras invencionices, como empregos para companheiros que aparelharam a máquina do Estado, o Ministério de Combate à Fome e Segurança Alimentar. Está na hora de, ao menos, mudar o nome do Ministério. O Ministro dessa pasta, Sr. Rômulo Paes, admite, diz o noticiário de **O Globo**, que ainda não é possível dizer quando todos os brasileiros estarão livres da fome. Na prática, admitiu o Presidente Lula. E seu Ministro, de um Ministério inexistente, é obrigado a reconhecer que a promessa não foi cumprida, pura e simplesmente.

Outro órgão, desse elenco das invencionices de Lula, tem a mesma opinião. É o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Seu Presidente, Francisco Menezes, repete o que diz o Ministro: “Não é possível dizer quando a fome acabará no Brasil”.

O brasileiro comum, o cidadão das ruas, as mulheres, os operários, os servidores públicos, esses sabem quando uma promessa de Lula vai se concretizar. Qualquer criança diria – é do nosso costume popular dizer esta expressão –: no Dia de São Nunca. No dia de São Nunca!

A base para essa previsão é o IBGE, pelo seu Mapa da Insegurança Alimentar. Lula prometeu e só prometeu. Seu mandato vai se escoar e o panorama brasileiro é constritor.

Leio a notícia de hoje de **O Globo**, sobre a realidade do País: “Farinha, um pacote de macarrão e dois ovos”; releio: “Farinha, um pacote de macarrão e

dois ovos. “Esses eram os alimentos que, anteontem” – três anos e meio depois da promessa de Lula – “Lindalva Oliveira, de 63 anos, dispunha para alimentar nove pessoas que vivem às custas da aposentadoria de R\$ 350,00 de seu marido, José Francisco Sales, de 78 anos, morador da periferia de Recife. A refeição do dia seguinte ainda era incerta e ela só tinha certeza de contar com 200 gramas de leite em pó. Nesta semana, mais uma vez, a experiência de passar fome será inevitável.”

Volto aos dados do IBGE.

“No Brasil, 72 milhões de pessoas convivem com a preocupação de faltar comida, com a queda da qualidade do que comem. Ou então perderam a qualidade em sua alimentação e, pior, convivem com a situação de fome – notem bem, não sou eu – “explica a Coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Srª Márcia Quintsr*.”

O fim melancólico do Governo Lula é também a hora de os seus Líderes cessarem de entoar loas ao Governo petista e de já não dizerem que Lula é o maior do mundo, o primeiro astronauta, remédio vendido em comprimidos e tanta besteira que não mata a fome de ninguém.

Lula fracassou – e fracassou feio – na sua promessa de que, ao final do seu mandato, todos os brasileiros teriam três refeições por dia. Não têm. Nem três por dia nem de três em três dias.

Menciono, por exemplo, ainda com base na pesquisa do IBGE, mais dados contristadores. Dados do Nordeste, região em que, pela força da propaganda à custa do povo, ainda, só por enquanto, os índices eleitorais de Lula são mais do que razoáveis.

Segundo a pesquisa, no Nordeste, “as crianças são a parcela da população mais exposta à fome”. Vou até repetir, pois, afinal, Lula é nordestino e os nordestinos precisam saber que o Presidente mente e mente: “No Nordeste, as crianças são a parcela da população mais exposta à fome”.

No Nordeste, prossigo lendo a pesquisa do IBGE, “17% das crianças de 0 a 4 anos vivem em domicílios em insegurança alimentar grave, ou seja, pelo menos um de seus moradores havia passado fome nos três meses anteriores à pesquisa”.

Os dados do IBGE referem-se a 2004, e o Governo Lula, como sempre, adianta-se e diz que já estamos em 2006 e que, de lá para cá, a situação melhorou. Seria ótimo se fosse verdade.

A matéria de **O Globo**, a propósito dos dados do IBGE, não foi redigida em 2004. Foi redigida nesta semana, por três repórteres, Carter Anderson, Heliana Frazão e Raimundo Garrone, com base em constata-

ções nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. São, pois, dados atuais.

Não dá para acreditar no palavreado de Lula.

Está mais do que na hora de o Governo Lula aceitar a realidade. Chega de petas! A proposta de acabar com a fome foi derrotada. Senador Pedro Simon, 3,3 milhões domicílios passam fome! Quatorze milhões de brasileiros e cerca de 70 milhões vivem num quadro que o IBGE detecta e constata como de insegurança alimentar.

Quando o Presidente Lula – encerro, Sr. Presidente – disse, no início de seu Governo – aqui está a frase do Sr. Presidente da República: “Se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”. Sentença, então, da realidade: o Presidente Lula não cumpriu a missão de sua vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Bumbá de Parintins Atrai

ESTUDANTES DO EXTERIOR

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Boi-Bumbá Caprichoso, um dos espetáculos do Festival Folclórico de Parintins, tem uma representação na

Capital do meu Estado, Manaus. Chama-se Movimento Marujada e completou, no começo deste mês, 18 anos de existência.

A comemoração foi à altura. No Sambódromo de Manaus, coube ao Boi Brilhante, seguindo-se a apresentação de Klinger Araújo, marcada pela participação de 46 estudantes de diversos países, levados a Manaus pelo chamado programa de intercâmbio.

Apesar da pouca convivência com o ritmo brasileiro, alguns dos estudantes, a convite de Klinger, chegaram a ensaiar alguns passos de samba e de música regional.

O grupo de estudantes que participou da abertura dessa festividade é o primeiro de cinco que devem chegar a Manaus nas próximas semanas.

Os que se encontram no Amazonas seguiram, no começo da semana passada, para Presidente Figueiredo, numa viagem fluvial de três dias, que terminará em Parintins. Ali eles vão assistir a uma apresentação de dois bumbas.

Essa é mais uma faceta do prestígio do Festival de Parintins, que se vai tornando conhecido além-fronteiras e, assim, contribuindo para o fortalecimento do turismo no Amazonas.

As festividades de Manaus, com a participação do Movimento Marujada, incluem o lançamento de um cd do Projeto Bumbá, gravado pelo grupo Canto da Mata, com 12 faixas de música regional amazônica.

Era o que eu tinha a dizer.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS